

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AUGUSTA FEHRMANN GERN

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE NAS SALAS DE AULA:
UM OLHAR SOBRE O JORNALISMO AMBIENTAL NO
ENSINO SUPERIOR DO SUL DO BRASIL

CURITIBA
2017

AUGUSTA FEHRMANN GERN

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE NAS SALAS DE AULA:
UM OLHAR SOBRE O JORNALISMO AMBIENTAL NO
ENSINO SUPERIOR DO SUL DO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, no Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Del Vecchio de Lima.

CURITIBA
2017

Catálogo na Publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Karolayne Costa Rodrigues de Lima - CRB 9/1638

Gern, Augusta Fehrmann

Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil / Augusta Fehrmann Gern – Curitiba, 2017.

195 f., il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Myrian Del Vecchio de Lima.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná.

1. Jornalismo ambiental 2. Jornalismo - Ensino superior - Estudo e ensino - Brasil. I.Título.

CDD 070



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

Augusta Fehrmann Gern

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **Augusta Fehrmann Gern**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "**Comunicação e Meio Ambiente nas Salas de aula: Um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil**", é de parecer favorável à *aprovação* da acadêmica, habilitando-a ao título de Mestre em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação e Formações Socioculturais" da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 23 de março de 2017.

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima

Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno

Profa. Dra. Rosa Maria Cardoso Dalla Costa

Profa. Dra. Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Orientadora e presidente da banca examinadora

*À Cátia Fehrmann, o melhor
exemplo e mãe que se pode ter.*

*E ao Lucas Henk, grande
incentivador e companheiro
em todo o percurso.*

AGRADECIMENTOS

Sozinha isso não seria possível, assim, agradeço a todas as mãos, os abraços, as palavras, os olhares, as acolhidas, as correções e sorrisos que fizeram parte dessa construção.

Muito obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, que me acolheu, me ensinou a pesquisar e me mostrou que sim, é possível fazer a diferença.

À orientadora Myrian pela atenção, carinho e ensinamentos, tanto pertinho, como a milhas de distância. Mais que do que mostrar os melhores caminhos da pesquisa, me fez me encantar, ainda mais, pela comunicação ambiental.

Ao Grupo de Pesquisa "Interfaces – Comunicação, Educação e Meio Ambiente" da UFPR e aos colegas que ali conheci, pelas indicações de leituras e pelas discussões sempre proveitosas.

À Capes que, por um bom tempo dessa caminhada, me possibilitou a estrutura de concretizar esse sonho.

Aos professores e autores que fizeram parte dessa caminhada: cada aula, cada livro, cada evento somaram nesta construção.

Aos que colaboraram para o andamento da pesquisa empírica: os coordenadores, os professores e os alunos. Obrigada Bárbara Elice e Jéssica Pinheiro pela colaboração nos grupos focais.

Aos amigos, os que me acolheram em Curitiba e tornaram a cidade menos fria; os de Itapoá que compreenderam a minha ausência ou os vários papos de pesquisa. Um agradecimento especial à Alice, Isys e Chirlei, pelos momentos divididos e pela nova família.

Às minhas irmãs, Amanda e Alessandra, que compreenderam e se adaptaram às minhas necessidades de estudos, que sempre me incentivaram e estiveram por perto, mesmo longe. Ao Ziggy e à Cacau, pela “cãopanhia” de estudos, sempre muito boas.

De forma muito especial, à minha querida mãe Cátia Fehrmann, o meu maior exemplo de vida. Obrigada pelo incentivo e por acreditar em mim, em todas as horas.

Também de forma muito especial, ao meu amor Lucas Henk. Obrigada pela compreensão, pelo companheirismo, pelas viagens, pelos abraços sinceros e por sonhar comigo novos e lindos caminhos.

RESUMO

O exame da produção jornalística acerca do meio ambiente e o estudo da produção científica sobre o jornalismo ambiental apontam a necessidade de uma cobertura mais sistêmica e holística sobre o tema (HANNIGAN, 1995; BUENO, 2007; GIRARDI e SCHWAAB, 2008; COX, 2009). Nesta dissertação adota-se uma visão epistemológica e sociológica sobre o meio ambiente (LEFF, 2002; 2012) e uma perspectiva construcionista do jornalismo (ALSINA, 2009), entendendo que o jornalismo ambiental pode proporcionar um conhecimento muito mais profundo e significativo sobre a preservação do meio em que vivemos. De forma específica, a pesquisa dirige o olhar para a formação universitária dos futuros jornalistas, tendo como objetivo descobrir como a questão ambiental está presente nos cursos de graduação da área na região Sul do Brasil: Será que a forma como o tema está incorporado nos cursos possibilita a prática de um jornalismo complexo? Ao se ter como premissa a importância da oferta de disciplinas sobre a temática para se apreender a visão socioambiental aqui sustentada, são traçados diferentes percursos metodológicos que permitem uma abordagem ampla do cenário pesquisado. A partir do exame das novas diretrizes curriculares, aprovadas em 2013 para os cursos de jornalismo, e em busca de resultados significativos e que não privilegiem apenas uma etapa fragmentada do processo ensino/aprendizagem foram realizados: pesquisa exploratória com 23 universidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (76% do total), o que permitiu visualizar como as instituições inserem o tema nos currículos dos cursos em questão e em suas ementas; entrevistas semiabertas com professores para identificar suas visões e inter-relações no processo de ensino sobre a temática; e procedimentos diferentes que buscam obter dados quantitativos e qualitativos sobre a visão dos alunos, por meio de questionários semiabertos online, pesquisa-ação adaptada às condições deste estudo no âmbito da disciplina “Jornalismo e Meio Ambiente” na Universidade Federal do Paraná, aplicação de técnica de grupo focal e entrevistas com alunos de universidades que já cursaram disciplinas sobre o tema. Com a triangulação dos diferentes diálogos e resultados, a pesquisa busca entender intencionalidades e compreensões sobre a abordagem da temática nas disciplinas ofertadas e contribuir para novas possibilidades para o ensino da comunicação sobre o meio ambiente, de forma a se chegar à prática de um jornalismo ambiental sistêmico.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo ambiental. Ensino de jornalismo. Meio Ambiente. Universidades da Região Sul.

ABSTRACT

Studies concerning the journalistic production about the environment and the scientific production on environmental journalism point to the need for a more systemic and holistic coverage of the subject (HANNIGAN, 1995, BUENO, 2007, GIRARDI and SCHWAAB, 2008, COX, 2009). In this research we adopt an epistemological and sociological view of the environment (LEFF, 2002; 2012) and a constructivist perspective of journalism (ALSINA, 2009), understanding that environmental journalism can provide a much deeper and meaningful knowledge about the preservation of the spaces in which we live. Specifically, this research directs its focus to the university's education of future journalists, aiming to find out how the environmental issue is presented in the graduation courses in the South of Brazil: the way through which the theme is incorporated by the courses enables the practice of a complex journalism? Taking as a premise the importance of the offer of subjects related to this theme to apprehend the social environmental vision here sustained, different methodological paths are traced in order to allow a broad approach to the researched scenario. From the examination of the new curricular guidelines, approved in 2013 for journalism courses, and in search of significant results that do not privilege only a fragmented stage of the teaching/learning process, the following procedures were carried out: exploratory research with 23 universities from the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul (76% of the total), which allowed us to visualize how institutions insert the theme in the programs of the courses in question and in their summaries; semi-open interviews with teachers to identify their visions and interrelations in the teaching process on this theme; and different procedures that seek to obtain quantitative and qualitative data about the students' vision, through online semi-open questionnaires; action research adapted to the conditions of this study within the scope of the "Journalism and Environment" discipline at Universidade Federal do Paraná; application of focus groups and interviews with students from universities who have already studied subjects about this theme. With the triangulation of the different dialogues and results, the research seeks to understand the intentions and comprehensions about the approach of the theme in the disciplines offered and aims to contribute with new possibilities for the teaching of communication about the environment, in order to achieve a systemic practice of environmental journalism.

Keywords: Communication. Environmental journalism. Journalism teaching. Environment. Universities of Southern Region.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|--------------|---|-----|
| GRÁFICO 1 - | CATEGORIA DAS 23 UNIVERSIDADES PESQUISADAS | 32 |
| GRÁFICO 2 - | MEIO DE COMUNICAÇÃO QUE OS ALUNOS COSTUMAM SE INFORMAR | 37 |
| GRÁFICO 3 - | CONCEITO DE MEIO AMBIENTE PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS | 62 |
| GRÁFICO 4 - | TEMAS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE NA MÍDIA APONTADOS POR ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS EM 2016 | 83 |
| GRÁFICO 5 - | O SIGNIFICADO DE JORNALISMO AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS | 89 |
| GRÁFICO 6 - | COMO DEVE SER A COBERTURA AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS | 91 |
| GRÁFICO 7 - | ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO ÀS NOVAS DIRETRIZES DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA | 101 |
| GRÁFICO 8 - | ANO DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO DAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA | 102 |
| GRÁFICO 9 - | INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL DAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA | 106 |
| GRÁFICO 10 - | ALUNOS QUE CURSARAM E NÃO CURSARAM DISCIPLINAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE JORNALISMO | 129 |
| GRÁFICO 11 - | OS ALUNOS ACHAM NECESSÁRIO TRATAR A | 130 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| | QUESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE JORNALISMO? | |
| GRÁFICO 12 - | COMO OS ALUNOS ACREDITAM QUE A QUESTÃO AMBIENTAL DEVE SER EMPREGADA NOS CURRÍCULOS DE JORNALISMO | 130 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|-----|
| TABELA 1 - | TOTAL ENCONTRADO POR PALAVRA-CHAVE | 25 |
| TABELA 2 - | TOTAL ENCONTRADO POR BANCOS DE BUSCA | 25 |
| TABELA 3 - | INSTITUIÇÕES DOS 96 ALUNOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO | 35 |
| TABELA 4 - | PERÍODO ACADÊMICO DOS 96 ALUNOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO | 36 |
| TABELA 5 - | CATEGORIZAÇÃO DE MEIO AMBIENTE | 61 |
| TABELA 6 - | QUANDO AS DISCIPLINAS DE 18 CURSOS DE JORNALISMO DO SUL DO BRASIL FORAM INSERIDAS NA GRADE CURRICULAR | 107 |
| TABELA 7 - | EMENTAS DAS DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA | 109 |
| TABELA 8 - | CRUZAMENTO DOS GRUPOS DE CATEGORIAS DAS EMENTAS | 119 |
| TABELA 9 - | DISCIPLINAS OFERTADAS EM OUTROS CURSOS | 120 |
| TABELA 10 - | IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA PARA OS ALUNOS | 140 |
| TABELA 11 - | PRINCIPAIS DESCOBERTAS DO SEMESTRE | 141 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|------------|---|
| BDTD - | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| Capes - | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| Ciespal - | Centro Internacional de Estudos Superiores e Periodismo para a América Latina |
| CNE - | Conselho Nacional de Educação |
| COPS - | Conferências das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima |
| ECO 92 - | Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 |
| ENPJA - | Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental |
| Intercom - | Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação |
| ISO - | International Organization for Standardization |
| Furb - | Universidade Regional de Blumenau |
| MEC - | Ministério da Educação |
| ONU - | Organização das Nações Unidas |
| PNEA - | Política Nacional de Educação Ambiental |
| PNMA - | Política Nacional de Meio Ambiente |
| PNUMA - | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| PR - | Paraná |
| PUC - | Pontifícia Universidade Católica |
| RIO+10 - | Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável |
| Rio+20 - | Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 2012 |
| RS - | Rio Grande do Sul |
| SC - | Santa Catarina |
| SciELO - | Scientific Electronic Library Online |
| TCC - | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UCPEL - | Universidade Católica de Pelotas |

| | |
|--------------|--|
| UCS - | Universidade do Contestado do Sul |
| UEL - | Universidade Estadual de Londrina |
| UEPG - | Universidade de Ponta Grossa |
| UFPB - | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPEL - | Universidade Federal de Pelotas |
| UFPR - | Universidade Federal do Paraná |
| UFRGS - | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFSC - | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSM - | Universidade Federal de Santa Maria |
| Ulbra - | Universidade Luterana do Brasil |
| Unesa - | Universidade Estácio de Sá |
| Unesp - | Universidade Estadual Paulista |
| Uniarp - | Universidade Alto Vale do Rio do Peixe |
| Unicentro - | Universidade Estadual do Centro Oeste |
| Unicruz - | Universidade de Cruz Alta |
| Unijui - | Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul |
| Uniplac - | Universidade do Planalto Catarinense |
| Unisinos - | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| Unisc - | Universidade de Santa Cruz do Sul |
| Unisul - | Universidade do Sul de Santa Catarina |
| Univali - | Universidade do Vale do Itajaí |
| Unochapecó - | Universidade Comunitária da Região de Chapecó |
| Unopar - | Universidade do Norte do Paraná |
| UPF - | Universidade de Passo Fundo |
| Urcamp - | Universidade da Região de Campanha |
| UTP - | Universidade Tuiuti do Paraná |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 16 |
| | O CENÁRIO E O MOMENTO EM QUE A PESQUISA ESTÁ INSERIDA | 23 |
| 1 | PERCURSOS METODOLÓGICOS | 30 |
| 1.1 | CONHECENDO O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA | 31 |
| 1.2 | A TRILHA METODOLÓGICA | 33 |
| 2 | DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O MEIO AMBIENTE | 44 |
| 2.1 | O OLHAR DA PESQUISA | 45 |
| 2.2 | O MEIO AMBIENTE NAS ARENAS MUNDIAIS | 50 |
| 2.2.1 | Outros debates paralelos | 58 |
| 2.3 | DIFERENTES VISÕES SOBRE O TEMA | 60 |
| 2.3.1 | O olhar dos alunos | 62 |
| 2.3.2 | A perspectiva dos professores | 65 |
| 3 | JORNALISMO AMBIENTAL: UM BREVE PERCURSO | 66 |
| 3.1 | O CAMPO DA COMUNICAÇÃO | 68 |
| 3.2 | O SUBCAMPO DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE | 71 |
| 3.3 | COMUNICAÇÃO E JORNALISMO AMBIENTAL: SUAS PECULIARIDADES | 78 |
| 3.3.1 | Os problemas das coberturas ambientais | 82 |
| 3.3.2 | Os olhares sobre o jornalismo ambiental | 88 |
| 4 | APRENDENDO O JORNALISMO | 93 |
| 4.1 | INICIATIVAS PIONEIRAS | 94 |
| 4.2 | BREVE RESGATE HISTÓRICO NO PAÍS | 95 |
| 4.2.1 | Os diferentes currículos | 97 |
| 4.2.2 | As novas diretrizes curriculares | 100 |
| 5 | AS DESCOBERTAS DA PESQUISA EMPÍRICA | 105 |
| 5.1 | OS CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS | 105 |
| 5.1.1 | As diferentes abordagens presentes nas ementas | 108 |
| 5.2 | A VISÃO DO CORPO DOCENTE | 122 |
| 5.2.1 | As disciplinas segundo os(as) professores(as) | 123 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 5.2.1.1 | Dentro da sala de aula | 124 |
| 5.2.2 | Pistas sobre esses olhares | 127 |
| 5.3 | O QUE DIZEM OS ALUNOS | 128 |
| 5.3.1 | A pesquisa-ação e suas descobertas | 131 |
| 5.3.1.1 | A fase exploratória | 133 |
| 5.3.1.2 | Os bastidores | 135 |
| 5.3.1.3 | A vivência em sala de aula | 136 |
| 5.3.1.4 | As descobertas | 140 |
| 5.3.2 | Grupos focais: diferentes realidades | 144 |
| 5.3.2.1 | O modelo transversal | 145 |
| 5.3.2.2 | A disciplina obrigatória | 148 |
| 5.3.2.3 | Os “achados” dos grupos focais | 152 |
| 5.3.3 | Entrevistas: as disciplinas optativas | 153 |
| 5.4 | CRUZAMENTO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 158 |
| 6 | CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS: | |
| | O QUE FICA DA PESQUISA | 164 |
| | REFERÊNCIAS | 171 |
| | APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO ONLINE APLICADO AOS ALUNOS | 183 |
| | APÊNDICE 2 - UNIVERSIDADES QUE FAZEM PARTE DO CORPUS DA PESQUISA E SUAS DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL | |
| | ANEXO 1 - EMENTA DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO | |
| | ANEXO 2 - PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO | |

INTRODUÇÃO

Já nas primeiras braçadas e mergulhos nesse oceano de conhecimento que se chama pós-graduação, a leitura de um texto de Cássio Viana Hissa (2003) apontou que não é possível afastar nosso sujeito-mundo do sujeito-pesquisador. Vivências, repertórios e inquietações individuais andam ao lado das teorias e abordagens metodológicas escolhidas, e é isso que faz o intelecto percorrer diferentes livros, o corpo ir à campo, as mãos dançarem sobre o teclado e os olhos brilharem. Esta talvez seja a grande chave pela escolha do tema geral desta dissertação de mestrado: comunicação e meio ambiente, ou melhor, o jornalismo ambiental como área específica da Comunicação. O tema faz parte das inquietações acadêmicas da pesquisadora desde a graduação: analisar a importância do jornalismo ambiental, como é praticado e, principalmente, a intenção dos veículos em tratar a temática foram pontos decisivos para a formação em jornalismo.

Como diversas pesquisas já demonstraram, desde o início do século passado até hoje (LIPPMAN, 1922; McCOMBS, 1977; SILVERSTONE, 2011), é inegável a participação da mídia na vida das pessoas, visto que as informações formatadas como notícias, reportagens, artigos e comentários jornalísticos ajudam a formar a opinião pública e, muitas vezes, tornam-se pautas das relações pessoais ou, pelo menos, inserem-se no repertório individual.

Dessa forma, ao trabalhar com as questões ambientais, o jornalismo pode proporcionar um conhecimento muito mais rico e significativo sobre a importância do meio em que vivemos e, não se trata aqui de ativismo ou militância, mas de veiculação de informação de qualidade. Pesquisas e estudos (BUENO, 2007; LÜCKMAN, 2008; COX, 2009) já confirmam como a comunicação tem colaborado para o aumento da sensibilização ambiental e, ao mesmo tempo, como a falta de informação ambiental torna-se preocupação, sendo incluída entre os três principais problemas ambientais brasileiros¹ (BERNA, 2008).

¹ Uma pesquisa de opinião, realizada entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2005, com 1.141 dos 1.337 delegados participantes da “II Conferência Nacional de Meio Ambiente”, aponta

Para tratar sobre o jornalismo ambiental, é necessário, primeiramente, entender a questão ambiental. Neste trabalho, a partir de uma perspectiva sociológica e interdisciplinar (LEFF, 2002; 2012), entende-se o meio ambiente como um campo que apresenta questões complexas e de entrecruzamentos, que deve perpassar, de forma transversal, por todas as áreas de conhecimento. Dessa forma, o conceito de meio ambiente não deve se confundir ao de natureza e, tampouco ao conceito de ecologia: “O ambiente não é só o conceito de uma relação sociedade-natureza, mas de uma complexidade que inter-relaciona os processos ônticos, ontológicos e epistemológicos, o real e o simbólico” (LEFF, 2012, p. 394).

Com essa conceituação de seu objeto, o jornalismo ambiental deveria, inevitavelmente, seguir uma abordagem complexa, sistêmica e interdisciplinar, porém não é o que acontece. Como é apresentado nesta pesquisa, o atual jornalismo ainda apresenta, com elogiosas exceções, a questão ambiental de forma restrita, fragmentada, pouco contextualizada e marcada por vieses mercadológicos.

Porém, para falar em produção jornalística, também precisamos falar em conhecimento. Qual o entendimento dos jornalistas sobre a temática ambiental? O que é ensinado nas salas de aula? Existe e é necessária uma formação específica para noticiar a temática ambiental? Foram dúvidas e inquietações como essas que motivaram o ingresso na pós-graduação. Aliada ao gosto pessoal da pesquisadora, a dissertação também se ancora na experiência e conhecimento da orientadora de mestrado: pesquisadora e professora das áreas comunicacional e ambiental e suas relações.

Durante os dois anos de aprendizado no mestrado, a temática ambiental esteve presente em boa parte da produção acadêmica, iniciando por estudos sobre a produção, para então partir para a formação. Fazem parte dessa trajetória, por exemplo: a análise sobre as potencialidades da cobertura multimídia em temas ambientais (GERN; DEL VECCHIO DE LIMA, 2015); quais os gêneros jornalísticos presentes na cobertura da *Gazeta do Povo* sobre o Dia do Meio Ambiente (KOHLS; GERN; QUADROS, 2016); como se dá a midiatização do Greenpeace, uma organização não governamental dedicada à

como principal problema o desmatamento (28%), seguido de recursos hídricos/ água (13%) e falta de informação sobre o meio ambiente e educação ambiental (11%).

causa ambiental (GERN; LOOSE, 2016a); um estado da arte sobre as pesquisas de comunicação ambiental e os estudos de recepção no Brasil (GERN; LOOSE, 2016b); o estado da arte sobre o ensino do jornalismo ambiental (GERN, 2016); a análise de como a temática ambiental está presente nos currículos universitários de jornalismo do Sul do país (GERN; DEL VECCHIO DE LIMA, 2016a); e como os estudantes de universitários de jornalismo observam o meio ambiente (GERN; DEL VECCHIO DE LIMA, 2016b).

Assim, nesta etapa de conhecimento, volta-se para a formação dos profissionais em comunicação, mais especificamente dos jornalistas. Esboçam-se então as duas questões norteadoras da pesquisa: Como a questão ambiental está presente, como disciplina, nos cursos de graduação de jornalismo do Sul do Brasil? Há uma compreensão do aluno, percebida mesmo que de forma ampla, sobre o conceito sociológico, sistêmico e interdisciplinar de meio ambiente?

Para responder tais inquietações, traçam-se diferentes objetivos, abordados durante todo o trabalho. O objetivo geral é, de forma ampla, verificar de que forma a questão ambiental está presente no âmbito da comunicação, e sob quais abordagens aparece na formação dos futuros profissionais de jornalismo, contemplando, para isso, todo o processo de ensino-aprendizagem.

Para se chegar a tanto, os objetivos específicos são: 1. Identificar de que forma o tema está presente nas disciplinas dos currículos universitários de jornalismo do Sul do país, e suas ementas, observando-se as abordagens ou visões sobre meio ambiente presentes, levando-se em conta as novas diretrizes curriculares para a área, vigentes desde 2013; 2. Verificar qual é a abordagem de meio ambiente compreendida pelos professores de jornalismo e como observam a formação dos alunos sobre a temática; 3. Observar e perceber se os alunos compreendem uma possível visão sistêmica sobre o meio ambiente, nas disciplinas e na prática do jornalismo, e de que forma se relacionam e se sensibilizam sobre a temática; 4. Analisar, por meio da triangulação dos procedimentos metodológicos utilizados — entrevistas, pesquisa-ação e grupo focal — como a questão ambiental ensinada aos alunos de graduação poderá contribuir para a prática de um jornalismo ambiental mais sistêmico e contextualizado.

A partir de trabalhos já realizados sobre o tema e com os quais temos afinidade (CAMPOS, 2006; GONÇALO, 2011), esta pesquisa tem como premissa o reconhecimento da importância de disciplinas sobre a temática, pressupondo-as como a principal forma como a maioria dos acadêmicos de jornalismo tem acesso à questão ambiental ligada à comunicação, de forma diversa das abordagens muitas vezes realizadas pela grande mídia. Essas, geralmente, ocupam espaços periféricos e estão ligadas à cobertura de desastres, tragédias ou previsões apocalípticas, “dando preferência pelo tom alarmista, pouca divulgação dos dados científicos concretos e altas doses de oportunismo quando a cobertura toca em ações para combater o problema” (GIRARDI; SCHWAAB, 2008, p. 16). Gonçalo (2011), por exemplo, identificou em sua pesquisa que a inclusão de uma disciplina ambiental no curso de jornalismo melhora a percepção dos alunos e produz mudanças significativas no interesse pela área ambiental: “seja na forma de disciplina ou de temática, é fundamental para a formação de sujeitos críticos e reflexivos do seu papel na sociedade” (p.92).

A importância de disciplinas também é identificada durante a formação da própria pesquisadora: durante a graduação em jornalismo a grade não contava com nenhuma disciplina obrigatória sobre o tema, porém, a disciplina optativa sociologia ambiental, ministrada aos sábados, foi grande incentivadora para o gosto pela temática e o interesse de pesquisa. Não há dúvidas de que, aliado ao gosto pessoal, conhecer reservas indígenas, assentamentos de terra, parques ecológicos e comunidades ribeirinhas em situação de risco aguçaram a curiosidade, instigaram o desejo de pesquisa e, principalmente, o interesse pelo próprio jornalismo. Dali em diante, todas as atividades livres tiveram como escolha a temática ambiental, inclusive o projeto experimental e a monografia, ambos trabalhos apresentados para a conclusão do curso de jornalismo.

Assim, o trabalho também se ancora à ideia de que jornalistas mais familiarizados/sensibilizados à temática ambiental podem colaborar para a prática do jornalismo ambiental mais sistêmico, a partir de um olhar multi e interdisciplinar dos fatos, dando voz aos diferentes sujeitos envolvidos em suas problemáticas.

Para trazer evidências empíricas ao questionamento e objetivos propostos, a pesquisa se debruça sobre a região Sul do país, nos estados do

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em busca de resultados significativos e que não privilegiem apenas uma etapa fragmentada do processo ensino/aprendizagem, optou-se por abranger os diferentes sujeitos envolvidos neste cenário: coordenadores, professores e alunos dos cursos de jornalismo.

A pesquisa empírica contempla apenas as universidades que oferecem o curso de jornalismo ou comunicação social com habilitação em jornalismo, não levando em conta, para o objetivo geral, os centros universitários e faculdades, que junto às universidades somam 60² instituições que oferecem estas opções no sul do Brasil. Em relação apenas às universidades, entre públicas e privadas, dos três estados, que somam 30 instituições, uma pesquisa exploratória, com os coordenadores de curso de cada instituição de ensino, foi essencial para a delimitação do *corpus*, como é detalhado ao longo do trabalho.

A pesquisa exploratória buscou identificar quais universidades contam com disciplinas relacionadas à questão ambiental e de que forma elas aparecem nos currículos; das 30 universidades, a pesquisa teve retorno de 23 instituições³. Dessas, 18 indicaram disciplinas que abordam o tema, de forma direta ou indireta, e uma apontou que aborda o tema de forma transdisciplinar, ou seja, que está presente em boa parte das disciplinas. A partir do cenário apresentado pela pesquisa exploratória, foram traçadas escolhas metodológicas para aplicação de instrumentos de pesquisa.

Para identificar a visão dos docentes em relação às inter-relações entre comunicação e meio ambiente, e como são construídas as disciplinas relacionadas ao tema, optou-se pela aplicação de entrevistas semiabertas com professores que já ministraram disciplinas relacionadas ao jornalismo ambiental. Já para entender o olhar dos discentes sobre a questão-chave da pesquisa, optou-se por diferentes instrumentos, a fim de garantir e poder comparar resultados quantitativos e qualitativos. De forma quase simultânea,

² Pesquisa realizada em junho de 2015 no MEC: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados, disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>.

³ As 23 universidades que responderam a pesquisa exploratória: Paraná – 1. Universidade Positivo, 2. UFPR, 3. Unicentro, 4. PUC, 5. UEPG, 6. Tuiuti; Santa Catarina – 7. Furb, 8. Unochapecó, 9. Uniplac, 10. UFSC, 11. Univali, 12. Unisul; Rio Grande do Sul – 13. Unisinos, 14. UFRGS, 15. UFSM, 16. UFSM – F.W., 17. Ulbra, 18. Unicruz, 19. Unijui, 20. Feevale, 21. UPF, 22. Unisul e 23. UCS. Não responderam: Paraná – 1. UEL, 2. Unopar; Santa Catarina – 3. Uniarp, 4. Unesa; Rio Grande do Sul – 5. Ucpel, 6. Urcamp, 7. Ufpel.

foram aplicados questionários semiabertos pela internet aos acadêmicos de jornalismo da região sul do Brasil⁴ (com divulgação em redes sociais e apoio das coordenações de curso), e realizada a pesquisa-ação adaptada às condições desta pesquisa na disciplina optativa “Jornalismo e Meio Ambiente”, no âmbito da disciplina genérica “Jornalismo Especializado”, ministrada por esta pesquisadora no primeiro semestre de 2016. Além disso, para informações qualitativas, foram aplicadas outras técnicas com alunos de quatro instituições diferentes: grupo focal com duas universidades catarinenses, a Universidade do Vale do Itajaí - Univali (conta com uma disciplina obrigatória sobre o tema) e a Universidade Regional de Blumenau - Furb (trabalha o tema de forma transdisciplinar); e entrevistas com alunos e ex-alunos da Universidade Federal do Paraná - UFPR e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, ambas com disciplinas optativas sobre a temática ambiental⁵.

A escolha por diferentes métodos está de acordo com uma das teses da epistemologia de Bachelard (2004), chamada de aproximacionismo, que rejeita saberes absolutos e, com isso, defende a ideia de que o objeto científico deve ser abordado pelo uso sucessivo de diversos métodos (ROSSETTI, 2010). Santaella (2001) também traz esta ideia em razão da falta de metodologias hegemônicas na área de ciências sociais, o que exige, por parte dos pesquisadores, “ousadia na aplicação de metodologias mistas, integradas, complexas, metodologias estas que vêm acentuando como uma tendência especialmente na área de comunicação, tendo em vista seu perfil interdisciplinar” (p. 134). Todas as escolhas metodológicas e o detalhamento do *corpus* de pesquisa são apresentados no Capítulo 1, que aponta os percursos trilhados ao longo de todo o trabalho.

Como base teórica para toda a discussão apresentada, no Capítulo 2 entende-se a noção de meio ambiente e seus significados e, em especial, como suas problemáticas configuram uma das grandes crises da modernidade. A partir do diálogo entre autores, chega-se a base conceitual do termo que

⁴ O questionário foi aberto aos acadêmicos de todas as universidades, porém, para análise, foram consideradas as respostas apenas dos acadêmicos das universidades que fazem parte do corpus da pesquisa. Todo o procedimento é explicitado no próximo capítulo dessa dissertação.

⁵ No próximo capítulo, sobre o percurso metodológico, justifica-se a escolha das universidades e das técnicas realizadas.

marcará toda a pesquisa: a visão sistêmica, interdisciplinar e sociológica sobre meio ambiente.

Em seguida, o percurso teórico-metodológico aborda o jornalismo como construtor social da realidade, visto que “os meios de comunicação, ao contribuírem para o estabelecimento das agendas que preocupam os cidadãos e políticos (e mesmo os outros meios), têm o poder de concorrerem para modelar as representações que se fazem da realidade” (SOUSA, 2008, p. 72). Neste mesmo tópico, foca-se o olhar para o jornalismo ambiental, suas peculiaridades e críticas. O espaço é caracterizado pelo debate entre pesquisadores e jornalistas ambientais.

Ao se chegar ao campo de produção, volta-se para a formação dos jornalistas. Assim, no Capítulo 4 busca-se entender como se dá o ensino do jornalismo perante as novas diretrizes curriculares aprovadas em 2013, os embates históricos entre ensino e prática e as divergências dos pesquisadores da área sobre a própria epistemologia da comunicação.

Para ingressar no cerne da pesquisa, o Capítulo 5 traz os resultados da pesquisa empírica e as particularidades de cada método realizado. A partir dos percursos metodológicos apresentados no início da pesquisa, e com conceitos teóricos dos três eixos que integram o trabalho – meio ambiente, jornalismo e ensino –, este é o momento de análise dos currículos, ementas e onde também se observa o olhar dos docentes e dos estudantes sobre a temática e suas relações acadêmicas com o campo do jornalismo ambiental, o que garante um panorama amplo do processo de ensino/aprendizagem sobre o tema. Neste mesmo capítulo, os resultados são cruzados a partir da triangulação dos diferentes métodos e técnicas, a fim de se entender, de forma ampla, como se dá o ensino do jornalismo ambiental no cenário escolhido.

Para finalizar, aponta-se as conclusões e considerações finais da pesquisa, com reflexões sobre as possibilidades para o ensino do jornalismo ambiental. Além disso, são apresentados alguns ganhos e desafios do percurso percorrido, afinal, mais do que o campo científico, todo trabalho colabora para o crescimento pessoal e para novas navegações nesse oceano de conhecimento.

A partir de tais resultados, o trabalho busca contribuir para o jornalismo ambiental, mais especificamente para o seu ensino, apontando possibilidades

para se chegar a uma prática profissional que permita apresentar à sociedade uma visão mais sistêmica e contextualizada sobre a questão. Nessa perspectiva, entende-se que é preciso oferecer elementos para a compreensão do acontecimento ou tema ambiental para além da informação. É importante esclarecer que a pesquisa não busca comparar os perfis de cada instituição ou docentes no ensino em questão, mas promover a discussão sobre como se dá o ensino sobre a temática, verificar em que medida esta formação se aproxima ou não da concepção complexa de meio ambiente construída teoricamente e de que forma isso interfere no entendimento dos discentes, afinal, isso poderá contribuir para futuras coberturas jornalísticas de mais qualidade relacionadas ao meio ambiente.

O CENÁRIO E O CONTEXTO EM QUE A PESQUISA ESTÁ INSERIDA

Para entender o cenário e o momento em que esta pesquisa de dissertação está inserida, o processo se iniciou a partir do trabalho de levantamento do “estado da arte”, que verificou como o objeto de estudo, o ensino do jornalismo ambiental, já foi tratado; quais os ângulos abordados; e, principalmente, as lacunas que ainda precisam ser preenchidas no estudo sobre o ensino do jornalismo ambiental (GERN, 2016). O processo se ancorou na coleta e análise de pesquisas já realizadas sobre o tema.

A partir dos resultados aqui apresentados, justifica-se a importância da pesquisa para a área da comunicação, bem como para estudos mais específicos sobre o jornalismo ambiental e o ensino do jornalismo, para preencher algumas lacunas existentes e para embasar novos estudos da área.

De acordo com Santaella (2001, p. 168), nenhuma pesquisa parte da estaca zero. Mesmo que tenha surgido de inquietações pessoais de cada pesquisador, “(...) alguém em algum lugar já deve ter tido uma preocupação semelhante”. Assim, os primeiros passos da pesquisa, também chamados de “estado da questão” (SANTAELLA, 2001) ou “pesquisa da pesquisa” (BONIN, 2011), são definidos por Ferreira (2002, p. 257) como de caráter bibliográfico, caracterizadas pelo

desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Este tipo de investigação exploratória foi realizado no segundo semestre de 2015 e resultou em publicação (GERN, 2016), a fim de contribuir com outras pesquisas da área. Para sua elaboração, foram criadas dez combinações de palavras-chave para a coleta em dez bancos de busca (tabelas 1 e 2). A escolha de três universidades (Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) como bancos de busca ocorreu, principalmente, pelo destaque da UFRGS na produção de trabalhos e grupos de pesquisa na área e, como a pesquisa tem foco no Sul do país, incluiu-se uma instituição federal de cada um dos outros dois estados (SC e PR) para se obter uma visão mais abrangente da área pesquisada. Além disso, a inserção da UFPR revela o cenário local em que a dissertação é elaborada e as possíveis contribuições para o acervo acadêmico da instituição.

Nas bibliotecas das três universidades escolhidas do Sul do país, foram consideradas apenas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da área da comunicação. Já nos sites de busca nacional, trabalhos de todas as áreas foram levados em conta. A opção por ampliar a busca em outras áreas visa contemplar todos os eixos do trabalho: jornalismo, ensino e meio ambiente. Apesar da delimitação dos temas e espaços de busca, inicialmente a pesquisa não exigiu um recorte temporal, porém, ao final da coleta, foram encontrados trabalhos do ano 2000 a 2015.

Ao final dessa primeira etapa de pesquisa, ainda muito ampla, foram identificados 154.559 trabalhos no total, em todos os bancos de buscas (nacionais e regionais), entre teses, dissertações e artigos. Apesar de o número ser alto, destaca-se que alguns trabalhos foram encontrados em mais de um banco de busca.

TABELA 1: TOTAL ENCONTRADO POR PALAVRA-CHAVE

| Palavras-chave | Total encontrado |
|---------------------------------|-------------------------|
| Ensino do jornalismo ambiental | 58 |
| Jornalismo ambiental | 1.151 |
| Jornalismo e meio ambiente | 215 |
| Ensino do jornalismo | 932 |
| Ensino superior e jornalismo | 3 |
| Ensino superior e comunicação | 271 |
| Ensino superior e meio ambiente | 212 |
| Ensino superior e consciência | 174 |
| Comunicação ambiental | 1.445 |
| Educação ambiental | 150.098 |
| Total | 154.559 |

FONTE: Autora (2015)

TABELA 2: TOTAL ENCONTRADO POR BANCOS DE BUSCA

| Banco de busca | Total encontrado |
|---|-------------------------|
| BDTD ⁶ | 1.543 |
| Banco de Teses Capes ⁷ | 808 |
| Scielo ⁸ | 557 |
| Google acadêmico ⁹ | 148.973 |
| Periódicos Capes ¹⁰ | 1.394 |
| GT Meio Ambiente – Intercom ¹¹ | 199 |
| ENPJA ¹² | 51 |
| UFRGS ¹³ | 970 |
| UFSC ¹⁴ | 62 |
| UFPR ¹⁵ | 2 |
| Total | 154.559 |

FONTE: Autora (2015)

⁶ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Endereço eletrônico: <<http://bdt.d.ibict.br/>>. Acesso em novembro de 2015.

⁷ Banco de teses e dissertações da Capes. Endereço eletrônico: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2015.

⁸ Scientific Electronic Library Online. Endereço eletrônico: <<http://search.scielo.org/>>. Acesso em dezembro de 2015.

⁹ Google acadêmico. Endereço eletrônico: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em dezembro de 2015.

¹⁰ Portal de periódicos da Capes. Endereço eletrônico: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em dezembro de 2015.

¹¹ GT de Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do Intercom Nacional. Endereço eletrônico: <<http://www.portalintercom.org.br/eventos/congresso-nacional/apresentacao5>>. Acesso em dezembro de 2015. A busca foi realizada nas últimas cinco edições do evento, de 2011 a 2015.

¹² Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental. Endereço eletrônico: <<http://enpja.com.br/>>. Acesso em dezembro de 2015. A busca foi realizada apenas na segunda e terceira edição do Evento, realizadas em 2013 e 2015, respectivamente. Não foram encontrados os anais do primeiro evento.

¹³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1>>. Acesso em dezembro de 2015.

¹⁴ Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em dezembro de 2015.

¹⁵ Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: <<http://www.sacod.ufpr.br/portal/comunicacaomestrado/dissertacoes-2/>>. Acesso em dezembro de 2015.

Em relação às palavras-chave, destaca-se o número encontrado sobre educação ambiental, que abrange, principalmente, trabalhos da área de educação infantil, educação à distância, meio ambiente, geografia e saúde. Já nos bancos de busca, destaca-se pelo número o *google acadêmico* por abranger o maior número de trabalhos de outros bancos e, algumas vezes, referenciar mais de uma vez o mesmo trabalho.

Para contribuição efetiva à dissertação, optou-se por uma abordagem qualitativa com relação apenas às pesquisas diretamente ligadas ao tema de estudo e que envolvem as temáticas ensino, jornalismo e meio ambiente, de forma similar ou comparativa à proposta da dissertação. Nesta etapa, considerou-se trabalhos de todo o país. Assim, de todo o *corpus* coletado, apenas quatro trabalhos foram destacados para análise. São eles, sinalizados pelas palavras de busca:

- Ensino do jornalismo ambiental:

1. GONÇALO, Luciana L. B. **Formação ambiental em jornalismo: o caso da UFPB e da PUC-RJ**. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2011.
2. KOLLING, Patrícia. Jornalismo ambiental na mídia e na universidade: reflexões sobre o Brasil e Mato Grosso. **Anais eletrônicos**, Intercom, Cuiabá. 13º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, junho de 2011.

- Jornalismo ambiental:

3. CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo ambiental e consumo sustentável: proposta de comunicação integrada para a educação permanente**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2006.

- Ensino do jornalismo:

4. LÜCKMAN, Ana Paula. **Educação, Jornalismo e Meio Ambiente: leituras sobre a crise ecológica no contexto do aquecimento global**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2007.

Os trabalhos analisados, cada um com suas especificidades, apontam alguns caminhos já percorridos em relação ao tema, mas apresentam lacunas também. O primeiro trabalho, por exemplo, é o que mais dialoga com a proposta desta dissertação. Gonçalo (2011) avalia o processo de formação ambiental dos estudantes de jornalismo a partir da incorporação do conteúdo ambiental na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na disciplina “Comunicação e Meio Ambiente” da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A autora avaliou como a temática ambiental se faz presente nos referidos currículos; a importância da formação ambiental nos cursos de jornalismo e a percepção do tema pelos discentes.

A proximidade com esta dissertação colaborou para a elaboração de instrumentos de pesquisa, bem como confirmou a eficácia de algumas escolhas metodológicas, porém, algumas diferenças são encontradas e possibilitam que a pesquisa ora apresentada almeje ir além. O trabalho analisado pouco dialoga com questões teóricas da epistemologia do meio ambiente e sobre o ensino do jornalismo, e compara duas universidades com realidades diferentes – de regiões diferentes, uma pública e uma privada, e uma com a oferta da disciplina e outra não – sem traçar um diálogo entre elas. A pesquisa aqui apresentada também se depara com realidades distintas, mas que compõem o cenário do Sul do país. Com isso, além de realidades mais próximas, a pesquisa conta com um *corpus* maior para análise. Outra diferença está nas estratégias metodológicas: assim como a autora da UFPB, essa pesquisa realiza entrevista com os docentes e aplica questionários semiestruturados com os alunos, porém, também são realizados grupos focais com alunos e adaptação da pesquisa-ação em sala de aula, a fim de dar ênfase a aspectos mais qualitativos.

O segundo trabalho analisado, o artigo de Patrícia Kolling (2011), também dialoga com a proposta da atual pesquisa. A autora apresenta alguns questionamentos sobre a prática do jornalismo ambiental na mídia e como o tema está presente na universidade no estado de Mato Grosso, propondo reflexões para o andamento de uma futura pesquisa. Muitas das reflexões e questionamentos traçados no artigo confirmam uma das premissas dessa pesquisa, como o fato de que a falta de capacitação na universidade é um dos fatores que se reflete em um jornalismo ambiental fragmentado e superficial.

Apesar das semelhanças, o trabalho mostra-se apenas como um roteiro de pesquisa. Foi apresentado em 2011 em um evento nacional e, nos bancos de pesquisa analisados, não foram encontrados outros trabalhos decorrentes desses questionamentos.

O terceiro trabalho, de Pedro Celso Campos (2006), tem como tema central o estudo do jornalismo ambiental por intermédio da abordagem sistêmica e interdisciplinar, com o objetivo de propor a educação ambiental integrada e permanente pelo jornalismo. Em relação ao ensino, aborda especificamente os estudantes de jornalismo de duas formas diferentes. Primeiro o autor aplica formulários a estudantes participantes do I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, o que dialoga com a presente pesquisa. O objetivo dos formulários era saber o que pensavam os alunos sobre a temática ambiental e como viam o jornalismo ambiental. O resultado dos 48 formulários respondidos confirma uma das premissas da atual pesquisa: “[...] foi possível constatar o interesse dos alunos pelos problemas do meio ambiente, mas foi igualmente possível observar que eles se ressentem da falta de uma formação sistêmica e do diálogo entre as disciplinas” (CAMPOS, 2006, p.21). Apesar da confirmação, é preciso salientar que apenas estudantes interessados de alguma forma à temática responderam os questionamentos, afinal estavam presentes em um Congresso específico sobre jornalismo ambiental.

Em um segundo momento, o autor apresenta modelos de reportagens desenvolvidas por alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com inferências de como é possível realizar um jornalismo mais sistêmico a partir da exploração de novas linguagens. Apesar de não especificar a estratégia metodológica utilizada, este ponto dialoga com uma das propostas dessa pesquisa, a adaptação da pesquisa-ação. Ao ministrar uma disciplina específica sobre a temática, supõe-se que novas formas de se fazer o jornalismo ambiental podem ser debatidas e desenvolvidas.

Já o quarto trabalho, de Ana Paula Lückman (2007), se afasta um pouco da proposta aqui trabalhada. A partir das relações entre jornalismo, educação e meio ambiente, a autora investiga através de estudo de recepção os possíveis aspectos educativos do noticiário sobre a crise ambiental veiculado pelos meios de comunicação. Apesar da abordagem diferente, por não tratar especificamente do ensino, o trabalho analisa como as notícias são recebidas

por jovens de 18 a 26 anos, estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Diferente dos outros três trabalhos, este aponta possibilidades metodológicas e teóricas isoladas, como contribuições nos instrumentos e métodos de análise utilizados: questionários e grupos de discussões. Através dos questionários, por exemplo, Lückman conseguiu identificar algumas representações dos jovens em relação à crise ambiental, que colaboram para a análise dos estudantes de jornalismo desta pesquisa, que apresentam a mesma faixa etária.

Os trabalhos analisados, cada um com suas especificidades, demonstram a carência de produções científicas que contenham as três temáticas centrais propostas nesta dissertação (meio ambiente, jornalismo e ensino universitário) afinal, com o recorte de apenas quatro trabalhos entre os mais de 154 mil encontrados, a expectativa é que muito ainda pode ser desenvolvido sobre o tema.

Apesar do esforço em abranger o maior número de palavras-chave e bancos de busca, imagina-se que outros trabalhos relacionados à temática já foram realizados e não foram contemplados nesta coleta, ou por não conterem tais palavras-chave ou por estarem em bancos de teses, dissertações ou artigos não consultados. Entretanto, com o número encontrado, foi possível precisar alguns caminhos predominantes nas áreas. Nos trabalhos sobre jornalismo ambiental, por exemplo, as propostas metodológicas predominantes são a análise de conteúdo e a análise de discurso, com foco, principalmente, na produção dos materiais noticiados sobre o tema. Já nos trabalhos sobre o ensino do jornalismo, o olhar aos currículos e docentes é dominante; poucas vezes os estudantes fazem parte do objeto de estudo.

Dessa forma, colhendo informações potenciais para o reconhecimento do cenário desta pesquisa, em pelo menos uma década e meia, – após uma coleta e triagem significativas, mas não definitivas – observa-se que o mapa desenhado a partir da união de pontos como meio ambiente, ensino e jornalismo, ainda pode receber novos e diferentes caminhos, e é isso que esta pesquisa propõe.

1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Ao entender que a pesquisa teórica e a pesquisa empírica devem andar juntas, se relacionando a cada nova descoberta, a dissertação trabalha com dados empíricos ao longo de todo o seu percurso, buscando facilitar o entendimento e os tensionamentos teóricos. Dessa forma, como ponto de partida, este capítulo apresenta o *corpus* da pesquisa, bem como a trilha metodológica escolhida.

Com o objetivo de abranger todo o processo de ensino/aprendizagem, a pesquisa envolve os diferentes sujeitos presentes nas universidades: coordenadores de curso, professores e alunos, bem como os currículos de cada curso e as ementas das disciplinas relacionadas à temática. Para dar conta de todo o processo, segue a perspectiva transmetodológica, também chamada de multimétodos, defendida por autores como Maldonado (2003), Rossetti (2010) e Santaella (2001), por exemplo. Esta perspectiva “busca uma articulação de métodos organizados em torno de uma *episteme* e uma conceptualização comunicacional renovadoras” (MALDONADO, 2003, p. 220). Cada vez mais presente em pesquisas na área da comunicação, a perspectiva traz o uso de diferentes métodos de forma sucessiva ou interligada.

As complexidades de pesquisas configuradas em contextos múltiplos, diversidade de níveis de análise, participação de distintos conjuntos de teorias e redes conceituais, e estruturas estratégicas reconstruídas e reformuladas de acordo com a problemática comunicacional demandam a inclusão e reestruturação de várias perspectivas e modelos metodológicos. O transmetodológico torna-se, desse modo, uma premissa epistêmica para a geração de investigações com pretensões de cientificidade no campo das ciências da comunicação (MALDONADO, 2003, p. 221).

Nesta pesquisa, a escolha dos diferentes métodos, além de abranger todo o processo de ensino, busca trazer dados quantitativos e qualitativos, porém, a ênfase está nesta segunda abordagem. Os métodos e procedimentos são utilizados e apresentados em diferentes momentos da pesquisa, conforme detalhado a seguir.

1.1 CONHECENDO O *CORPUS* DA PESQUISA

O *corpus* de pesquisa foi definido a partir de pesquisa exploratória, realizada de julho de 2015 a março de 2016. Primeiramente, buscou-se no site do Ministério da Educação (MEC) as instituições de ensino superior e cursos cadastrados de jornalismo, ou comunicação social com habilitação em jornalismo, no Sul do país. O site (<www.emec.mec.gov.br>) foi escolhido por se apresentar como a base de dados oficial e a única fonte de informações relativas às instituições de educação superior.

Como consta na introdução, a busca resultou em 60 instituições, entre universidades, centros universitários, faculdades e institutos: 22 do estado do Paraná (PR), 16 do estado de Santa Catarina (SC), e 22 do estado do Rio Grande do Sul (RS). Para dar conta de todo o processo de pesquisa, optou-se por contemplar apenas as universidades na pesquisa empírica, não levando em conta as chamadas faculdades isoladas ou centros/institutos de ensino superior. Esta escolha reduziu o *corpus* para 30 universidades, sendo oito do Paraná¹⁶, oito de Santa Catarina¹⁷ e 14 do Rio Grande do Sul¹⁸.

Em um segundo momento, com as universidades já escolhidas, optou-se pela realização de entrevistas fechadas com os coordenadores de curso, a fim de identificar o perfil da universidade, a adequação ou não dos cursos às novas diretrizes curriculares aprovadas em 2013 e a inclusão ou não da temática ambiental na grade curricular. Durante seis meses (excluindo aqui o período de férias escolares), foram enviados e-mails às coordenações. Para a maioria delas foi necessário o envio de mais de um e-mail com a solicitação, sendo que algumas chegaram a seis e-mails e telefonemas. O resultado foi o retorno de 23 instituições¹⁹, o que corresponde a 76% do total. Das 23 universidades, seis são do Paraná, seis de Santa Catarina e 11 do Rio Grande do Sul.

Em relação à figura jurídica (gráfico 1), a maioria das universidades é privada (12), sendo duas de SC, duas do PR e oito do RS. As federais públicas somam cinco (uma de SC, uma do PR e três do RS), as estaduais públicas

¹⁶ Universidade Positivo, UFPR, Unicentro, PUC, UEPG, Tuiuti, UEL e Unopar.

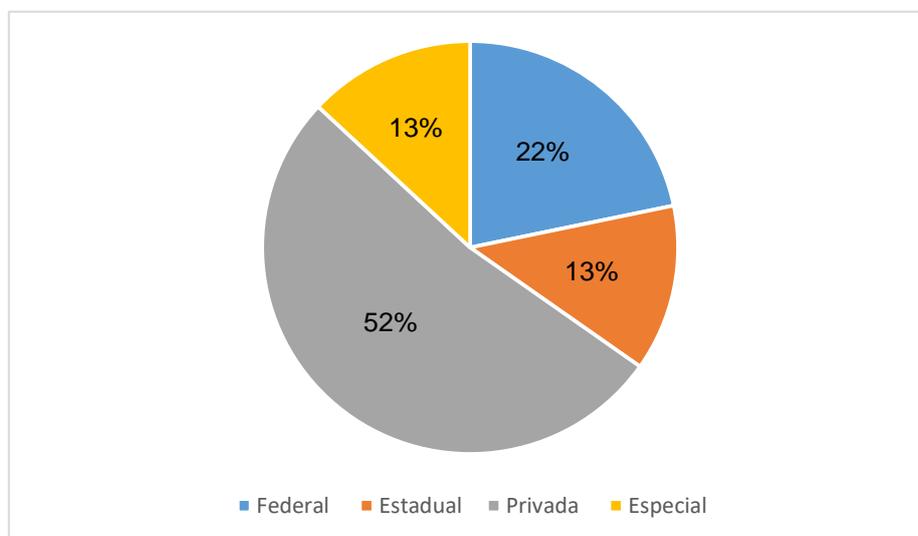
¹⁷ Unochapecó, Uniplac, UFSC, Univali, Furb, Unisul, Uniarp e Unesa.

¹⁸ Unisinos, UFRGS, UFSM, UFSM – FW, Ulbra, Unicruz, Unijui, Feevale, UPF, Unisc, UCS, Ucpel, Urcamp e Ufpel.

¹⁹ Não responderam a pesquisa: UEL e Unopar (PR), Uniarp e Unesa (SC), Ucpel, Urcamp e Ufpel (RS).

somam três (as três do PR), e as especiais (aquelas que recebem recursos públicos, mas têm outras formas de manutenção e não são gratuitas) também somam três (as três de SC).

GRÁFICO 1 – CATEGORIA DAS 23 UNIVERSIDADES PESQUISADAS



FONTE: Autora (2016).

Do estado paranaense, as instituições são: Universidade Positivo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR e Universidade Tuiuti do Paraná – UTP (privadas), Universidade Federal do Paraná – UFPR (federal), Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (estaduais).

De Santa Catarina são: Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, Universidade do Vale do Itajaí – Univali (privadas), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (federal), Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac e Universidade Regional de Blumenau – FURB (especiais).

Do Rio Grande do Sul são as seguintes instituições: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Universidade de Passo Fundo – UPF, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc – Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijui, Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Universidade do Contestado do Sul – UCS, Universidade Feevale (privadas), Universidade Federal do Rio

Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Federal de Santa Maria de Frederico Westphalen – UFSM-FW (federalis). Esta última universidade, apesar de ser apenas outro câmpus da Universidade Federal de Santa Maria, apresentou, na pesquisa exploratória uma grade curricular independente e diferente, por isso foi incorporada na pesquisa.

1.2. A TRILHA METODOLÓGICA

A partir da pesquisa exploratória, que definiu o *corpus* da pesquisa e garantiu acesso aos currículos das universidades e ementas de algumas disciplinas, a trilha metodológica foi desenhada com a reunião de diferentes métodos e procedimentos.

Em relação aos docentes, para identificar suas visões sobre as inter-relações entre comunicação e meio ambiente, e como são construídas as disciplinas relacionadas ao tema, optou-se pela aplicação de entrevistas semiabertas (DUARTE, 2015) com professores (as) que já ministraram disciplinas relacionadas ao jornalismo ambiental. A partir de um primeiro contato com alguns professores (as) e sinalizada a preferência por esse formato, as entrevistas foram realizadas por e-mail.

A escolha por este procedimento justifica-se pela possibilidade de se obter respostas a partir da experiência subjetiva das fontes, da prática, pontos positivos e também das dificuldades vivenciadas em sala de aula. De acordo com Duarte (2013, p. 66), na entrevista semiaberta a lista de questões “tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta de forma mais aberta possível”. Este modelo conjuga um roteiro pré-estabelecido e uma flexibilidade de adequar as perguntas de acordo com cada entrevistado, caso seja necessário.

A escolha dos professores (as) foi realizada a partir dos seguintes critérios: professores que fazem parte das universidades do *corpus* da pesquisa; professores (as) que já ministraram disciplinas relacionadas à temática ambiental nos cursos de jornalismo; professores que fazem parte do quadro docente de uma das universidades que respondeu à pesquisa exploratória. Como algumas disciplinas ainda não foram ministradas e algumas

coordenações de curso não responderam a informação, o número chegou a 12 professores (as), porém apenas cinco retornaram os questionamentos: um do estado do Paraná (Unicentro, universidade pública estadual), dois de Santa Catarina (os dois da Univali, universidade privada) e dois do Rio Grande do Sul (UFRGS e UFSM – FW, universidades federais).

Em relação ao perfil desses professores (as), todos têm graduação em comunicação social com habilitação em jornalismo, todos são mestres (dois em comunicação, um em jornalismo, um em educação e um em história) e quatro são doutores (os quatro na área de comunicação). A atuação dos profissionais como professores (as) varia: o mais antigo atua há 37 anos e, o mais novo, há um semestre. Dos cinco professores, apenas um ministra disciplinas apenas para o curso de jornalismo; os outros também ministram para cursos como publicidade e propaganda, relações públicas, relações internacionais e museologia e arquivologia. Sobre as disciplinas que já ministraram o número também varia: vão de três a 15 disciplinas, nenhum dos professores ministra ou já ministrou apenas uma.

A partir dessa rápida apresentação dos entrevistados, ao longo da pesquisa são exibidas as disciplinas que já ministraram ou ministram sobre a temática ambiental, como e porque começaram a ministra-la, se possuem formação específica sobre a temática, os objetivos e principais desafios das disciplinas, entre outras questões. A ideia é cruzar essas informações com as ementas de cada disciplina e às informações recebidas do corpo discente.

Para entender o olhar dos alunos sobre o tema, esses vistos como essenciais para responder as questões de pesquisa e contemplar todo o processo de ensino/aprendizagem – pois são eles que poderão fazer ou não a diferença na produção jornalística em torno do meio ambiente – optou-se por diferentes instrumentos, o que garante uma visão ampla e possibilita a comparação de dados quantitativos e qualitativos, mesmo que a ênfase esteja no segundo.

Para uma perspectiva mais abrangente, foram aplicados questionários, também chamados de entrevistas fechadas, com os alunos de jornalismo. Conforme Duarte (2015, p. 67), este procedimento é realizado com “perguntas iguais para todos os entrevistados, de modo que seja possível estabelecer uniformidade e comparação entre respostas”.

A aplicação ocorreu no ambiente online, pela ferramenta *google form*²⁰, com divulgação nas redes sociais e apoio das coordenações de curso. A partir do contato feito na pesquisa exploratória, outro e-mail foi encaminhado com o questionário, pedindo colaboração na divulgação do *mailing* dos alunos, tanto nas instituições que apresentam disciplinas relacionadas ao tema, como nas que não apresentam.

O questionário (ver anexo 1) ficou aberto de março a maio de 2016 e recebeu um total de 102 respostas, as quais 96 foram consideradas válidas – seis respostas eram de instituições que não fazem parte do *corpus* de pesquisa, como universidades de outras regiões do país ou institutos e faculdades. Das 96 respostas, foram identificadas oito instituições que fazem parte do *corpus*, dos três estados do Sul (tabela 3) e alunos de diferentes períodos acadêmicos (tabela 4).

TABELA 3 – INSTITUIÇÕES DOS 96 ALUNOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO

| Instituição | Número de alunos |
|----------------------------|------------------|
| UFSC (SC) | 25 |
| UFPR (PR) | 22 |
| Unochapecó (SC) | 18 |
| Univali (SC) | 17 |
| UFSM (RS) | 7 |
| UFRGS (RS) | 3 |
| Universidade Positivo (PR) | 3 |
| FURB (SC) | 1 |
| Total | 96 |

FONTE: Autora (2016).

²⁰ O questionário estava online pelo link: <https://docs.google.com/forms/d/16TR9ewj5abeMtu5iqxKewjZQEvDigsdlOcxZe7_G1_k/viewform> e intitulado: “Jornalismo ambiental na graduação”.

TABELA 4 – PERÍODO ACADÊMICO DOS 96 ALUNOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO

| Período acadêmico | Número de alunos |
|-------------------|------------------|
| 1º semestre | 11 |
| 2º semestre | 2 |
| 3º semestre | 16 |
| 4º semestre | 4 |
| 5º semestre | 19 |
| 6º semestre | 6 |
| 7º semestre | 21 |
| 8º semestre | 17 |
| Total | 96 |

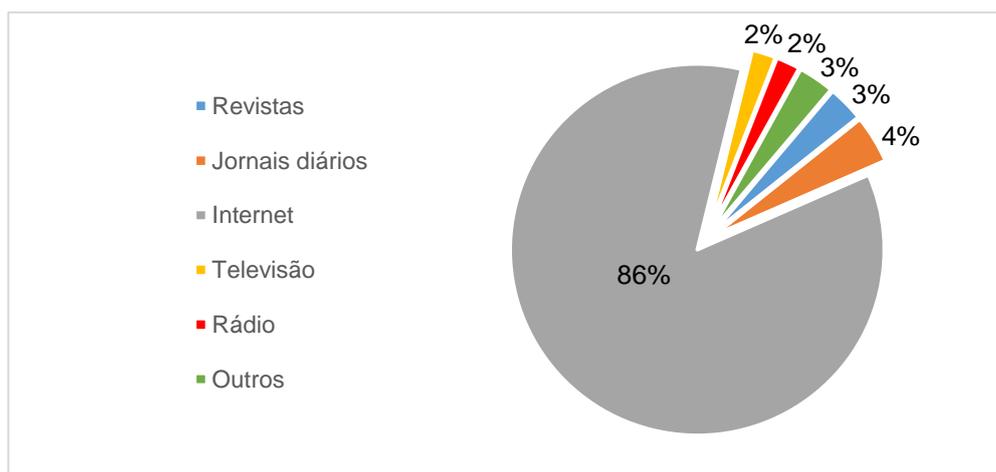
FONTE: Autora (2016).

Para traçar um rápido perfil dos estudantes, o questionário também contou com perguntas sobre trabalho e ocupação. Dos 96 alunos, 57 trabalham, desses, a ocupação é variada: estágio (24)²¹, área da comunicação (17), área ambiental (1) e outras (15). No questionário esta questão foi aplicada de forma aberta, ou seja, possibilitou ao aluno responder livremente; isso, infelizmente, acarretou dúvidas sobre as categorias, como com relação às áreas exercidas nos estágios (se de comunicação ou não), por exemplo. De qualquer forma, os resultados mostram-se importantes por boa parte dos entrevistados já estarem no mercado de trabalho e apenas um trabalhar na área ambiental.

Ainda sobre o perfil, o questionário perguntou por qual meio de comunicação o aluno geralmente costuma se informar, e a maioria (82 alunos) apontou a internet (gráfico 2).

²¹ Esta categoria aborda estágio em diferentes áreas, não especificadas na resposta.

GRÁFICO 2 – MEIO DE COMUNICAÇÃO PELOS QUAIS OS ALUNOS COSTUMAM SE INFORMAR



FONTE: Autora (2016).

Para se obterem dados relacionados à pesquisa, o questionário contou com perguntas como: se o aluno já cursou alguma disciplina relacionada ao tema, se sim, qual; se costuma se informar sobre o meio ambiente; quais os principais temas que estão relacionados ao meio ambiente na mídia; o que é meio ambiente; o que é jornalismo ambiental; como acha que deve ser a atuação dos jornalistas nas abordagens ambientais; e se acha necessário que conteúdos ambientais sejam abordados no curso de jornalismo, se sim, de que forma (em disciplina optativa, obrigatória ou de forma transversal). Essas questões são analisadas no decorrer do trabalho, ao longo dos próximos capítulos, em momentos diferentes, a fim de garantir maior proximidade com os tensionamentos teóricos.

Outro procedimento realizado com os alunos foi uma adaptação da técnica de pesquisa-ação na disciplina optativa Jornalismo e Meio Ambiente, ministrada pela pesquisadora na Universidade Federal do Paraná no primeiro semestre de 2016, de março a julho²². De acordo com Michel Thiollent (2011, p. 20), a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a

²² A Universidade Federal do Paraná possibilita e incentiva que mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, onde a pesquisadora se insere, ministrem disciplinas optativas para o curso de graduação em Comunicação, validando-as, inclusive, como atividades orientadas. A disciplina ofertada deve estar alinhada à pesquisa de mestrado e ser supervisionada, em todos os momentos, pelo(a) professor(a) orientador(a) do mestrado(a). Dessa forma, as disciplinas optativas podem ser oferecidas tanto por professores permanentes ou substitutos do Departamento, como por mestrandos da área.

resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Assim, este tipo de pesquisa significa um processo conjunto “de investigação e ação, cuja intenção primordial é o conhecimento e a resolução do problema coletivo a partir dos fatos observados, culminando na transformação dos pesquisadores e dos participantes envolvidos no contexto social, sítio do problema” (MONTEIRO et al, 2010, 168).

Segundo um dos principais pesquisadores sobre a metodologia, Thiollent (2011), a proposta de pesquisa-ação dá ênfase a análise de diferentes formas de ação, por isso aqui ela é entendida como uma adaptação do procedimento. Apesar de trabalhar em nível microssocial, esta pesquisa não teve tempo de conhecer todos os aspectos estruturais da realidade social dos alunos, restringindo-se às suas atividades e discussões em sala de aula. Entretanto, mesmo não atendendo a um dos principais requisitos da metodologia (o tempo), aqui ela é considerada uma adaptação da pesquisa-ação, em função da interferência nos alunos e em suas futuras ações como jornalistas a partir do conhecimento que circulou em sala de aula. É ainda considerada uma adaptação por se ancorar teoricamente e empiricamente em seus passos, porém durante período de tempo curto e sem grande imersão no grupo pesquisado.

Com semelhanças à observação-participante e à pesquisa-participante, a pesquisa-ação se difere por alguns motivos:

1. O grupo não apenas sabe que está sendo investigado, mas também conhece os objetivos da pesquisa e participa do processo de sua realização; 2. Ela implica o engajamento do pesquisador no ambiente investigado e também no envolvimento das pessoas do grupo no processo da pesquisa [...]. 3. A pesquisa tem o propósito de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado; e 4. Os resultados – e o próprio processo da pesquisa – revertem em benefício do grupo, pois servem de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas *in loco* (PERUZZO, 2015, p. 138).

Ou seja, um dos principais objetivos da proposta é “dar aos pesquisadores e grupos participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em

particular sob forma de diretrizes de ação transformadora” (THIOLLENT, 2011, p. 14).

Este tipo de ferramenta é mais comum na área da educação e, no caso da disciplina ofertada, possibilitou ganho tanto para os alunos, como para a pesquisadora. Ao observar o desenvolvimento dos alunos com a temática, o processo de familiarização e as dificuldades presentes no processo de ensino das inter-relações entre comunicação e meio ambiente, vários resultados foram pontuados, os quais são descritos ao longo da pesquisa. Como destacado por Thiollent (2011, p. 25), diferente da pesquisa social convencional, onde são priorizados os aspectos individuais, como opiniões ou atitudes, por exemplo, na pesquisa-ação “é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação”.

A disciplina contou com 24 alunos, de diferentes semestres (3º, 5º, 7º e alunos que estavam se formando) e de diferentes habilitações²³. Apesar de se apresentar como uma disciplina específica da área de jornalismo, três alunos do curso de publicidade e propaganda, e três alunos do curso de relações públicas, também mostraram interesse e participaram das aulas. A inclusão de outras habilitações exigiu algumas mudanças no plano de ensino e também proporcionou algumas inferências sobre o tema da pesquisa, como pode ser observado no sexto capítulo.

A produção da ementa (anexo 2) e do plano de ensino (anexo 3) partiu do conhecimento prévio da pesquisadora, como também foi baseada em disciplinas já ministradas em outras instituições, com apoio e supervisão da orientadora desta dissertação, professora da UFPR que tem oferecido a temática de jornalismo ambiental ou comunicação ambiental como disciplina optativa em outras ocasiões, e que integra o corpo docente da pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. A disciplina foi ministrada às sextas-feiras, das 8h30 às 10h30 e, ao total, foram realizados 14 encontros (visto alguns feriados durante o semestre).

É importante destacar que este método, até então desconhecido pela autora, resultou em muitas possibilidades de avanço para a dissertação, mas

²³ Na UFPR, o campo da comunicação conta com três cursos diferentes, cada um com sua habilitação: jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas.

também alguns desafios e limitações do próprio tipo de pesquisa, mesmo sendo considerado como uma adaptação. Entre as possibilidades, destaca-se o fato da pesquisadora poder vivenciar o próprio objeto de pesquisa: além de ouvir as diferentes vozes e opiniões de alunos e professores das universidades do Sul do país, foi possível identificar na sala de aula, a partir do contato e discussões com os alunos, as limitações ou potencialidades que o ensino do jornalismo ambiental propõe. Sobre os desafios, o principal foi saber lidar com dois papéis distintos, mas ao mesmo tempo dependentes um do outro, o de pesquisadora e o de professora; em toda e qualquer atividade realizada, seguiu-se a orientação didática sugerida pela orientadora de mestrado, buscando aliar a docência aos objetivos da pesquisa em questão. Outro desafio foi equilibrar a objetividade e a subjetividade necessárias e presentes em qualquer pesquisa, tomando o cuidado para que esta última, a partir da própria experiência de vida da pesquisadora, não ganhasse evidência. Em relação às limitações do método, observou-se a falta de roteiros para o melhor planejamento e execução de uma pesquisa-ação, o que agregou, de certa forma, um aspecto quase que intuitivo no decorrer de cada aula.

Outro procedimento realizado, para se obter informações qualitativas, foi a aplicação de grupos focais com alunos de duas universidades que fazem parte do *corpus* da pesquisa. A ideia inicial era aplicar essa técnica em quatro instituições²⁴, três que já ministraram disciplinas relacionadas sobre o tema, envolvendo os três estados do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade do Vale do Itajaí - Univali e Universidade Federal do Paraná - UFPR) e uma que apontou, na pesquisa exploratória, trabalhar de forma transdisciplinar com o meio ambiente (Universidade Regional de Blumenau – Furb). Porém, por problemas de agenda e dificuldade em reunir alunos de duas das universidades, o grupo focal foi realizado apenas com as instituições catarinenses mencionadas: a Univali, que aborda o tema com uma disciplina obrigatória, e a Furb, que trabalha a questão ambiental de forma transversal. Os dois grupos foram realizados no mês de outubro de 2016. Na

²⁴ A escolha das instituições, além de apresentarem o tema na pesquisa exploratória, deu-se também por englobarem os três estados do Sul do país, de categorias diferentes (públicas e privadas) e com diferentes formas de apresentação do tema (disciplina obrigatória, optativa e de forma transversal).

Univali participaram oito alunos do 8º semestre que estavam cursando a disciplina de jornalismo ambiental, e na Furb foram seis alunos de diferentes semestres.

A escolha pelo procedimento justifica-se pela necessidade de entender o olhar dos alunos sobre a questão de pesquisa: como observam o ensino do jornalismo ambiental, de que forma a disciplina ou discussão sobre o tema contribui para sua formação acadêmica e profissional, como foi o processo de familiarização sobre o meio ambiente, de que forma a temática poderia ser melhor trabalhada, entre outras questões. Apesar da redução do número de grupos realizados, a técnica possibilitou algumas descobertas, principalmente por salientar as diferenças de uma universidade que aplica o tema como disciplina obrigatória e outra que o ensina de forma transversal. Todas as discussões e resultados também são apresentados ao longo da pesquisa, principalmente no Capítulo 5.

Os dois grupos focais foram realizados seguindo orientações da própria metodologia: os grupos foram formados respeitando-se a homogeneidade, pois todos os participantes são alunos de jornalismo; e respeitou-se o número sugerido entre seis e 12 pessoas: no grupo da Furb participaram seis alunos e, na Univali, oito alunos. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento, que autorizaram o uso de suas falas na pesquisa sem a identificação do nome. Além disso, os dois grupos foram gravados (apenas gravação da voz, para não inibir os participantes), contaram com relatores, que fizeram anotação cursiva sobre o que se passou e o que se falou, e foram realizados em um ambiente familiar, a própria universidade. O roteiro dos dois grupos apresentavam similaridades em perguntas gerais, mas diferenças nas relacionadas às disciplinas, visto que são formatos diferentes. Para a análise dos resultados, as gravações foram transcritas e comparadas/complementadas com as anotações dos relatores.

Para Costa (2015, p. 183), “o grupo focal é altamente recomendável quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado, quando se quer aprofundar o conhecimento de um tema”. Além dessas vantagens, a escolha deu-se também pela interação que proporciona com os entrevistados, os diferentes olhares que

podem ser percebidos e a possível discussão sobre a importância ou não de disciplinas relacionadas ao meio ambiente nos cursos de jornalismo.

Para contemplar as outras duas universidades antes previstas para participarem do grupo focal, a UFRGS e a UFPR, optou-se pela realização de entrevistas por Skype com duas alunas ou ex-alunas de cada instituição. Apesar de, neste caso, não existir a interação do grupo, a entrevista possibilitou observar como se dá o entendimento das estudantes que já cursaram disciplinas optativas relacionadas à temática, quais as principais descobertas e, principalmente, qual a importância do conhecimento recebido em sala de aula.

As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro de 2016. Na UFPR, uma das entrevistadas estava no último semestre do curso de jornalismo e a outra concluiu o curso em 2016. É importante salientar que essas estudantes não fazem parte do grupo analisado pela adaptação da pesquisa-ação, pois cursaram uma disciplina relacionada à temática anteriormente e com outra professora. Já na UFRGS, pela distância e não conhecimento de alunos que cursam jornalismo, a entrevista ocorreu com duas ex-alunas que hoje cursam doutorado na área ambiental. Além da disposição apenas das duas ex-alunas, a escolha se justifica também para entender se a tradição de pesquisa de jornalismo ambiental da universidade está relacionada ou não à oferta de disciplinas.

Em alguns momentos específicos, para analisar o conteúdo obtido a partir de certos procedimentos, esta pesquisa se ancora na análise de conteúdo, realizada de forma simplificada a partir de Bardin (2016), a qual a define como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos extremamente diversificados: “é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (p. 15). Dessa forma, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (p. 44). Nesta pesquisa, com ênfase nos dados qualitativos, a aplicação simplificada da análise de conteúdo visa colaborar na interpretação de dados como o olhar dos alunos e professores sobre o meio ambiente e a análise das disciplinas e suas ementas.

Por fim, para abarcar esses diferentes métodos e ir ao encontro de uma perspectiva mais ampla, a pesquisa se utiliza da estratégia de triangulação. Como apontado por Azevedo et.al (2013), a triangulação significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados.

Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Ela contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (p. 4)

Nesse caso, utilizou-se a triangulação metodológica, com opção pelo uso de múltiplos métodos para obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno. Segundo Oliveira (2015, p. 139), esse entendimento é rico para o desenvolvimento de pesquisas, em especial sociológicas, “no sentido de conseguir mais abrangência e alcance e, o que melhor lida com os problemas ontológicos e epistemológicos da junção de diferentes métodos, uma vez que cada fonte de dados, cada método, fornece resultados para componentes distintos da proposição teórica que informa a pesquisa”.

O cruzamento dos dados, apresentado no último capítulo, é realizado pela interpretação livre, ou seja, não se ancora a outro método específico, mas o interpreta pela reunião de informações e resultados que combinados pretendem responder à questão central da pesquisa.

2 DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O MEIO AMBIENTE

Refletir sobre as diferentes inter-relações do meio ambiente no tempo em que vivemos requer algum esforço, até porque, desde meados do século XX, prosseguindo neste início de milênio, a época se apresenta como de intensas mudanças locais e globais. A partir da grande exploração de recursos naturais mundiais que se intensificou no século XX, não apenas o número e o alvo de problemas ambientais aumentaram, mas uma nova categoria de questões ambientais emergiu (ALBAGLI, 1998). Destruição da camada de ozônio, poluição dos ambientes marinhos, mudança climática global, devastação de florestas, crimes ambientais e epidemias de novas doenças são apenas alguns exemplos dos assuntos que se tornaram, infelizmente, corriqueiros em nossa rotina.

Sarita Albagli (1998) avalia como o desenvolvimento técnico-científico acentuou a pressão sobre os recursos naturais mundiais, ultrapassando as preocupações e precauções quanto aos desequilíbrios gerados nos sistemas naturais e sociais. Para Porto-Gonçalves (2004, p. 18), a problemática ambiental está atrelada a uma crença acrítica de que sempre há uma solução técnica para tudo: “Com isso ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico”. Enrique Leff (2002) complementa que a problemática ambiental não é ideologicamente neutra, muito menos alheia a interesses econômicos e sociais:

Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou assim efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises (LEFF, 2002, p. 64).

Dessa forma, apesar de todos os benefícios apontados pelos que defendem soluções baseadas na tecnologia e que apenas enxergam vantagem nos processos de globalização, o mundo contemporâneo apresenta um verdadeiro caos em termos socioambientais e pode-se afirmar que o planeta,

de forma ampla, “pede socorro”. Porto-Gonçalves (2004) define a sociedade globalizada como uma sociedade de risco e defende a necessidade de repensarmos a relação entre a humanidade e o planeta.

Porém, para que haja transformação neste panorama, e idealmente as crises surgem quando são necessárias mudanças, é preciso que as pessoas, em suas atividades sociais e econômicas, entendam a relação entre o meio ambiente e práticas cotidianas, ou seja, como o modo de vida e de consumo da atual sociedade interfere nas questões ambientais de forma concreta. Para isso, a primeira tarefa é entender o conceito de meio ambiente, a partir de diferentes perspectivas teóricas e olhares pragmáticos/prescritivos sobre a temática ambiental, os quais implicam diretamente na concepção sobre a problemática e nas práticas sociais diárias, bem como no jornalismo ambiental, que também pode ser visto como uma prática social de alto valor simbólico.

A partir da definição de qual meio ambiente a pesquisa se refere, dá-se prosseguimento à tarefa de desvendamento temático, estudando-se a trajetória da questão na sociedade, aspecto fundamental para delinear o terreno de discussões que vivemos atualmente. Miguel (2008, p. 336) aponta que, ao longo dos séculos, a relação homem e meio ambiente, as questões relativas à preservação ambiental e até a discussão sobre o que se chama de “sustentabilidade” tiveram interpretações diversas: “Com uma visão, inicialmente, romântica, partindo para o racionalismo e cientificismo do século XIX, até uma percepção holística e catastrófica que se pode notar atualmente”.

Só a partir do entendimento de que se trata de um campo de conhecimento complexo, e em construção, do ponto de vista teórico-epistemológico, assim como do ponto de vista do entrecruzamento de interesses políticos e econômicos que o cercam, é que poderemos refletir sobre as inter-relações conflituosas entre sociedade e natureza e nos sentiremos seguros para plantar uma nova muda no terreno.

2.1. O OLHAR DA PESQUISA

Muito se fala e se escuta sobre a temática ambiental, mas afinal, o que é meio ambiente? A pergunta apresenta respostas variadas, que podem se restringir a um conceito que se refere apenas à fauna e a flora ou até envolver

todo o mundo em que vivemos, em suas dimensões físicas, sociais e psicológicas.

Para as Nações Unidas, meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um curto ou longo prazo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. Já para a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) do Brasil, meio ambiente se define como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas²⁵.

Nesta pesquisa, adota-se a visão sociológica, a qual considera a questão ambiental “uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais” (LEFF, 2002, p. 111). A partir da leitura de vários autores, as argumentações aqui colocadas se baseiam na visão epistemológica de Enrique Leff, como autor central. Segundo ele (2002; 2012), o ambiente não é apenas o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, mas uma categoria sociológica, relacionada a uma racionalidade social e configurada por comportamentos, valores, saberes e potenciais produtivos.

Por meio dessa visão sociológica, entende-se que o meio ambiente é o conjunto de todos os fatores materiais ou imateriais que afetam o indivíduo e que vão desde a paisagem até a mentalidade da época. Assim, a percepção ambiental de uma pessoa “não só provém dos interesses envolvidos numa problemática determinada, ou pela desigual distribuição social dos custos ecológicos” (LEFF, 2002, p.145). A percepção, e também consciência ambiental, se constitui a partir de condições culturais, políticas, econômicas, geográficas e das perspectivas e aproximações teóricas, ideológicas e cognitivas-psicológicas.

Ao citar Elizabeth Bird, Hannigan (1995) complementa que a compreensão que temos dos problemas ambientais é, em si própria, uma construção social que se situa numa variedade de experiências negociadas. Assim, para o autor, “a forma como formulamos o conhecimento ambiental torna-se conseqüentemente a base de afirmações contestatárias dos direitos

²⁵ Definições conforme o site <<http://www.significados.com.br/meio-ambiente/>>, acessado em fevereiro de 2016.

básicos, responsabilidades e respostas em relação à tecnologia, natureza e sociedade” (HANNIGAN, 1995, p. 145).

Diante dessa visão sociológica, ainda que em fase de construção, o campo ambiental, centrado nas relações entre a sociedade e a natureza, é essencialmente interdisciplinar. Ele “[...] emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais” (LEFF, 2012, p. 17).

Essa interdisciplinaridade surge por volta dos anos 1960, quando as críticas ao modelo industrial e ao progresso tecnológico passam a ser mais intensas e quando também se intensifica o debate sobre o modelo de ciência preponderante (DEL VECCHIO DE LIMA et al, 2015). Surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos e como uma metodologia, tanto para o avanço do conhecimento, como para a resolução de problemas práticos. Conforme Leff (2002) é aí que se produz uma série imaginária de ciências ambientais que, “sendo um leque de disciplinas, especializações e técnicas para uma prática de ecodesenvolvimento, não possuem objetos científicos propriamente ditos” (p. 38).

Dessa forma, a interdisciplinaridade exige, para compor o conhecimento ambiental, novas relações entre as disciplinas, onde o objeto em questão, o meio ambiente, se situa em suas fronteiras. É necessário um olhar complexo e abrangente frente à sociedade e suas diferentes áreas de conhecimento, pois como destacam Cunha e Guerra (2012, p. 100), os problemas ambientais surgem desse modelo “de sociedade fragmentária, reducionista, individualista, consumista, concentradora de riqueza, exploratória, que se volta para a degradação, antagônico às características de uma natureza que é complexa, coletiva, sistêmica”.

Sobre a necessidade de uma abordagem mais abrangente, podemos relacionar a concepção sistêmica de Capra (1982), como um conceito não similar, mas que se agrega à definição sociológica e interdisciplinar de meio ambiente aqui adotada. É importante salientar que, mesmo sem ter a visão sociológica de Leff sobre o meio ambiente, Capra dialoga com aspectos interdisciplinares da área. Segundo ele, ao invés de se concentrar em elementos ou substâncias isoladas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios

básicos de organização; e exemplos desses sistemas são abundantes, indo de qualquer organismo vivo até sistemas sociais e ecossistemas. Por exemplo,

O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relação entre eles. Todos esses sistemas naturais são totalidades cujas estruturas específicas resultam das interações e interdependência de suas partes. A atividade dos sistemas envolve um processo conhecido como transação — a interação simultânea e mutuamente interdependente entre componentes múltiplos. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 1982, p. 245).

Esta visão sistêmica transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais. De forma semelhante, a partir da ideia de ultrapassar o conhecimento normatizado, na abordagem sociológica surge a proposta de uma epistemologia ambiental, própria do campo, mas constituída por diferentes áreas de conhecimento: “À epistemologia ambiental já não se apresenta apenas o problema de conhecer um mundo complexo, mas sim como o conhecimento gera a complexidade do mundo” (LEFF, 2006, p. 17).

Além da epistemologia ambiental voltada ao social de Leff e da concepção sistêmica de Capra, outra abordagem que não pode ser esquecida é a teoria da complexidade, cunhada por Morin (1995). Esta teoria, aqui não detalhada, também fala que é necessário tratar a questão ambiental de forma amplificada, como a própria realidade: sob o viés histórico, cultural, social, físico, biológico, entre outros que fazem parte da existência humana.

Apesar das diferenças presentes nas teorias dos autores já citados, a pesquisa se ancora basicamente à abordagem sociológica de Leff (2002; 2006; 2012), mas não exclui algumas aproximações dos outros autores citados que reforçam a necessidade de um olhar mais amplo e abrangente à questão ambiental.

Assim, para que toda esta abrangência se funda, o saber ambiental torna-se requisito fundamental:

O saber ambiental excede as ciências ambientais, constituídas como um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais — antropologia ecológica; ecologia urbana; saúde, psicologia, economia e engenharia ambientais — e se estende além do campo de articulação

das ciências, para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais (LEFF, 2012, p. 145).

Este saber é constituído por um conjunto de saberes de diferentes áreas do conhecimento e visa construir novos objetos interdisciplinares de estudo. Em torno de cada objeto de conhecimento é possível construir um saber ambiental, que transformará o campo, gerando novos objetos interdisciplinares, novos campos de aplicação e novos processos sociais. Em processo de construção, esse saber ainda não constitui um conhecimento acabado (LEFF, 2002), mas sua emergência já abriu novas frentes para o desenvolvimento de disciplinas sociais, como a relação entre a cultura e a natureza, as bases ecológicas para uma economia sustentável e a complementariedade entre a geografia e a ecologia, por exemplo.

As transformações do conhecimento induzidas pelo saber ambiental têm, pois, efeitos epistemológicos (mudanças nos objetos de conhecimento), teóricos (mudanças nos paradigmas de conhecimento) e metodológicos (interdisciplinaridade, sistemas complexos). O ambiente constitui um campo de externalidade e complementariedade das ciências. Em torno de cada objeto de conhecimento constrói-se um saber ambiental que problematiza e transforma seus paradigmas de conhecimento. (LEFF, 2012, p. 159).

O objetivo desse processo é então definir o ambiental de “cada ciência centrada em seu objeto de conhecimento, que leva a sua transformação para internalizar o saber ambiental que emerge em seu torno” (LEFF, 2002, p. 163). Assim, a pesquisa busca o ambiental da comunicação, mais especificamente do jornalismo, em uma perspectiva transdisciplinar e social. A prática do jornalismo e da formação de jornalistas está próxima ou distante da abordagem aqui defendida? Esta é uma das reflexões que a pesquisa se propõe.

A partir do surgimento de novos saberes, o saber ambiental fundamenta, orienta e promove um processo de transição para uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental. De acordo com Leff (2002; 2006; 2012), esta racionalidade questiona a racionalidade econômica e incorpora um conjunto de valores e critérios que reorientam a realização de propósitos ambientais. O autor defende que ela não é a expressão de uma lógica, “mas o efeito de um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas, que dão sentido e organizam os processos sociais através de certas regras, meios e

fins socialmente construídos” (LEFF, 2012, p. 125), os quais ultrapassam as leis, regras e modelos do atual sistema de produção.

Dessa forma, entendida como uma racionalidade social alternativa, constrói-se no contra fluxo da racionalidade capitalista, incorpora valores culturais atribuídos à natureza e se enraíza “na racionalidade das sociedades locais e suas economias de autossustentação, fundadas mais nos valores tradicionais de culturas diversas e em suas identidades próprias, que dão sentido à produção com a natureza” (LEFF, 2002, p. 265). Segundo o economista e epistemólogo, esta racionalidade pode ser uma das saídas para a atual degradação ambiental representada na crise da modernidade.

Assim, a partir desse olhar mais holístico sobre as questões ambientais e seus enfrentamentos, é que a pesquisa observa o meio ambiente como um campo complexo e que deve perpassar, de forma transdisciplinar, por todas as áreas de conhecimento, inclusive da comunicação. Além do reconhecimento do campo, a trajetória da questão ambiental por meio das relações governamentais e interpessoais também foi fundamental para a estruturação das discussões ambientais e percepções existentes. De acordo com Morimoto e Salvi (2009), o presente é determinado historicamente e o conceito de natureza não é estático, “diferencia-se dependendo do pensamento dos homens que o elaboraram e estudaram, naturalmente diferentes a depender de cada etapa da história da humanidade” (p.2). Assim, vê-se como necessário um resgate histórico dos principais debates e decisões relacionados à temática.

2.2 O MEIO AMBIENTE NA ARENA MUNDIAL

Iniciada na Antiguidade, no berço da Mesopotâmia²⁶, a relação entre o homem e a natureza era de dominação e diferenciação. A partir do pressuposto de que o homem não é a natureza, criou-se a ideia de que ele é superior a ela. Este foi o início do paradigma antropocêntrico que dominou o pensamento durante séculos e resiste até hoje. (MIGUEL, 2008). Segundo Leis (1999), este entendimento consistiu em uma das principais características da cultura

²⁶ Alguns estudos também indicam a Grécia nessa relação, principalmente referente à proteção ambiental. No século IV AC, por exemplo, Platão lembrava o papel preponderante das florestas como reguladores do ciclo da água e defensoras dos solos contra a erosão.

ocidental, principalmente na época moderna. Trata-se de uma visão dualista que desvalorizava, por exemplo, os animais selvagens e as florestas virgens. As matas eram vistas como o lar de animais, e não de homens; todo homem que vivesse na mata era visto e considerado como rude e bárbaro.

Dentro dessa visão, no século XVIII, surge a perspectiva utilitarista da natureza. Com a consolidação do modo de produção capitalista, muitas foram as alterações na relação do homem com a natureza (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012), pois eram levadas em conta apenas as fontes de matérias primas e fontes de riquezas presentes no ambiente natural. A partir do sistema capitalista vigente, Freitas, Nélsis e Nunes (2011, p. 42) mencionam o conceito de “fratura metabólica” para explicar a relação do homem com a natureza: “expressa a alienação entre o homem e a natureza que se dá pela especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva, quando desenvolvidas no sistema capitalista”. Neste cenário destaca-se o período da Revolução Industrial, conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. Com a substituição do trabalho artesanal pelo uso das máquinas, a produção de capital aumentou e, junto a isso, a escala de uso de recursos naturais e o desequilíbrio dessa relação. Este desequilíbrio na relação homem/natureza pode ser melhor compreendido quando observamos a variedade econômica entre os países do Norte e do Sul, onde a degradação ambiental de países subdesenvolvidos era (e ainda é) aceita para manter o desenvolvimento dos já desenvolvidos.

A partir do século XIX começaram a surgir, embora sem muita força, os primeiros sinais de emergência de uma visão ambientalista, inaugurando assim uma mudança significativa em relação aos séculos anteriores (LEIS, 1999). Nesta época, o predomínio do homem sobre a natureza ainda era uma marca presente, mas começam a surgir dúvidas sobre o lugar do homem na natureza e o caráter de seu relacionamento com as outras espécies.

À medida que a Europa e a América se tornaram mais urbanizadas, no final do século XIX, as visões de natureza mudaram e, aos poucos, emergiram valores e atitudes defensivas e protetoras do mundo natural. Em vez de uma ameaça, o “selvagem” passou a ser visto como um recurso precioso, os locais naturais passaram a ser reconhecidos pela tranquilidade, pela oportunidade de descanso e relaxamento que proporcionavam, e por construírem espaços de

equilíbrio ecológico. Em 1872, por exemplo, foi criado o primeiro Parque Nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. De acordo com Borsato (2012, p. 57), “este e outros parques surgiram, nos Estados Unidos, como um reflexo das ideias filosóficas e artísticas do movimento romântico que havia se iniciado no século XVIII, perdurando ao longo do século XIX”. Aliado a isso, a questão ambiental entrou para as pautas de discussões como forma de neutralizar a degradação urbana e os jornais começaram a publicar textos e imagens que celebravam a natureza selvagem (HANNIGAN, 1995). Esta relação mais romântica entre o homem e a natureza é chamada por Leis (1999) de estética ambientalista: “encontro da preocupação dos naturalistas para conhecer melhor a natureza, com a preocupação democrático-revolucionária pelos direitos do homem” (p. 40).

Já na virada do século, o ambientalismo começou lentamente a sair de sua fase estética, “na medida em que as diversas posições sobre o mundo natural começaram a encarnar-se em atores diferenciados; surge então o debate entre preservacionistas e conservacionistas” (LEIS, 1999, p. 42). De acordo com o autor, os preservacionistas adotavam posições mais radicais, a fim de preservar áreas virgens de qualquer uso, permitindo apenas atividades recreativas ou educacionais. Já os conservacionistas, têm uma atitude mais moderada, ao defender que os recursos naturais sejam explorados de modo racional para os proteger da degradação. Esta é uma diferenciação que permanece, mas é pouco conhecida e divulgada fora do âmbito acadêmico e dos movimentos ambientalistas. Na prática, uma boa forma para entender é observar a legislação e a forma como são tratadas as diferentes áreas de preservação ambiental e as unidades de conservação, por exemplo.

Embora autores tragam resgates históricos de diferentes períodos, a maioria defende que o ambientalismo foi, em boa parte, um movimento global. Assim, Leis (1999) comenta que era de se esperar que os primeiros passos de expressão mais significativa do ambientalismo “fossem interrompidos pela eclosão dos nacionalismos que promoveram as duas grandes guerras na primeira metade do século XX” (p. 47). Houve algumas tentativas, no início do século, de se debater o meio ambiente e promover a conservação, mas foi apenas após as grandes guerras que o tema realmente começou a ser debatido mundialmente.

As discussões, até então, se restringiam à necessidade emergente de proteger os recursos naturais do avanço territorial das populações humanas – defendida pelos protecionistas, e a necessidade de garantir a existência de recursos para as gerações futuras – defendida pelos conservacionistas, mas, não situando ainda o modelo econômico de desenvolvimento na posição central do debate (BORSATO, 2012, p. 58).

Apenas com a proliferação de artefatos atômicos e o avanço da degradação global do meio ambiente é que a preocupação ambiental ganhou uma esfera maior, afinal os resultados de suas ações já acarretavam ameaças irreversíveis à preservação do planeta e à sobrevivência da humanidade. Porém, o debate não emergiu por acaso. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o foco dos países estava na reconstrução econômica e, nessa época, a preservação ambiental era vista como entrave ao progresso, ou a um determinado modelo de progresso no qual a natureza continuava sendo a fonte de matérias-primas para alavancar a economia. No Brasil, podemos observar a busca pelo “progresso” com os incentivos públicos agrícolas que levaram ao desmatamento do Cerrado, da Mata Atlântica e da Amazônia para dar espaço às práticas agropastoris intensivas, no conjunto da chamada “Revolução Verde”. A expressão se refere à estratégia para aumentar a produção agrícola do mundo por meio de sementes melhoradas, uso de agrotóxicos, fertilizantes, maquinários e plantas geneticamente modificadas, iniciada nos anos 1970.

Segundo Borsato (2012, p.62), todas as transformações nos modos de produção, industriais e agrícolas, marcaram um novo modelo de desenvolvimento, caracterizado, principalmente, pela dicotomia campo-cidade. O desenvolvimento tornou-se sinônimo da industrialização, o que contribuiu para o afastamento entre o homem e a natureza. Ao mesmo tempo, com o surgimento das tecnologias de comunicação de massa, a sociedade recebia cada vez mais informações sobre os impactos ambientais em um espaço de tempo cada vez menor.

Mas, foi somente a partir do momento em que as pessoas começaram a reconhecer esse processo de um modelo de progresso acelerado e agressivo ao meio ambiente, é que a temática ambiental foi introduzida, aos poucos, na agenda pública internacional (ALBAGLI, 1998). Os primeiros interessados foram os cientistas, que realizaram duas conferências ainda na década de

1940²⁷, mas cujos resultados não surtiram efeitos imediatos na esfera política internacional.

Conforme Rabelo (2002), foi a partir dos anos 1960 que os ecologistas e suas organizações se popularizaram, primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa, antes de suas ideias se espalharem por outros países. A emergência neste período deu-se pela grande efervescência sociocultural que pairava sobre o mundo: “O ambientalista beneficiou-se muito deste clima revolucionário que ia desde a contracultura dos hippies do Primeiro Mundo até a guerrilha do Terceiro Mundo” (LEIS, 1999, p. 68).

Essas organizações possibilitaram a divulgação e o interesse pelo tema. No início de 1960, por exemplo, poucas pessoas tinham ouvido falar sobre a questão da crise ambiental e, em abril de 1970, quase meio milhão de americanos participaram do Dia da Terra. Para Hannigan (1995), este foi o início do movimento ambiental moderno: “O que mais notabilizou o Earth Day [...] foi a sua exigência simbólica de o “Dia primeiro” do ambientalismo, uma interpretação que foi amplamente adotada pelos meios de comunicação americanos, e que atribuiu à questão ambiental reconhecimento imediato e generalizado” (p. 15).

O tema também começou, aos poucos, a ganhar visibilidade governamental. Junto a isso, Rabelo (2002, p. 28) conta que, em 1962, nos Estados Unidos, o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, denunciou os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos como o DDT, provocando uma grande comoção, o que aumentou o interesse da opinião pública pelo assunto.

Em 1972, foi a vez do Clube de Roma²⁸, por meio de seu primeiro relatório, chamar a atenção para os limites do planeta, vinculando o crescimento da população ao uso abundante de recursos naturais. Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu em Estocolmo, a primeira Conferência Internacional para debater o meio ambiente humano (que ficou conhecida como Estocolmo 1972), que buscava soluções técnicas para os problemas ambientais. Foi o início dos “encontros mundiais

²⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos e Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza.

²⁸ Fundado em 1968, o Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

dos governos sobre o tema que se torna, a partir de então, pauta de negociações internacionais” (RABELO, 2002, p.28). A Conferência aprovou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente em 5 de junho e inspirou países a instituírem legislações nacionais de proteção ambiental.

Para Miguel (2008, p.338), “a década de 1980 revela desafios ao meio ambiente como a superação da pobreza, a participação e o controle social do desenvolvimento”. Em 1984, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a fim de avaliar os avanços e processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrenta-los. Foram três anos de estudos até a publicação do documento *Nosso futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Bruntland*. Neste documento, surge a expressão desenvolvimento sustentável, definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”. Segundo Leff (2012, p. 92), o desenvolvimento sustentável nasce com o objetivo de “[...] conseguir um ordenamento racional do meio ambiente, sem exigir que o ambiente funde uma nova racionalidade, que a degradação ambiental não se resolva com os instrumentos da racionalidade econômica”.

Várias são as críticas referentes à expressão desenvolvimento sustentável (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012), pois autores defendem que o próprio “desenvolvimento” na lógica capitalista é insustentável, “sendo, portanto, impossível pressupor desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, o modo de produção hegemônico e as dificuldades estruturais nele existentes” (p. 45). Porto-Gonçalves (2004) concorda que a própria ideia de desenvolvimento pressupõe a dominação da natureza, pois

[...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (Idem, p. 39).

Em 1989 iniciaram-se os preparativos para a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1992, as atenções voltaram-se para o

Brasil com a Rio92 ou Eco 92, como ficou conhecida a conferência no país. Para Cunha e Guerra (2012), esta foi a grande marca da internacionalização definitiva da proteção ambiental e das questões ligadas ao desenvolvimento. Na Conferência foram estabelecidos alguns acordos fundamentais para a implantação do desenvolvimento sustentável: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também por Carta da Terra; a Declaração de princípios para a administração sustentável das florestas e a Agenda 21 Global.

A Agenda 21 foi o compromisso mais importante firmado na Eco 92 e, de acordo com Rabelo (2002, p. 34), aborda tudo que, direta ou indiretamente, é responsável pela saúde do planeta: os diversos tipos de poluição, a superpopulação, o combate à pobreza, a educação, o comércio e a indústria. A partir de seu lançamento, em 1992, deveria ser implantada por governos, agências de desenvolvimento e organizações, mas pouco foi realizado. Hoje, há mais de 20 anos do lançamento, poucos sabem o que significa. Em pesquisa rápida realizada com 21 jovens do curso de jornalismo²⁹, apenas uma aluna já ouviu falar sobre a Agenda, mas não soube explicar seu objetivo.

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos [...] (AGENDA 21 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Para alguns pesquisadores da época, a conferência Rio 92 foi uma atividade cênica, pois o verdadeiro acerto entre os países já havia ocorrido em 1989, na conferência de cúpula do G7³⁰. Foi o momento em que os sete países economicamente mais poderosos do mundo fizeram apelo à adoção imediata de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2011). Porém, independente dos interesses, as discussões ambientais continuaram.

²⁹ A pergunta foi feita durante uma das aulas da disciplina optativa de Jornalismo e Meio Ambiente, ministrada pela pesquisadora na Universidade Federal do Paraná no primeiro semestre de 2016, que integra esta dissertação com o método de pesquisa-ação.

³⁰ O G7 é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo.

Em 2002, ocorreu na África do Sul a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida por Cúpula de Johannesburgo ou Rio+10. O evento foi realizado para acelerar e fortalecer a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro, afinal, o diagnóstico realizado pela década que separou as duas conferências mostrou a dificuldade de se implementar as recomendações. Por fim, o balanço final da reunião não mostrou avanços significativos.

Dez anos depois, em 2012, novamente o Rio de Janeiro concentrou as discussões ambientais com a Rio+20. O objetivo da Conferência foi renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso (e até regressão) obtido pelos países após a Eco 92. Porém, apesar da relevância dos temas, as conclusões do evento não foram suficientes para ambientalistas e comunidade em geral: alguns criticaram o fato de que houve retrocesso em alguns pontos, outros apenas comentaram que faltou ousadia nas decisões.

De qualquer forma, é notável que, por mais que a Conferência não tenha sido um ponto de chegada, pode ser considerada como um ponto de partida. Paralelamente à programação oficial, a Rio+20 realizou diversos eventos paralelos para reflexão e debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Além desses eventos, outros de grande visibilidade são as Conferências das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, conhecidas como COPs. A COP-I ocorreu em 1995, em Berlim. Em 2015, foi a vez da COP-21, em Paris, que aprovou o primeiro acordo de extensão global para frear as emissões de gases do efeito estufa e para lidar com os impactos da mudança climática.

Para Abranches (2012), não podemos esperar desses eventos multilaterais decisões proporcionais ao seu porte de representatividade: são “macroeventos” que produzem “minidecisões”. Mas afirma que são importantes por três razões fundamentais: 1. É necessário aprendizado político da convivência global democrática. 2. Criam pisos de referência para vários aspectos da economia, da sociedade e do ambiente. 3. Chamam cada vez mais a atenção da mídia global, o que aumenta a visibilidade e facilita a opinião pública.

2.2.1 Outros debates paralelos

Paralela à realização de eventos e discussões mundiais e nacionais acerca do meio ambiente, a degradação ambiental e suas consequências crescem em ritmo acelerado. Diferentes problemas relacionados à questão, como mudanças climáticas de origem antropogênica, crimes ambientais por parte de grandes empresas e epidemias de novas doenças – para só citar os mais lembrados hoje – tornaram-se, infelizmente, rotina nas discussões interpessoais e nas pautas midiáticas.

Por outro lado, apesar de timidamente, algumas ações e possíveis mudanças positivas também se inserem de forma indireta em nossa rotina, mesmo que velando interesses privados. Souza (2006) aponta que na busca de novidades que mantenham o nível de consumo, o capitalismo global não refuta ideias e nem estilos de vida: “Apesar do discurso ecológico criticar quase tudo o que está ligado ao consumo desenfreado, é crescente a utilização dos apelos ecologistas em bens culturais e duráveis que se espalham pelo mundo” (p.6). Conforme o autor, filmes e bens culturais têm se apropriado do apelo de venda baseados na moda verde. “Os selos verdes, que dão aos produtos certificados de não agressão ao meio ambiente, passaram a ser mais importantes do que preço e benefícios para uma camada cada vez maior de consumidores” (Idem). O marketing verde tem sido a principal aposta do consumo e é favorecido por duas vertentes: a do consumidor, que tende a rejeitar produtos nocivos à natureza, e a do próprio mercado, pois empresas que aspiram ao comércio internacional precisam se adequar a padrões como os ISOs 9000 e 14000, certificados pelo cumprimento de regras de proteção ambiental.

Dessa forma, Souza (2006) confirma que, somados os sintomas de uma nova postura nos bens culturais e no discurso, temos uma porta significativa para o erguimento de um sistema de valores que re programe a própria máquina que gera as mazelas do mundo atual. As mudanças são significativas, mas longe de serem suficientes.

O breve resgate histórico acima ressalta que as relações de intercâmbio entre o homem e o meio ambiente são mais complexas do que o apelo e a visão de “paisagens verdes” e exigem novas formas de a sociedade ver e se

relacionar com a temática. Esta relação apresentou diferentes conotações ao longo dos anos e pode estar caminhando para um olhar mais social, integrador e sistêmico. Aliado a esta ideia, Morimoto e Salvi (2009, p. 8) afirmam que os diferentes sentidos de natureza atribuídos pelo homem são reflexo do processo de evolução do próprio homem.

[...] Ainda que a problemática seja grave e complexa e esteja a exigir um contínuo estudo de aprofundamento, tanto do ponto de vista filosófico, como do sociológico resultante da maneira como o homem passou a se relacionar com a natureza através dos tempos, é preciso levar em consideração até o presente momento à herança de ideias, valores, conhecimentos e comportamentos humanos (idem).

Frente à proposta de mudança às questões ambientais, Guattari (2012) afirma que seria absurdo quereremos voltar atrás para tentar reconstruir as antigas maneiras de viver, pois nem o habitat, nem o trabalho humano voltarão a ser o que eram há poucas décadas. Assim, para o autor, a resposta à crise ecológica deve ser planetária

[...] e com a condição que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos de produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (GUATTARI, 2012, p. 9).

Em linhas gerais, Guattari (2012) afirma que precisamos ver o meio ambiente a partir do que chama de ecosofia, que compreende três visões que se entrelaçam: a da ecologia do ponto de vista natural, a da vida social e do ser humano do ponto de vista afetivo-psicológico. Afinal, só a partir do momento em que mudarmos a forma de ver, entender e se relacionar com o meio ambiente é que poderemos promover mudanças, sejam elas nas formas de produção e de viver, em salas de aula, na produção de reportagens ou nas ações socioambientais em comunidades.

2.3 DIFERENTES VISÕES SOBRE O TEMA

Sob a perspectiva de que é necessário mudarmos o olhar e a atuação sobre as questões ambientais, e que o entendimento que temos do meio ambiente é oriundo de variáveis como lugar, tempo e condições socioculturais, buscar conhecer quais visões se expressam sobre o meio ambiente é um objetivo que se integra à pesquisa empírica como ponto de partida. Compreender como os estudantes e professores de jornalismo entendem e se relacionam com a questão ambiental, pode levar a pistas sobre como ocorre o ensino do jornalismo ambiental e, mais, como ele deveria ser idealmente, mesmo se reconhecendo todas as dificuldades a isso inerentes.

Dessa forma, a pergunta “Para você, o que é meio ambiente?” integrou a pesquisa de campo no questionário online aplicado aos estudantes de jornalismo e nas entrevistas semiabertas realizadas com os professores, procedimentos explicados no capítulo anterior.

Para a classificação das respostas, a partir da análise de conteúdo, são utilizadas as categorias e tipificações propostas por Sauvè (1997), já utilizadas em uma análise semelhante a esta (GONÇALO, 2011), as quais dialogam com aspectos da epistemologia ambiental apresentada por Leff (2002; 2012). Por meio do questionamento de quais são as concepções de ambiente, de educação e de desenvolvimento sustentável as quais o conceito de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável se refere, Sauvè apresenta algumas ferramentas teóricas e tipificações sobre cada um dos pontos apresentados. Com base em estudos anteriormente realizados (1992, 1994) e com o propósito de alcançar uma reflexão crítica entre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, o autor apresenta seis categorias diferentes (tabela 5).

TABELA 5: CATEGORIZAÇÃO DE MEIO AMBIENTE

| Concepção de ambiente | Características |
|-----------------------|---|
| Natureza | Natureza original para ser apreciada, respeitada e preservada. O ambiente é considerado puro, do qual os seres humanos estão dissociados. |
| Recurso | Para ser gerenciado de acordo com os nossos princípios, é um recurso limitado, deteriorado e degradado. |
| Problema | Destaque na poluição, degradação e outras ameaças que devem ser resolvidas. |
| Lugar para viver | Ambiente do cotidiano, categorizado pelos seres humanos, nos aspectos socioculturais, tecnológicos e componentes históricos. |
| Biosfera | Objeto de consciência planetária, mundo de interdependência entre os seres vivos e inanimados. |
| Projeto Comunitário | Ambiente da coletividade humana, o lugar dividido, foco na análise crítica e na participação política da comunidade. |

FONTE: Sauvè (1997)

Apesar de Sauvè utilizar as categorias no âmbito da educação ambiental, a escolha da categorização pode ser justificada pela proximidade com boa parte das respostas, analisadas em seguida, e pelo respeito às exigências apresentadas por Bardin (2016). Segundo ela, cada categoria deve ser homogênea; exaustiva, exclusiva e adequada ou pertinente, ou seja, adaptada ao conteúdo e ao objetivo.

Além disso, a categorização apresenta aproximação às ideias de Leff (2002; 2012). Como já observado, o epistemólogo ambiental defende um conceito sociológico ao meio ambiente, que não se restringe ao conceito de natureza ou ecologia. Assim, seguindo a ideia de que o meio ambiente é um conceito complexo, interdisciplinar e que inter-relaciona processos históricos e de diferentes relações entre a sociedade e a natureza, é possível observar nas tipificações de Sauvè (1997), principalmente no “projeto comunitário”, um olhar semelhante ao do epistemólogo. A primeira categoria, “natureza”, é a mais restritiva ao conceito, limitando-o à ecologia e paisagens verdes. Já nas categorias “recurso” e “problema”, observa-se uma relação social, porém, um pouco simplista - de dominação ou dependência do homem - sem integrar diretamente as questões culturais e sociais que implicam essas relações. A categoria “lugar para viver” relaciona o meio ambiente ao espaço de

convivência diária; já a “biosfera”, representa o espaço numa amplitude universal.

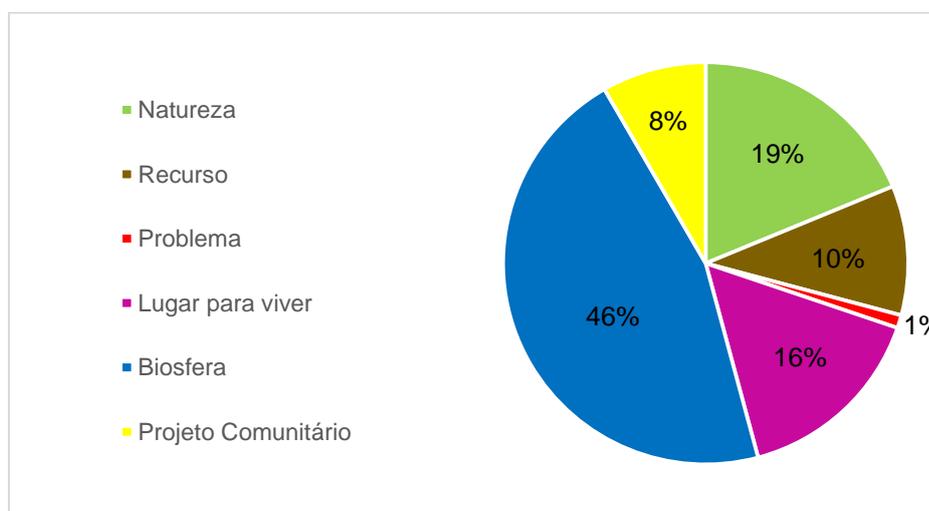
É importante salientar que, muitas vezes, essas seis categorias podem ser combinadas e criar novos olhares sobre o meio ambiente, porém, em respeito à análise de conteúdo e organização sistemática, cada resposta foi enquadrada em apenas uma categoria.

2.3.1 O olhar dos alunos

Para os alunos, a pergunta sobre o conceito de meio ambiente integrou o questionário online, os grupos focais e as entrevistas realizadas com alunas e ex-alunas.

No questionário está presente em uma das quatro perguntas abertas, o que proporcionou liberdade aos participantes expressarem suas opiniões. Ao enquadrar as 96 respostas às tipificações de Sauv  (1997), foram encontradas todas as seis categorias, porém, com ênfase na visão sobre o meio ambiente como um todo, de forma completa e universal, como pode ser observado no gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CONCEITO DE MEIO AMBIENTE PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS.



FONTE: Autora (2016)

A tipifica o mais restritiva, “natureza”, resultou em 19%, com respostas como, por exemplo: “*Natureza, fauna e flora*”, “*A primeira palavra que penso  *

natureza. Tudo o que envolve a natureza, o que não é, de certa forma, criado pelo homem” e “O mundo sem a interferência das tecnologias”. Na categoria recurso (10%), são observadas afirmações de dependência do homem, como: “Vejo o meio ambiente como sendo o espaço no qual estamos inseridos e que nos é imprescindível por ser fonte do que necessitamos para manter nossa vida em curso pleno. É através dele que temos os recursos necessários para a manutenção do nosso ciclo físico, biológico e socioeconômico” e “É vida. Vivemos no meio ambiente, sem ele não conseguimos viver”. A categoria “problema” teve apenas uma resposta, que apresentou de forma indireta a relação social, incluindo uma solução: “Poluição, desmatamento, programas de reciclagem”. Em seguida, a categoria “lugar para viver” (16%), foi a que teve respostas mais homogêneas, diferenciando-se em apenas uma ou outra palavra. São exemplos: “O meio em que vivemos”, “O meio em que vivemos, o que nos cerca” e “Lugar onde vivemos”. As respostas da categoria “biosfera”, que representam a maioria do corpus (46%), confirmam as características descritas por Sauvè, sobre o meio ambiente ser o mundo de interdependência entre os seres vivos e inanimados: “O bom convívio entre todos os ecossistemas”, “Tudo! Desde a nossa casa até o imenso deserto de Gobi”, “É o todo, que engloba todas as coisas vivas e não vivas que existem na Terra” e “Tudo que está relacionado ao espaço, do urbano ao selvagem”. Já as respostas da categoria “projeto comunitário”, com 8%, expressam claramente as relações sociais com o meio ambiente, com a ideia de que podem gerar consequências positivas e negativas: “São as relações entre os seres vivos e o espaço onde habitam. Estas relações são sociais, culturais, climáticas, políticas”, “O meio ambiente engloba muito mais do que apenas a noção de ecologia ou natureza. Diz respeito à relação do homem com o meio em seus aspectos culturais e sociais” e “São os conjuntos da sociedade que, juntos, formam algo maior. As relações de trabalho, interpessoais, reciclagem, onde vivemos e a forma que vivemos são o que fazem o meio ambiente”.

O resultado demonstra que, para a maioria dos alunos que responderam o questionário, o meio ambiente vai muito além do olhar restrito sobre a natureza e paisagens verdes. A partir das categorias recurso (10%), problema (1%), lugar para viver (16%), biosfera (46%) e projeto comunitário (8%), que mostram o meio ambiente interligado com as relações sociais, mesmo que em

graus diferentes, é possível identificar que mais de 80% dos alunos têm uma compreensão abrangente sobre o termo, indo ao encontro do olhar amplo, complexo e interdisciplinar defendido por Leff (2002; 2012).

Nos grupos focais, realizados com alunos da Furb e da Univali, como apresentado no capítulo anterior, as respostas seguem a mesma linha. Na Furb, duas alunas responderam a pergunta: "*Meio e convívio, onde estamos e com quem estamos. Vai além da natureza*", e "*Vai além da natureza, como direitos humanos, racismo, homofobia, feminismo; questões que englobam onde a gente vive*". Já na Univali, as respostas foram sendo complementadas entre os participantes, que iniciaram falando que era o mato, o verde e os animais; e seguiram até chegar ao consenso de que é "*Tudo o que envolve vida, tudo que envolve natureza, tudo que envolve onde a gente tá inserido, o mundo que a gente tá inserido né? O ar que você respira*".

Nas entrevistas realizadas por Skype, por ser individual, as respostas ganharam mais fôlego, porém, também seguem a linha abrangente, com caráter social, como na categoria projeto comunitário. Para as alunas da UFPR, por exemplo, as respostas foram: "*O meio ambiente não está só nas florestas, só nos rios... Essa sempre é a primeira coisa que vem na cabeça, mas é muito mais do que isso né... Eu acho que até tudo que nos cerca e toda essa relação entre os seres vivos [...]*" e "*Não acho que meio ambiente seja só as plantinhas e os bichinhos sabe [...] vejo o meio ambiente como essas interações entre os humanos, a natureza, enfim, a fauna, a flora, águas, solos, essas diferentes instâncias juntas*".

Para as ex-alunas da UFRGS, que hoje possuem formação complementar sobre o assunto, o entendimento é o mesmo: "*[...] É tudo né, inclusive a gente. Então, acho que o grande mal que tem nas coisas ruins que a gente tem visto né, como destruição, catástrofes ambientais, é justamente o fato de a gente, ser humano, se colocar como algo de fora né, não considerar que a gente está imbrincado nessa conexão com todas as outras coisas vivas [...]*" e "*[...] eu tenho caracterizado, ou tentado caracterizar a questão ambiental pra além dessa dicotomia da modernidade, entre o que é social e o que é natural, e tentado pensar nessas entrecapturas, ou nessa coprodução entre natureza e sociedade; estou tentando desestabilizar essas duas categorias para a partir delas se pensar o ambiente*".

2.3.2 A perspectiva dos professores

Para os professores a pergunta também se apresentou de forma aberta na entrevista, ou seja, puderam expressar livremente suas opiniões. Ao enquadrar as cinco respostas às categorias de Sauv  (1997), quatro professores consideram o meio ambiente como biosfera, como um todo, e um professor o considera como projeto comunitário, com ênfase nas rela es sociais.

São respostas da categoria de biosfera: *“  a rela o entre todos os seres, baseada na interdependência inerente à sustentabilidade da vida”*; *“O conjunto de elementos vivos e não-vivos que compõem o ambiente natural. Dessa forma, não se refere apenas à fauna,   flora, ao elemento humano, mas rela es sociais, culturais e comportamentais que interferem na problemática ambiental contemporânea”*. *“Para mim   o conjunto de seres e substâncias vivas e não vivas que habitam neste Planeta”*, e *“Meio ambiente é o conjunto de coisas (vivas e não vivas) e isso inclui seres vivos da natureza, coisas sem vida, e mesmo as “coisas sociais”, isso é, as rela es estabelecidas entre elas que vão afetar a todos – humanos, animais, vegetais, minerais...”*. Já na categoria projeto comunitário foi enquadrada a resposta: *“  o espaço de convivência entre seres humanos, seres vivos, elementos naturais e bens de consumo e culturais”*.

É importante salientar que a resposta da categoria projeto comunitário, com maior foco no social,   do professor mais novo, tanto em idade como em docência, e que atualmente ministra uma disciplina chamada jornalismo ambiental.

Em rela o aos cruzamentos das respostas de alunos e professores, percebe-se uma similaridade de entendimento: compreendem o meio ambiente como algo além das paisagens verdes, atribuindo também ao seu entendimento as mais diversas questões sociais.

3 JORNALISMO AMBIENTAL: UM BREVE PERCURSO

A partir da abordagem interdisciplinar e sociológica sobre o meio ambiente, a pesquisa direciona agora o olhar ao jornalismo, campo no qual se configura o ponto central de motivação do trabalho, bem como a formação inicial da pesquisadora, além de estar inserido no escopo deste mestrado em Comunicação.

Na área científica, o jornalismo é observado como um subcampo da comunicação, pois se configura como uma das disciplinas ou atividades profissionais com essências específicas da comunicação (podemos citar também a publicidade e propaganda e as relações públicas). Este subcampo, além de estar em constante relação com o próprio campo³¹ comunicacional, também tem relação com outros campos do conhecimento (político, científico, econômico, ambiental, etc), sendo caracterizado como um espaço/atividade de múltiplos cruzamentos. (LOOSE, 2016).

Com o foco sobre o jornalismo é fato que, entre a produção e a recepção das notícias que circulam diariamente em diferentes mídias, há muito mais do que uma prática profissional, um texto e um leitor. Muitas são as abordagens e teorias para compreensão do pensar e do fazer jornalístico, teorias que tentam responder às perguntas por que as notícias são como são ou sobre os efeitos que podem causar.

Se pensarmos a prática jornalística a partir da teoria do espelho, por exemplo, as notícias são vistas como espelho da realidade. Pela teoria da ação pessoal, também conhecida como *gatekeeper*, as notícias resultam da seleção dos acontecimentos, com base nas escolhas pessoais de cada jornalista. Sob a teoria organizacional, as notícias resultam essencialmente de condicionantes organizacionais e o jornalista é observado apenas pela cultura profissional. Já pela teoria da ação política, as notícias podem ser o espelho ou distorcer a realidade, pois os jornalistas ou não têm autonomia ou são totalmente

³¹ Adota-se o termo campo a partir das discussões de Braga (2011). Segundo o autor, apesar da falta de consenso entre muitos pesquisadores na definição do que é comunicação, ele a situa como um “campo interdisciplinar”: “[...] é ocioso debater sobre o estatuto acadêmico do campo da comunicação – se de ciência, arte, disciplina, ou apenas um gênero de literatura. O que parece importar é a constatação inarredável, na presente situação histórico-social, da objetivação de um espaço de estudos, reflexões e pesquisa percebidos largamente como relevantes [...]” (p. 63).

autônomos, e as notícias, conseqüentemente, podem estar a favor ou contra a classe dominante (SOUSA, 2006). Já pela abordagem da teoria construcionista, as notícias são histórias que resultam de um processo em construção, o jornalismo é observado como dispositivo para a construção social da realidade e entende-se que os jornalistas “têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante” (ALSINA, 2009, p. 47).

Esses são apenas alguns exemplos das diferentes compreensões sobre o jornalismo que acompanharam, e ainda acompanham, muitas pesquisas na área. É importante salientar que, ao observarmos a prática jornalística, as diferentes perspectivas podem estar correlacionadas, uma vez que as “[...] teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras” (TRAQUINA, 2012, p.148), além disso, a cada uma delas foram atribuídas críticas e releituras ao longo dos anos. No conjunto de perspectivas existentes (que são apenas exemplificadas acima), este trabalho parte de um olhar construtivista, observando a prática jornalística como um processo que decorre de construções sociais.

Para entender esta perspectiva jornalística adotada no trabalho, faz-se necessário, primeiramente, conhecer o campo de conhecimento em que o jornalismo está inserido, a comunicação, bem como suas particularidades e elementos epistemológicos, como observado no tópico a seguir.

Com as definições do campo e subcampo explicitados, aborda-se então o jornalismo ambiental, que Bueno (2008, p. 109) conceitua como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas) comprometidas com a temática ambiental e que se destinem a um público leigo, não especializado. Aliado à teoria construtivista, observa-se que as notícias constituem parte essencial de um processo mais amplo, que é o de tomada de decisão e de conscientização das pessoas para a preservação do meio ambiente (MASSIERER, 2008, p. 158).

Neste capítulo, busca-se conhecer as peculiaridades e potencialidades do jornalismo ambiental, a fim de construir uma base para o entendimento do ensino da temática nas universidades, objeto de pesquisa.

3.1 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

O estudo da comunicação, desde sua origem, mostrou-se complexo: “A comunicação é mais do que especificamente o ato de comunicar, mas também é algo diferente do objetivo ou do resultado desta comunicação” (TEMER, 2010, p. 117). A partir dessa afirmação podemos elencar alguns dos embates epistemológicos que fazem parte dos estudos do campo: ser interdisciplinar ou não, e ter ou não um objeto específico.

Para embasar esta discussão, é necessário entender a origem do termo comunicação. Conforme Wolton (1999, p. 29), o primeiro sentido do termo surgiu no século XII (1160), deriva do latim e remete à ideia de comunhão, de partilha. “É o sentido que todos procuramos na comunicação. A laicização progressiva da palavra não mudará este significado profundo. A comunicação é sempre a busca do outro e de uma partilha”. Já o segundo sentido, de acordo com o autor, manifesta-se no século XVI e quer dizer transmissão, difusão. “Está ligado ao desenvolvimento das técnicas, a começar pela primeira de todas, a imprensa” (Idem).

Esses sentidos, hoje reforçados com a definição de interação, ganharam força e êxito por estarem associados diretamente à modernidade, com início no século XVIII. A comunicação foi o artífice deste movimento:

Foi por meio dela que os mundos fechados se abriram uns aos outros e que começaram, primeiro, por trocar bens e serviços e, depois, a trocar ideias, artes e letras. Em suma, a abertura ao outro, condição da comunicação, encontrou no valor da comunicação os utensílios simbólicos, primeiro culturais, depois e por fim, técnicos, que permitiram essa mutação (WOLTON, 1999, p. 24).

Ainda, segundo o autor, a abertura ao outro pode ser destacada pelo correio, pela livraria, pela imprensa, pelo comércio terrestre e marítimo, pelo telefone e por todas as outras técnicas comunicacionais do século XX.

Com a chegada dos novos meios e a necessidade de usar melhor a comunicação, França (2010) destaca que foi no século XX que começaram os estudos específicos sobre o fazer comunicativo. Apesar dos estudos da Escola de Chicago serem anteriores (mas apenas recentemente foram contabilizados na esfera dos estudos da comunicação), a autora (p. 53) destaca o pioneirismo

dos estudos nos Estados Unidos, a partir de 1920, quando as pesquisas são “voltadas para os meios de comunicação de massa, particularmente para seus efeitos e funções”. Alguns nomes conhecidos são tidos como os fundadores dessa pesquisa, como Lazarsfeld e Lasswell, e as principais motivações desses estudos, na época, foram de ordem política e econômica (consumo de mercadorias).

Após esses estudos pioneiros, muitas foram as pesquisas e tendências que se desenvolveram e deram forma às diferentes teorias que conhecemos, porém, vários autores (DEL VECCHIO DE LIMA et al, 2015; TEMER, 2010) acreditam que este campo ainda não está completo e se configura “em construção”:

Esse percurso, no entanto, foi feito de forma imperfeita, marcado por contradições e por indefinições metodológicas que muitas vezes estão presentes nas ciências sociais. Não é surpresa, portanto, que a articulação entre o conhecimento teórico da Comunicação e os espaços profissionais nos quais essas atividades se realizam de forma organizada tenha vácuos ainda não preenchidos (TEMER, 2010, p. 116).

Dessa forma, o objetivo desse tópico é refletir sobre as peculiaridades desse campo de estudo, configurando-o como espaço de relação com outras interfaces, neste caso, a ambiental.

É a partir dessas articulações entre o campo da comunicação com outras áreas que Braga (2011) apresenta a interdisciplinaridade presente no campo: o trabalho de interfaces “corresponde a um verdadeiro e efetivo trabalho de interdisciplinaridade – desde que se leve a sério a busca dos enfoques comunicacionais” (p. 64). Segundo o autor (idem), isso apresenta um âmbito relevante dos estudos pela potencialidade de produzir avanços sobre os fenômenos comunicacionais e também desafios ao campo comunicacional: “pois o outro lado da interface – uma área de conhecimento mais estabelecida – fornece teorias e perspectivas necessárias, mas arrisca também absorver a atenção do pesquisador, por suas teorias e objetos mais tradicionalmente delineados”. Com base nos estudos sobre comunicação, a pesquisadora concorda com Braga (2011, p.65) ao considerar que esses estudos de interfaces (comunicação e meio ambiente, comunicação e política,

comunicação e educação, etc) podem ser um “espaço de trabalho construtivo do conhecimento comunicacional”.

Esta interdisciplinaridade do campo pode ser vista ainda pelo fato da comunicação ser atravessada e compartilhar conhecimentos e metodologias com outros campos, passando a abarcar uma ampla variedade de objetos (DEL VECCHIO DE LIMA et al, 2015). A questão do objeto, ou objetos da comunicação, é outro destaque nos embates epistemológicos.

De forma simplista, podemos elencar duas tendências extremas e opostas neste debate: a primeira, define a comunicação como algo amplo e acaba definindo tudo como comunicação; a segunda, restringe objetos específicos a ela, como os meios de comunicação. Para Martino (2010, p.32), por exemplo, a interdisciplinaridade do campo exige um objeto específico e os meios de comunicação poderiam assumir este papel, pois são aqueles “[...] que constituem o fator que melhor pode caracterizar o objeto dos estudos da comunicação”. Já França (2010) discorda, acreditando que não podemos restringir a comunicação aos meios, pois as relações interpessoais também fazem parte deste processo: “O objeto da comunicação não são os objetos comunicativos do mundo, mas uma forma de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente” (p. 42).

Nesta pesquisa, segue-se a linha de Braga (2011) e concorda-se com a abordagem de Del Vecchio de Lima et al (2015) sobre os objetos do campo comunicacional: “Nele, todo e qualquer fato humano é problematizável sob o enfoque da interação/comunicação, uma vez que o fenômeno comunicacional atravessa todas as atividades humanas e sociais” (p. 79).

Junto ao olhar epistemológico e de definições normativas sobre o campo, é preciso também, prioritariamente, definir o que é comunicação. Temer (2010) apresenta dois sentidos diferentes sobre o termo: um associado à ideia de partilha ou comunhão de conhecimentos (ligado ao latim), e outro ligado ao desenvolvimento das técnicas, associado à noção de difusão e transmissão. Na pesquisa, volta-se à hipótese de Wolton (2011), na qual nenhum indivíduo e nenhuma sociedade podem escapar à comunicação: é uma necessidade e característica fundamental que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Assim, “a comunicação só tem sentido através da existência do outro e do reconhecimento mútuo” (WOLTON, 2011, p. 59).

Dessa forma, a comunicação configura-se como complexa, o que se reflete também em seus estudos, como já observado. Com a revolução proporcionada pelas tecnologias, há cada vez mais informação disponível e presente na rotina das pessoas, porém, pelo mesmo caminho, Wolton (2011) acredita na redução da comunicação, pois para ele, produzir mais informações e ter, a cada dia, mais acesso a elas, não significa comunicar. E é nesta complexidade, que se volta para a dependência do outro, da relação e da recepção, que a comunicação se diferencia da informação: “Comunicar é cada vez menos transmitir, raramente compartilhar, sendo cada vez mais negociar e, finalmente, conviver” (WOLTON, 2011, p. 62). Temer (2010, p.122) ainda esclarece: “Quando o receptor interpreta a informação, realiza-se um processo de comunicação. Comunicação é, portanto, mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento”.

Entende-se neste trabalho, portanto, que a comunicação é o vetor de uma permanente relação entre o eu e o outro. Dessa forma, mostra-se complexa tanto em sua definição, como nos próprios estudos. Também, é defendida como um campo interdisciplinar e de múltiplos objetos, que abrange diferentes subcampos, como o jornalismo, as relações públicas e a publicidade e propaganda; o primeiro deles destaque nesta pesquisa, é apresentado no tópico a seguir.

3.2 O SUBCAMPO DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

O jornalismo que conhecemos hoje tem suas raízes no século XIX, com o surgimento da imprensa e o desenvolvimento do capitalismo e seus processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa e o progresso tecnológico. Foi nessa época que as notícias se tornaram “[...] um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (TRAQUINA, 2013, p. 20). A partir desse século, o jornalismo passou a fornecer informação baseada em fatos, e não propaganda; houve a despolitização da imprensa com a venda de espaços publicitários; e o número de leitores aumentou pela escolarização da massa.

É neste mesmo período que podemos verificar o primeiro indício construcionista do jornalismo, no que Traquina (2012, p.58) chama de estenografia. Com o repórter, figura que aparece no século XIX, desenvolveu-se a primeira técnica em que a reportagem era capaz de fornecer uma melhor reconstrução da realidade. A descrição de testemunhas, de cenários, entrevistas e, posteriormente, o recurso de fontes múltiplas deram início à longa série de técnicas jornalísticas.

A essas técnicas, podemos associar o contrato pragmático fiduciário destacado por Alsina (2009). Conforme o autor, este contrato é que confirma o discurso jornalístico informativo, configurando-o como verdadeiro. Para isso, o jornalista evidencia no discurso as fontes consultadas, utiliza aspas para citar depoimentos e busca dados precisos sobre os acontecimentos para que não fiquem dúvidas, por exemplo.

O uso dessas técnicas foram ingredientes fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do jornalismo, mas não são os únicos: a formação do ensino universitário também colaborou efetivamente no processo de profissionalização da área. Em 1690, o jornalismo foi a disciplina precursora das Ciências da Comunicação, com a primeira tese defendida na Alemanha, e em 1805 surge o primeiro curso sobre a teoria do jornalismo, no mesmo país (LOOSE, 2016). Já nos anos 1920 e 1940, aumenta o número de cursos oferecidos, principalmente nos Estados Unidos, e no início do século XX surgem os programas de mestrado e doutorado específicos em jornalismo (TRAQUINA, 2012). Segundo Meditsch (2012), no Brasil, os primeiros cursos regulamentados surgem na década de 1940, no eixo Rio - São Paulo.

Apesar de esses fatores colaborarem para o desenvolvimento da prática jornalística, ainda existem dúvidas sobre a real caracterização da atividade como profissão:

[...] mais de um século e meio depois, ainda não se estabeleceu um consenso, no âmbito da prática, da academia e da sociedade em geral, sobre a existência ou não de uma profissão de jornalista. Para além da escolha do jornalismo como atividade de trabalho, outros elementos constitutivos do conceito de profissão são levados em consideração nesse debate (BENEDETI, 2009, p. 27).

Traquina (2012) também aponta a dificuldade que o jornalismo tem enfrentado para se concretizar como profissão e remete o problema à tendência em privilegiar o empírico e desprezar o teórico, pois os saberes jornalísticos geralmente são vistos como técnicos, quase instintivos: “O jornalista sabe o que é notícia porque tem ‘faro para a notícia’” (idem, p.119).

Apesar dos embates entre teoria e prática, esta pesquisa compreende o jornalismo como uma profissão sim, principalmente por possuir rotinas e regras próprias: uso de normas específicas (como a objetividade, veracidade, imediatismo, por exemplo), políticas editoriais e dependência comercial (na maioria das vezes). Além disso, desconsidera-se o olhar simplista e até preconceituoso do jornalismo como uma atividade de caráter mecânico, que não exige nenhuma espécie de reflexão teórica para o seu desempenho prático (BENEDETI, 2009), o que dialoga com o trabalho de mediação jornalística na perspectiva construcionista, que vê o jornalista “como um ser em situação, integrado numa determinada cultura profissional, organizacional e civilizacional e que age em função de valores ideológicos que radicam na própria ideologia profissional dos jornalistas” (SOUSA, 2006, p. 230).

Como outras profissões, algumas peculiaridades marcam a atividade jornalística; entre as principais, está o poder de hierarquização e tematização das notícias. À medida em que os jornalistas escolhem e transformam alguns fatos em notícia, fornecem ferramentas para a construção da imagem da realidade social. É o que Correia (2011, p. 194) afirma: “Mais do que simples espelhos de uma realidade pré-existente, os jornalistas e, conseqüentemente, os enunciados por eles produzidos intervêm ativamente na construção das condições e modo em que a realidade é percebida”.

Esta abordagem que encara as notícias como um processo de construção iniciou-se nos anos 1970 e mostra que as notícias nunca podem espelhar a realidade. “As características da realidade, do jornalismo, do ser humano e da sua situação conspiram para impedir que o sujeito se aproprie integralmente do objeto de conhecimento” (SOUSA, 2006, p. 230). A teoria se fundamenta no conceito de “construção social da realidade”³², apresentado por Berger e Luckmann em 1976 (2013).

³² A perspectiva central do conceito é de que toda realidade é socialmente construída e definida pelas práticas individuais e sociais.

Conforme a teoria construtivista, é impossível estabelecer uma distinção entre a realidade e as notícias, porque as notícias fazem parte da realidade e ajudam a construí-la: “As notícias ajudam a construir a sociedade como se fosse um fenômeno social compartilhado, já que no processo de descrição de um fato relevante, a notícia o define como tal e lhe dá a forma necessária” (ALSINA, 2009, p. 95).

Esta ideia é sustentada pela teoria da construção do temário, que afirma que existe uma relação direta de causa entre o conteúdo dos meios de comunicação e a percepção por parte do público. A partir dos estudos das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2013), entendemos que a percepção das pessoas sobre qualquer tema vai além do discurso atribuído pela mídia, uma vez que diferentes mediações e relações interpessoais colaboram efetivamente para o interesse e entendimento de determinados assuntos. Porém, acredita-se que ainda exista uma forma de agendamento midiático, não que a mídia tenha o poder de dizer às pessoas como devem pensar, mas que sim, consegue, muitas vezes, impor-lhes o que têm de pensar (ALSINA, 2009). É importante destacar que isso não é observado como regra, mas que ao concordar ou discordar sobre o que se passa nos veículos de comunicação, involuntariamente as pessoas estão pensando nisso.

Esta construção do temário pode ser observada mais facilmente em fatos que não estão ao alcance do público ou diretamente relacionados com suas rotinas. Um exemplo dessa relação entre a mídia e a percepção das pessoas (construção da realidade) pode ser observada durante a realização de grandes eventos mundiais de ênfase ambiental, por exemplo. Durante a realização da Rio+20, em 2012, no Rio de Janeiro, a maioria dos brasileiros que não conseguiu participar diretamente do encontro, teve a possibilidade de acompanhar as discussões – ou parte delas – através dos meios de comunicação. Em pesquisa realizada na época (GERN, 2012), na cidade de Joinville, norte de Santa Catarina, observou-se que os leitores do maior jornal impresso da região, *Jornal A Notícia*, puderam criar referências sobre o evento por meio da realidade construída pelo meio de comunicação. O veículo publicou 16 matérias referentes ao evento durante um mês e os leitores puderam acompanhar desde os preparativos até os resultados do encontro, e as inter-relações do município com as discussões. As informações noticiadas,

mesmo que de forma indireta, aguçaram relações interpessoais como discussões escolares, grupos de ambientalistas e comunidade em geral.

Apesar das diferentes críticas em relação à teoria – que desacreditam este agendamento por parte da mídia – Alsina (2009, p. 93) evidencia que o que não aparece na mídia dificilmente vai aparecer no temário do público e que a construção do temário não atinge todos os temas, pessoas e épocas. A pesquisa não busca evidenciar o poder da mídia sobre as outras relações interpessoais ou individualidades de cada pessoa, mas destacar que, junto com outras mediações, a mídia também colabora na construção social da realidade. Além disso, no momento em que observamos o que os meios de comunicação dizem e como essas informações são ditas, é possível observar a variação que sofrem os temas por parte dos veículos e como cada veículo propõe e, de certa forma, tenta impor, um tipo de leitura específica da realidade social (ALSINA, 2009).

Sobre este agendamento, também podemos questionar: são os próprios jornalistas que estabelecem a agenda ou eles apenas refletem agendas estabelecidas pelas fontes de informação? Esta pergunta já estava presente nas pesquisas de McCombs e Shaw no início dos anos 1990, e em 2009, é apontado que fontes de notícias, assessorias de imprensa e a política definem regras para o modelamento da agenda. Conforme o estudo, muitas das pautas têm origens em fontes mediadas por outros profissionais de comunicação, que preparam as informações no estilo das notícias jornalísticas e, caso isso não ocorresse, a agenda poderia ser diferente, tanto em termos de abrangência, como de conteúdo (SCHMITZ, 2010). Barros Filho (2003) também aponta outro tipo de agendamento. Segundo ele, o primeiro agente externo que incide sobre a seleção temática são os outros meios de difusão: “As coincidências temáticas e a consonância que tratamos com relativa profundidade quando falamos da aparência de objetividade em função do conteúdo informativo são o principal termômetro dessa pauta recíproca” (p. 189). Esta homogeneidade de conteúdo pode ser explicada, muitas vezes, pela dependência das mesmas fontes de notícias e agências. Outro agente que incide sobre a mídia é a própria fonte de notícia, esta cada vez mais presente e participativa. O público, leitor/ouvinte/internauta também agenda os meios de comunicação: não há dúvidas de que a fonte de informação sempre exerceu um papel importante e

indispensável no sistema informativo, tanto na seleção temática, como na produção de mensagens (Idem).

Independente de como se dá este agendamento, destaca-se que nem sempre é intencional. Os veículos de comunicação são produtos que trabalham com limitações de tempo e espaço e, por isso, orientam a atenção do público a informações consideradas importantes pelos critérios de noticiabilidade. Também, como é percebido na teoria da relevância³³, o destaque que se dá a certos fatos não existe porque os falantes obedecem certos princípios de cooperação ou alguma convenção comunicativa, mas porque a busca pela relevância é uma característica natural da cognição humana. E esta relevância não é uma propriedade potencial apenas de enunciados ou outros fenômenos observáveis, mas também de pensamentos, memórias e conclusões de inferências (WILSON, SPERBER, 2005).

Em relação aos critérios de noticiabilidade, também conhecidos como valores-notícia, estes são elementos básicos da cultura jornalística. Segundo Correia (2011, p. 149), o saber de reconhecimento está inevitavelmente relacionado a esses critérios, e os jornalistas adquirem, com a prática e exigência dos veículos de comunicação, “um saber intuitivo que lhes permite identificar e hierarquizar a multiplicidade de acontecimentos que acontecem no mundo real”. Assim, independentemente das exigências de mediação, há um conjunto de critérios de seleção de acontecimentos, ou seja, uma escala de valores que permite analisar o grau de possibilidade de um acontecimento se transformar em notícia: “Servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir” (TRAQUINA, 2013, p. 91).

Além de estarem presentes na seleção das notícias, esses critérios de relevância estão espalhados ao longo de todo processo de produção, mesmo que em menor escala:

Os valores/notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material,

³³ A afirmação central da teoria da relevância é “que as expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante” (WILSON, SPERBER, 2005, p.222). Ou seja, o comunicador se utiliza de “estratégias”, fornece evidências, mesmo que involuntariamente, para que o receptor infira o significado desejado

sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. (WOLF, 2002, P. 196).

Vários são os autores que tratam e classificam esses critérios. Para exemplificá-los, a pesquisa aborda, especialmente, Lage (2001) e Traquina (2001). Em geral, os autores consideram como critérios de noticiabilidade: momentos do acontecimento (quanto mais recente, mais chance de ser notícia); intensidade (quanto mais magnitude tem o acontecimento, mais chance tem de ser noticiado); clareza (quanto menos dúvidas a matéria apresentar, maior a chance de publicação); proximidade (quanto mais próximo do leitor ocorrer o fato melhor); surpresa/imediatismo (quanto mais inesperado, melhor); continuidade (assuntos que rendem suítes são mais valorizados); composição (novas abordagens são relevadas); valores socioculturais (a notícia deve obedecer aos valores de cada cultura, de cada público) e identificação humana (as pessoas se identificam muito com personagens, assim, uma matéria com exemplo humano, é mais forte do que outra, que não apresenta personificação).

Com tudo isso, Alsina (2009) atenta para o papel dos leitores, que devem levar em conta diferentes pontos ao ler um jornal: o que está na capa (ressalta o que foi considerado mais importante entre todos os acontecimentos noticiados), em que seleção as fontes se encontram, quais fontes são citadas e o modelo interpretativo em que a notícia é construída (p. 292,293). Para o autor, os leitores precisam ter um olhar crítico, pois só assim irão saber por que os meios de comunicação afirmaram o que afirmaram e compreender que essas afirmações não são verdades absolutas (p.294).

A melhor solução para que isso ocorra é através da educação, e aqui defende-se que não apenas dos leitores, mas também dos jornalistas: é necessário a formação de profissionais críticos e envolvidos com a realidade dos leitores, pois só dessa forma conseguirão trabalhar com os critérios de noticiabilidade e saber construir uma realidade social pertinente, com suas complexidades e particularidades, independente do tema em questão: política, economia ou meio ambiente, por exemplo.

3.3 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO AMBIENTAL: SUAS PECULIARIDADES

A partir da necessidade de se observar todas as complexidades e particularidades de uma realidade, a pesquisa aponta as peculiaridades do jornalismo ambiental, eixo central do debate em questão.

De forma geral, na questão ambiental a amplitude da comunicação e do jornalismo se diferenciam: a comunicação ambiental configura-se por “todo o conjunto de ações, estratégias, produtos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental” (BUENO, 2007, p. 30), o que inclui o marketing verde (também conhecido como marketing ambiental, marketing ecológico, ecomarketing ou marketing sustentável) e ações organizacionais. Já o jornalismo ambiental diz respeito, exclusivamente, às manifestações jornalísticas. Na pesquisa, foca-se nesta área mais restrita, com análise específica na formação de jornalistas, porém, mostra-se importante também uma contextualização sobre o olhar mais amplo.

A partir da definição de que o meio ambiente e a comunicação são campos interdisciplinares, o espaço onde esses dois campos se articulam - a comunicação ambiental - não poderia diferir. Para Del Vecchio et al. (2015, p. 80), é aí que se articula uma comunicação mais qualificada sobre os problemas socioambientais: “Tal conceito integra interesses e preocupações que convergem para o esclarecimento e, mais que isso, para o empoderamento dos cidadãos para intervir na realidade de forma mais consciente e/ou responsável”.

Esta interdisciplinaridade da comunicação ambiental pode ser observada pela variedade de temas que inclui e pela necessidade de vários saberes e competências para seu entendimento e prática. Ao olharmos o meio ambiente pelo viés sociológico, como apresentado no capítulo anterior, não podemos restringir qualquer tema ambiental à ecologia ou paisagens verdes, o que exige a compreensão de saberes políticos, econômicos, sociais e/ou culturais. É aí que se encontra uma das principais características e desafios da comunicação e do jornalismo ambiental: ter uma visão sistêmica, ou seja, “[...] ter presente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados” (BUENO, 2007, p. 34).

Como já apresentado, para Capra (1982) o pensamento sistêmico é o pensamento de processo e, assim, a visão sistêmica refere-se à ideia de que a realidade, no caso o meio ambiente, é algo que está interligado, conectado e relacionado com tudo, e a comunicação e o jornalismo ambiental devem expor isso. Assim, é necessário mudar o olhar fragmentado, característico do jornalismo em geral, para o holístico:

[...] Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão que analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar as atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura (CAPRA, 1982, P. 400).

A partir desse entendimento, vários são os debates sobre o jornalismo ambiental ser ou não um jornalismo especializado. Apesar de autores defenderem a caracterização da especialidade, como também o fazem com o jornalismo cultural ou esportivo, por exemplo, a pesquisa entende que, ao “especializar” o meio ambiente, vamos contra as premissas de interdisciplinaridade, complexidade e olhar sistêmico. Afinal, defende-se que o jornalismo ambiental deve perpassar por todas as editorias e saberes. Sobre isso, Del Vecchio et al (2015, p. 81) complementam: “O desafio primordial [...] é procurar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter da totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual indivíduos e sociedade pretendem atuar”.

De acordo com Cox (2009), a comunicação ambiental tem duas funções principais: é pragmática e constitutiva. É pragmática, pois deve educar, alertar, convencer e ajudar a resolver problemas ambientais. Já a função constitutiva diz respeito à construção das diferentes compreensões sobre o meio ambiente a partir do que é noticiado ou divulgado, pois cada comunicação traz uma perspectiva particular, evoca certos valores e cria certas referências para a compreensão e atenção que cada pessoa dará ao tema. Por exemplo:

different images or constructions of nature may invite us to perceive forests and rivers as natural resources for use or exploitation, or as vital life support systems (something to protect). While a campaign to protect a wilderness area uses pragmatic communication for planning a press conference, at the same time, it may invoke language that

*taps into cultural constructions of a pristine or unspoiled nature*³⁴
(COX, 2009, p. 19).

Assim, para o autor, as diferentes crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao meio ambiente são mediados ou influenciados pela comunicação (COX, 2009). Apesar de essa perspectiva estar presente na comunicação e no jornalismo ambiental, e os dois terem como expoente o olhar sistêmico, algumas características pontuais diferenciam as atividades. A comunicação ambiental, por exemplo, não tem compromisso com a atualidade ou periodicidade, e pode ser realizada por qualquer profissional na produção de panfletos, livros ou qualquer outro material comunicativo; diferente do jornalismo ambiental, que deve ser realizado por um jornalista, ser atual e periódico (BUENO, 2007). Além disso,

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios (BUENO, 2008, p. 111).

Um breve resgate histórico demonstra que o interesse da mídia por questões ambientais não pode ser considerado tão recente. Surgiu após a Segunda Guerra Mundial, junto à ascensão do movimento ambientalista, quando o tema ganhou relevância no mundo inteiro. Segundo Colombo (2010), este interesse em divulgar surge com o início da globalização como sinônimo de capitalismo, o que, entre outras coisas, visava a utilização excessiva dos recursos naturais.

Porém, até os anos 1970, a questão ambiental era tratada de forma muito periférica pelos meios de comunicação: havia uma “dificuldade considerável no reconhecimento do ambientalismo como um tópico separado do da conservação” (HANNIGAN, 1995, p. 85). Além disso, nesta época, a questão holística do meio ambiente – também chamada de sistêmica, onde

³⁴ “diferentes imagens ou construções da natureza podem nos convidar a perceber florestas e rios como recursos naturais para uso ou exploração, ou sistemas de apoio como vitais à vida (algo para proteger). Enquanto uma campanha para proteger uma área de deserto utiliza comunicação pragmática para o planejamento de uma conferência de imprensa, ao mesmo tempo, pode invocar a linguagem que remete à construções culturais de natureza intocada ou virgem” (tradução livre).

tudo está interligado – parecia não ser compreendida pela imprensa. Segundo Hannigan (1995), foi apenas no início dos anos 1970 que o tema ganhou fôlego e, pela primeira vez, “as questões ambientais foram vistas pelos jornalistas na Grã-Bretanha e na América como uma categoria principal de notícias” (p. 85).

Alguns acontecimentos contribuíram para esta transformação na imprensa: a imagem do planeta Terra fotografada a partir da Lua, em 1969 (que mostrou como a Terra é frágil e finita); o Earth Day, em 1970; e a Conferência de Estocolmo, em 1972. A partir desses fatos e do alerta sobre a descoberta de um buraco na camada de ozônio, além das primeiras hipóteses sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente, causando principalmente o aquecimento global, é que as questões ambientais começaram a aparecer com mais frequência na imprensa mundial. Foram necessárias a descoberta de grandes problemas e a discussão mundial para que o meio ambiente começasse a ser pautado. Nesta época, a tendência dos meios de comunicação era de definir a crise do meio ambiente por meio de catástrofes, perigos, poluição e espécies em extinção. De acordo com Hannigan (1995, p. 86), “foram raramente realçados os aspectos globais dos problemas ambientais durante este período. Ainda mais invulgar foi a aparência das histórias sobre os problemas ambientais nos países do Terceiro Mundo”. Esta característica, quando o meio ambiente era pautado, ainda é observada atualmente em boa parte das notícias sobre a questão.

Na década seguinte, nos anos 1980, esta característica deixa de ser exclusiva e novos desdobramentos e abordagens começam a fazer parte de pautas ambientais, como as questões econômicas, por exemplo. Em 1989, a cobertura nacional é marcada por um primeiro encontro para o jornalismo ambiental brasileiro. A Federação Nacional dos Jornalistas promoveu, em Brasília, o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio ambiente. Com dados do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, Colombo (2010, p.6) conta que, a partir desse seminário, formaram-se vários núcleos de jornalismo ambiental em quatro estados brasileiros, com o objetivo de criar uma entidade nacional sobre o tema. Mas, atualmente, só permanece o grupo gaúcho.

Porém, para Moraes e Corrêa (2008, 213), foi somente com a Eco 92 - a Conferência Mundial da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento, no Rio de Janeiro - que a imprensa brasileira se interessou de fato pela temática

ambiental. Foram mais de sete mil jornalistas, fotógrafos e técnicos cadastrados no evento, além de um sofisticado aparato técnico montado para transmissão 24 horas por dia.

Hoje, após mais de cinquenta anos desde as primeiras publicações, é perceptível o aumento de pautas sobre o meio ambiente, principalmente na cobertura de tragédias ambientais e eventos mundiais como a Rio+20, que contou com mais de quatro mil jornalistas. Porém, pesquisadores e jornalistas ambientais ainda criticam a cobertura superficial e mitigadora realizada pelos jornais da “grande mídia” ou “da mídia hegemônica”. Fatores como a escolha de abordagem, escolha de fontes e espaço para publicação são os principais alvos de críticas.

3.3.1 Os problemas das coberturas ambientais

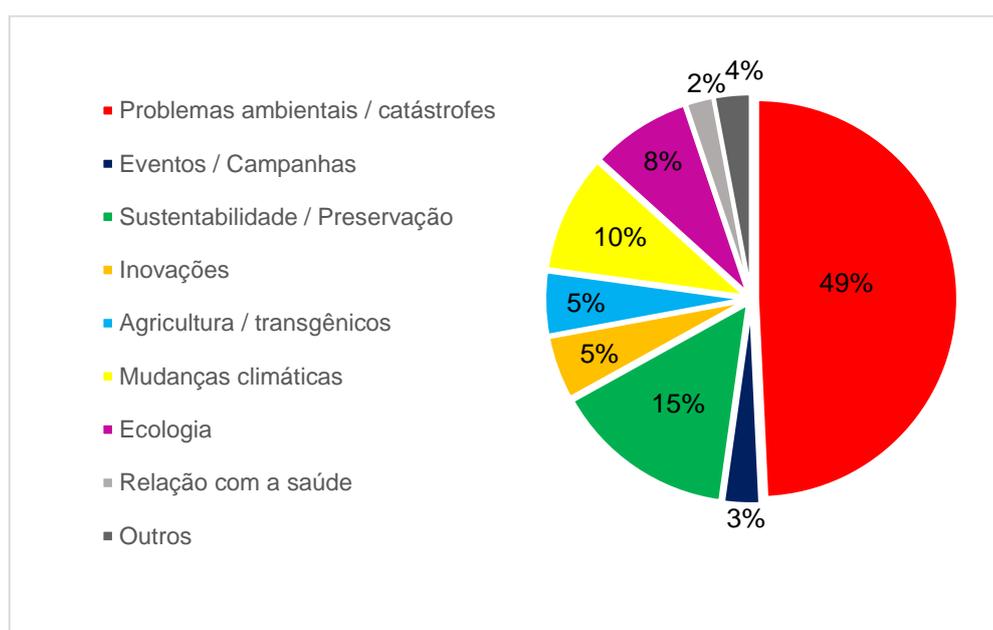
O fato é preocupante e objetivo, a imprensa se preocupa em relatar o meio ambiente em poucas ocasiões. Hannigan (1995, p.87) apresenta três acontecimentos para o tema ser pautado: 1) acontecimentos importantes (Dia da Terra), 2) catástrofes e 3) acontecimentos jurídicos administrativos, como audições parlamentares e julgamentos. No Brasil, conforme estudos da Cepal – Comissão Econômica para América Latina (Colombo, 2010, p.8), a imprensa, na maioria das vezes, também relata o meio ambiente em poucas ocasiões: 1) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza, 2) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global, 3) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Quando perguntamos aos leitores quais são os principais temas relacionados ao meio ambiente na mídia, a resposta não muda muito do que é apontado pelos autores: os problemas ambientais e catástrofes lideram significativamente. A pergunta integrou o questionário online aplicado aos estudantes de jornalismo do Sul do país no início de 2015 e, das 96 respostas, foram criadas oito categorias, de acordo com os termos presentes com maior ocorrência. São elas: problemas ambientais/catástrofes (49%), sustentabilidade/preservação (15%), mudanças climáticas (10%), ecologia (8%), inovações (5%), agricultura (5%), eventos/campanhas (3%), saúde (2%)

e outros (3%). A categoria “outros” integra respostas que representam 1 ou menos de 1%, com termos como veganismo ou de interesse público, por exemplo.

De acordo com o gráfico 4, é possível observar a liderança de notícias negativas sobre o meio ambiente que, na maioria das vezes, apenas apresentam o problema e instigam o chamado medo ambiental³⁵, sem apresentar soluções, alternativas ou contrapontos.

GRÁFICO 4 – TEMAS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE NA MÍDIA APONTADOS POR ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS EM 2016.



Fonte: Autora (2016).

Nos grupos focais e entrevistas, outros procedimentos técnicos realizados com os alunos, as respostas não variam muito. Para os dois grupos focais, por exemplo, quando se perguntou o que eles observam na mídia relacionada ao meio ambiente, a palavra “catástrofes” liderou a discussão. Uma das falas chama a atenção: “*É que na verdade a gente vive numa vida tão corrida, tão cheia de tarefas que a gente só para pra pensar na natureza e no jornalismo*”

³⁵ O termo medo ambiental é utilizado por Del Vecchio et al. (2015) quando analisam a cobertura midiática sobre as mudanças climáticas, em especial a cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança no Clima (COP 21, Paris, 2015) pelas edições brasileira, norte-americana e francesa do site *The Huffington Post*. O termo questiona os discursos jornalísticos que vinculam a crise do meio ambiente a uma heurística do medo, propiciando uma sensação de ameaça que pode levar a uma atitude de imobilização dos leitores.

ambiental quando acontece uma catástrofe né? Quando existem pessoas que morrem, pessoas que sofrem por causa de um problema que a natureza trouxe [...]”.

Nas entrevistas, realizadas com duas alunas e duas ex-alunas, a avaliação da atuação da mídia recebe críticas como: “[...] *ainda é muito voltado para as fontes oficiais, [...] um jornalismo puramente declaratório [...] e acaba se dando o espaço que não se dá para outras fontes que estão envolvidas na questão diretamente, como os ambientalistas, ou uma comunidade que é diretamente atingida por um grande projeto né?*”; “[...] *as coisas se restringem muito a grandes acontecimentos, ou principalmente catástrofes ambientais, tipo sei lá, deslizamentos e tsunamis e terremotos e esse tipo de coisa, e a questões climáticas; [...]”* e “[...] *aparece mais quando tem uma grande questão ambiental, como a questão lá de Mariana³⁶, quando acharam uma baleia na praia, e a gente acaba esquecendo de ver ele, com a sua devida importância, nas pautas pequenas do dia a dia né, nas pequenas questões do cotidiano, mesmo no hardnews [...]”.*

Para os professores, a cobertura jornalística relacionada à questão ambiental também não é positiva ou suficiente. Na entrevista realizada com cinco docentes perguntou-se como avaliam a cobertura de temas ambientais. Apenas um dos entrevistados comentou “que tudo depende”, pois cada tema pode receber abordagens diferenciadas, sendo algumas mais sensacionalistas, algumas mais extensivas e aprofundadas e outras com abordagem secundária. Os outros quatro professores concordaram sobre a insuficiência de espaço, fôlego e pluralidade de temas e fontes. São exemplos de respostas: “*Em geral, temos poucos espaços para uma cobertura aprofundada nos grandes meios de comunicação. Quando há grandes eventos, surgem cadernos temáticos. A cobertura está mais ativa nos meios alternativos e na internet [...] as fontes também não são tão plurais quanto deveriam, e o modelo das fontes oficiais predomina; o tom emocional e espetacular também diminui a possibilidade da discussão de questões de fundo sobre o tema*”; “*Normalmente essas pautas só*

³⁶ Considerada a maior tragédia histórica ambiental do Brasil, a “catástrofe de Mariana”, como ficou conhecida, é marcada pelo rompimento, em 2015, da barragem de Fundão, que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, em Minas Gerais. Além da destruição do distrito, a lama da barragem atingiu o rio Doce e ocasionou danos ambientais, sociais e culturais graves.

são publicadas em grandes catástrofes ou então pelo exótico [...] Infelizmente o que não cai no critério de desvio, não é publicado”; e “Insuficiente, para um país com tamanha riqueza de multiplicidade de formas de interação humana com o ambiente que o cerca [...]”.

Assim, ao observamos a amplitude do tema (os diversos saberes que estão nele implicados) e como geralmente é pautado, destaca-se a crítica de que o meio ambiente geralmente ocupa espaços periféricos na mídia e recebe uma abordagem restritiva ou sensacional.

Em tese, temos um fenômeno interessante de ser observado: o número de matérias sobre o meio ambiente aumentou consideravelmente. O que preocupa, todavia, é a qualidade destas abordagens: a preferência pelo tom alarmista, pouca divulgação dos dados científicos concretos e as altas doses de oportunismo quando a cobertura toca em ações para combater o problema. Estas, diga-se de passagem, ainda estão para aparecer. É preciso apurar o olhar. (GIRARDI; SCHWAAB, 2008, p. 16).

Bertoni (2006, p.22) também observa que o tema ambiental geralmente está ligado a desastres, tragédias ou previsões apocalípticas, mas orienta: “Os jornalistas têm um instrumento a seu favor. Em 2003 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 10.650/03. Ela garante acesso público aos dados e informações ambientais”. Além disso, Lückman (2008, p.127) aponta a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A Lei diz que todos têm direito à educação ambiental, cabendo aos veículos de comunicação “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”. Dessa forma, a democratização é, ou deveria ser, de interesse público (BERNA, 2008).

Porém, especialistas apontam que esta prática não é observada nos jornais, os quais, muitas vezes, preferem dissolver ou ocultar informações apenas para alimentar o sensacionalismo do problema. Os grandes veículos mostram apenas uma parte do assunto, sem dar conta de que todos os problemas da temática se relacionam. É o que Hannigan (1995, p. 89) aponta sobre o lado negativo das coberturas ambientais:

Ao centrar-se em acontecimentos discretos, em vez de nos contextos em que eles ocorrem, os meios de comunicação social tendem a dar aos consumidores de notícias a impressão de que os indivíduos ou corporações errantes, são responsáveis por esses acontecimentos em vez das políticas institucionais e dos desenvolvimentos sociais.

E então, ao observarmos que o meio ambiente afeta e é afetado por muitas áreas, e que não devemos restringi-lo ao conceito de ecologia, é necessário ampliar o olhar e ter uma visão sistêmica: o jornalista deve incorporar um olhar inter e multidisciplinar a todos os fatos. É a partir dessa visão, que surgem vários desafios, que podemos também chamar de lições de casa, para os jornalistas.

O primeiro deles está na escolha das fontes, os quais Correia (2011, p. 93) classifica como “todos os agentes sociais dispostos a colaborar com jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas”. Logo nas primeiras aulas da graduação em jornalismo, ensina-se que em todas as coberturas jornalísticas é imprescindível que o profissional escute todas as fontes envolvidas, a fim de garantir uma cobertura completa e isenta, mas ressalta-se tal importância em coberturas ambientais, por se tratar de um tema complexo e interdisciplinar, ligado à sobrevivência da vida no planeta. Segundo Bueno (2007, p. 43), há um equívoco grave na cobertura ambiental sobre as fontes utilizadas pela imprensa para promover o debate: “[...] têm relegado a segundo plano, quando não ignorado sistematicamente, as fontes que se localizam fora do âmbito da academia, do universo político e da comunidade empresarial”. É preciso ir além: ouvir as donas de casa, pescadores, ribeirinhos ou qualquer outra pessoa que esteja envolvida ao tema noticiado. A escolha das fontes integra-se ao pensamento sistêmico, que prescreve a contextualização do fato e apresentação de todas as suas dimensões.

Outro desafio está no papel e entendimento do próprio jornalista que, antes de qualquer coisa, precisa entender a relação entre os problemas ambientais e o seu meio. Alves (2002) acredita que o jornalismo ambiental deve contextualizar o homem dentro da natureza, apresentando os problemas, suas causas e consequências, sugerindo soluções e estimulando ações que possam enfrentá-los. Isso torna a prática do jornalismo ambiental diferente de outras editorias, pois não basta fazer uma simples cobertura. Bueno (2008,

p.109) também apresenta três funções básicas do jornalismo ambiental: informativa, pedagógica e política. A função informativa preenche a necessidade que as pessoas têm de estarem informadas sobre os principais temas relacionados à questão ambiental, considerando aqui o impacto de determinadas posturas (hábitos de consumo), processos (poluição, destruição da biodiversidade) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo, por exemplo). A função pedagógica remete à explicitação das causas dos problemas e indicação de caminhos a serem tomados, tem um caráter educativo. Já a função política “tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (BUENO, 2008, p. 110).

Também em relação ao olhar sistêmico, é importante que o jornalista não restrinja o tema a uma determinada editoria ou caderno específico sobre o meio ambiente, quando este existe. Justamente pela necessidade do olhar amplo e contextualizado, a pesquisa observa que o jornalismo ambiental fragmentado em editorias dificulta a adoção de uma perspectiva multidisciplinar, como já citado no caso de considerá-lo uma especialidade. Girardi e Schwaab (2008, p. 17) complementam: “Fatos que são saudados como benefícios para a economia podem ser um desastre para o meio ambiente e para a sustentabilidade da vida. Desta forma, é possível colocar em perspectiva tudo o que movimenta o organismo social”. Esta fragmentação, na pesquisa, será analisada pelo viés das disciplinas nos cursos de graduação. Afinal, uma disciplina específica sobre a temática ambiental não acaba restringindo o tema? Como diferentes saberes podem estar relacionados ao meio ambiente dentro de uma matriz curricular? Como disciplinas de jornalismo especializado abordam a temática? Essa e outras discussões são debatidas nos próximos capítulos.

Ainda sobre a visão ampla no jornalismo, é preciso considerar uma série de fatores que fazem parte da rotina jornalística e que, muitas vezes, geram entraves a um tipo de cobertura mais contextualizada. A crescente busca pelo imediatismo, a pouca estrutura e baixo número de profissionais nas redações, o grande número de pautas diárias e o pouco espaço nos jornais são apenas alguns exemplos de problemas que fazem parte da rotina do jornalismo e que podem dificultar a cobertura de qualidade em temas ambientais. Porém, uma

alternativa pode ser apontada como solução: as potencialidades presentes na internet. As reportagens multimídia, por exemplo, são observadas (GERN e DEL VECCHIO DE LIMA, 2015) como um caminho mais rápido e aprofundado para a prática do jornalismo ambiental – não há limite de espaço e a contextualização pode ser feita através de hiperlinks, imagens, vídeos, áudios, gráficos, entre outras ferramentas. Além disso, “o formato multimídia tem a potencialidade de aproximar o leitor do tema, pelas ferramentas que estimulam a sensorialidade (olhar e audição), pela criação de empatia sonora e visual, remetendo de forma explícita a representações simbólicas estéticas” (GERN e DEL VECCHIO DE LIMA, 2015, p. 15).

Dessa forma, relacionando os desafios expostos com o papel do jornalismo na sociedade – de construção da realidade – é possível reafirmar a necessidade e importância de uma cobertura adequada e contextualizada sobre a temática ambiental para o aumento da sensibilização, compreensão e conscientização sobre as questões socioambientais. Uma cobertura ampla, que não limite o meio ambiente a problemas, catástrofes ou paisagens verdes, consegue proporcionar um conhecimento rico e, sobretudo, permitir que o leitor construa seus próprios sentidos sobre a questão.

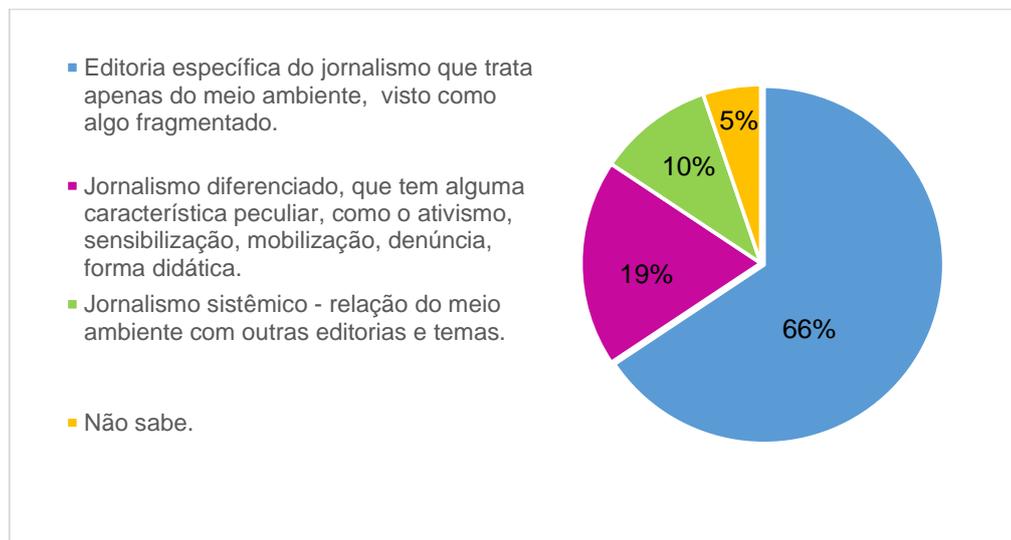
3.3.2 Os olhares de alunos e professores sobre o jornalismo ambiental

Para entender como se dá o ensino sobre o jornalismo ambiental, foco da dissertação, é preciso, primeiro, identificar o que os alunos e professores entendem por esta prática. Para isso, a pergunta “O que é jornalismo ambiental?” também integrou o questionário online, os grupos focais e as entrevistas realizadas com alunos e com os professores.

De acordo com as respostas, foram criadas quatro categorias de definição do termo. São elas: 1. Editoria específica: na qual o jornalismo ambiental trata apenas de questões ambientais e é visto de forma fragmentada. 2. Jornalismo diferenciado: que apresenta características peculiares como o ativismo, sensibilização, mobilização, denúncia ou educação ambiental. 3. Jornalismo sistêmico: em que o jornalismo ambiental tem relação com outras editorias e temas, podendo perpassar por todos os assuntos. 4. Não sabe: os participantes não souberam explicar o significado de jornalismo ambiental.

Para a maioria dos alunos da graduação que responderam o questionário online (66%), o jornalismo ambiental é observado de forma fragmentada, como uma editoria específica. De acordo com o gráfico 5, o entendimento sobre o termo é seguido por um jornalismo diferenciado (19%), um jornalismo sistêmico (10%) e outros não souberam responder (5%).

GRÁFICO 5 – O SIGNIFICADO DE JORNALISMO AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS.



FONTE: Autora (2016).

É importante destacar que, apesar de não representar a maioria, 29% dos alunos observam diferenças na prática jornalística relacionada ao meio ambiente, ou por peculiaridades específicas, ou pela abrangência e necessidade do olhar holístico sobre o tema. O entendimento de que é um tema específico dos jornais, destacado por 66% dos participantes, pode estar atrelado à falta de conhecimento sobre a temática, como se verá adiante.

Nos grupos focais a resposta varia. Para os alunos da Furb, por exemplo, o jornalismo ambiental é diferenciado e tem uma característica sistêmica; exemplos disso são as falas: “*Ele tem que denunciar algo que está afetando a natureza*” e “*O jornalismo ambiental não engloba só as coisas da natureza, mas ele também sei lá, engloba coisas que às vezes a gente não trata muito, como os direitos humanos, é... racismo, homofobia, questão de segurança, sobre feminismo e todas essas questões assim que englobam a sociedade e o ambiente onde a gente vive*”. Já para os alunos da Univali, é

unânime a categoria de jornalismo diferenciado, expressado pela necessidade de conscientizar: *“Envolve a conscientização do que é o meio ambiente, para que as pessoas tenham mais ciência do que que envolve isso e como isso pode afetar elas de uma forma direta né”, “Acho que tem esse papel fundamental de conscientizar” e “É um agente conscientizador”.*

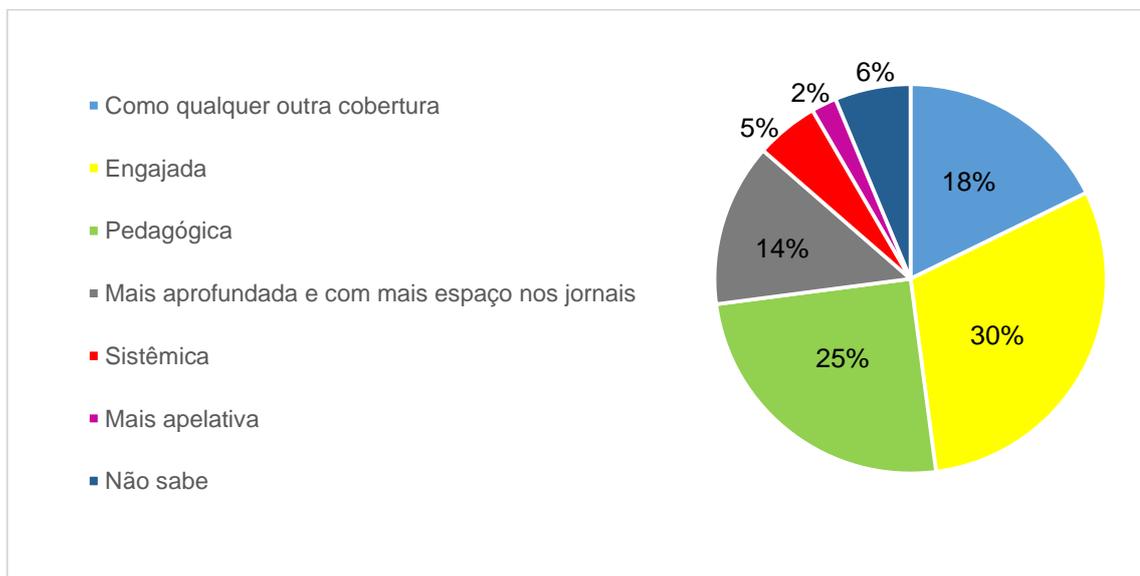
Para os cinco professores entrevistados, a definição também varia. Dois professores observam o jornalismo ambiental como uma editoria específica, exemplo disso é a resposta: *“Jornalismo ambiental é uma especificidade do jornalismo que trata de pautas que envolvam o meio ambiente. Não creio, como alguns autores sustentam, em um jornalismo engajado em causas ambientais”.* Outros dois entrevistados o observam como um jornalismo diferenciado, como, por exemplo: *“Um jornalismo engajado, comprometido com a sustentabilidade, baseado na ética do porvir, com a responsabilidade com o futuro”.* Apenas um entrevistado o define como algo sistêmico: *“É o jornalismo que trata de temas e ou eventos ambientais a partir de uma visão sistêmica. Procura mostrar a complexidade de tais eventos e se propõe dar voz às diferentes vozes que tem algo a dizer e frequentemente são caladas. Ele é movido pela vontade de defender a sustentabilidade da vida no planeta e buscar a justiça socioambiental a partir de uma ética do cuidado com todos os seres”.*

Além da definição do termo, a pesquisa também identificou como os estudantes acham que deve ser a cobertura dos temas ambientais. A partir das respostas, foram criadas sete categorias, conforme a combinação dos termos encontrados. São elas: 1. Como qualquer outra editoria; 2. Engajada, que mostre defesa ao meio ambiente; 3. Pedagógica, ou seja, educativa, com caráter preventivo; 4. Mais aprofundada e com mais espaço nos jornais; 5. Sistêmica, relacionando diferentes temas; 6. De impacto, que seja mais apelativa e até sensacionalista; e 7. Não sabe, alunos que não souberam responder.

Conforme apresentado no gráfico 6, é perceptível que a maioria dos alunos que respondeu o questionário online observa a necessidade de outro tipo de cobertura (76%), seja ela engajada (30%), pedagógica (25%), mais aprofundada e com mais espaço (14%), sistêmica (5%) ou mesmo mais

apelativa (2%). Dos participantes, 18% acreditam que a cobertura deve ser a mesma que é realizada sobre outros temas, e 6% não souberam responder.

GRÁFICO 6 – COMO DEVE SER A COBERTURA AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO DO SUL DO PAÍS.



FONTE: Autora (2016).

Nos grupos focais, a discussão sobre o assunto também permeou todas as categorias citadas. Exemplos são: “*Deveria ser mais abrangente, mais aprofundado. Sair dessa coisa de que é só natureza, só lixo, substâncias em tal lugar*”, “*Tem que falar o motivo da catástrofe, os problemas que causaram. Fazer o antes, o durante e depois do fato. Aconteceu e depois, o que vai acontecer?*”. Para os alunos da Univali, o problema está relacionado à falta de interesse do próprio público, ou seja, é preciso encontrar uma forma de driblar os interesses comerciais, a correria do dia a dia e chamar mais atenção do público sobre a questão ambiental, sem cair no sensacionalismo.

Para as alunas entrevistadas, boa parte das categorias também é citada. Exemplos são: “*Então acho que trazer temas, trazer discussões, debates, questões cotidianas, pontuais, pequenas. Pode ser aprofundado, mas não precisa ser aquela matéria de sete laudas e meia né*”; “*Tentar trazer um pouco dos temas que não estão tão próximos da gente*” e “*Sempre manter esse olhar atento às conexões, procurar ouvir todas as partes, mas nesse sentido de não se deixar limitar pela fala da fonte oficial [...]*”.

Os resultados demonstram a necessidade de outra forma de cobertura em relação ao tema, mesmo que este esteja restrito em apenas uma editoria específica que trate apenas de questões ambientais, afinal, nenhum dos alunos participantes disse que não há nada para mudar ou que tudo está bem.

Com esse entendimento sobre o jornalismo ambiental, suas limitações, desafios e potencialidades, o próximo capítulo apresenta um resgate sobre o ensino do jornalismo no Brasil, para então, em seguida, serem cruzados os três eixos – meio ambiente, jornalismo e ensino – dessa pesquisa.

4 APRENDENDO E ENSINANDO O JORNALISMO

Para entender a prática jornalística, é necessário saber como ela é ensinada. De que forma os cursos de graduação preparam os profissionais de jornalismo? Diante das críticas sobre o jornalismo ambiental, qual é a responsabilidade ou a forma como a graduação pode reverter este quadro? Para Meditsch (2012, p. 21), “a forma como o jornalismo tem sido estudado na universidade tem responsabilidade nisso (nas críticas da atual prática jornalística), na medida em que a pedagogia e a pesquisa se limitam a criticar a mídia existente sem conseguir sequer diferenciar o bom do mau jornalismo”. O autor ainda complementa:

Até agora, nossa área acadêmica se preocupou em compreender e criticar o atual estado das coisas, sem notar que chegou a hora de transformá-lo. Para uma ciência aplicada como a nossa, é o momento de estar em evidência e de dizer a que veio, cumprindo plenamente a sua função social não apenas em relação às necessidades das empresas, mas também do setor público, do terceiro setor e dos movimentos sociais, ou seja, da sociedade como um todo. Afinal, um outro Jornalismo é possível como nunca foi antes. (MEDITSCH, 2012, p. 22).

Assim, a partir dessa reflexão sobre o papel das universidades, da conceituação do que é o meio ambiente, do que é jornalismo e das exigências para uma boa cobertura jornalística sobre questões ambientais, a pesquisa segue o percurso teórico metodológico para a compreensão do ensino do jornalismo. Conforme Barreiros (2013), esse ensino tem sido objeto de muita discussão e polêmica no Brasil, mas faltam pesquisas que sobre ele reflitam.

Apesar da importância do jornalismo na sociedade e da existência de um número muito grande de cursos superiores de jornalismo no Brasil, faltam estudos específicos sobre o ensino superior de jornalismo voltados à realidade brasileira. Em que pesem os debates recentes (e ainda em curso) sobre o estatuto epistemológico do jornalismo e sobre a necessidade ou não de obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista, faltam subsídios que possam embasar uma discussão mais aprofundada sobre a importância e a necessidade da formação acadêmica nesse campo tão presente no dia a dia da sociedade e tão fundamental na dinâmica das relações sociais (BARREIROS, 2013, p. 80).

Dessa forma, pelo objeto de pesquisa se configurar pela união do jornalismo ambiental com o ensino do jornalismo, neste capítulo são apresentadas as iniciativas pioneiras internacionais, um breve resgate histórico sobre o ensino do jornalismo no Brasil, bem como as principais discussões sobre os diferentes currículos já implantados, com destaque para as novas diretrizes curriculares nacionais aprovadas. Também se analisa o preparo das instituições do Sul do país para as novas diretrizes e quando elas foram adotadas.

Ao final, com os três pilares teóricos sustentados – meio ambiente, jornalismo e ensino – será possível refletir sobre o objetivo geral dessa dissertação: “Verificar de que forma a questão ambiental está presente no âmbito da comunicação, e sob quais abordagens, na formação dos futuros profissionais de jornalismo, contemplando, para isso, todo o processo de ensino-aprendizagem”.

4.1 INICIATIVAS PIONEIRAS

A primeira incursão universitária no terreno jornalístico ocorreu pelo impacto do jornal diário no cenário europeu, o que converteu o jornalismo em objeto de reflexão intelectual, por volta de 1690. Segundo Marques de Melo (2004, p. 74), “coube institucionalmente à Universidade de Leipzig e pessoalmente a Tobias Peucer a primazia dessa inovação cognitiva, estimulando uma série de estudos que procuram desvendar o tecido social da imprensa e protagonismo daqueles precoces artífices das cadeias noticiosas”. Porém, essas primeiras incursões ficaram estancadas pelo grande estilismo de seu conteúdo.

Mudanças nesse panorama somente viriam a ocorrer na segunda metade do século XVIII, quando a revolução burguesa se alastra, tanto na Europa como na América, melhorando a capacidade intelectual e também aquisitiva de vastos contingentes da população, que necessitam de informações atuais, rápidas, resumidas e facilmente compreensíveis. Foi natural que eclodissem demandas para a capacitação de produtores noticiosos sintonizados com as novas aspirações sociais (MARQUES DE MELO, 2004, P. 74).

Em 1805 surge o primeiro espaço universitário sobre o tema na Europa, protagonizado pela Universidade de Breslau, situada na Alemanha; e em 1869 nos Estados Unidos, no Washington College, Virgínia.

Essas duas iniciativas apresentavam perfis diferentes e colaboraram no delineamento de muitos outros cursos, inclusive nos brasileiros. O curso europeu, por exemplo, tinha perfil academicista e teórico. Segundo Barreiros (2013, p. 82), eram propostas para o curso disciplinas como direito, história, sociologia, economia, ética, literatura e línguas estrangeiras, entre outras. Já o curso norte-americano seguia um modelo mais pragmático, de formação prática. Para Marques de Melo (2004, p. 75), “era mais modesto, pretendendo simplesmente aperfeiçoar tipógrafos, ou seja, ampliar seu conhecimento no âmbito das artes e das ciências”.

A partir dos primeiros cursos, no decorrer dos anos, o desenvolvimento de programas de ensino de jornalismo ocorre em todo o mundo, mas, principalmente e de forma quase concomitante, na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, a abertura universitária para esse tema pode ser considerada tardia: meio século o separa das primeiras iniciativas mundiais aqui apresentadas.

4.2 BREVE RESGATE HISTÓRICO NO PAÍS

Diferentes opiniões e muitas mudanças no currículo marcam a história do ensino do jornalismo no Brasil, que ainda carrega heranças da época de sua implantação. No país, o ensino dessa prática iniciou-se “como resultado do *lobby* de jornalistas-redatores do serviço público, junto à ditadura a que serviam, com o objetivo de melhorar seus salários obtendo um título de nível superior” (MEDITSCH, 2012, p. 50). Assim, segundo o mesmo autor, a criação buscou primeiramente servir de degrau para ascensão dos profissionais e, em seguida, para atender uma demanda de mão de obra por parte de empresas ainda pré-capitalistas, que viam na atividade jornalística, principalmente, um viés político.

Com apoio do governo, os primeiros cursos regulamentados surgiram no eixo Rio - São Paulo: em 1947 nasceu a Escola de Jornalismo Cásper Líbero – na época o curso de jornalismo era oferecido na Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de São Bento – PUC, hoje ampliada para Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero – e em 1948 foi instalado o curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que em 1967 se transformou em Escola de Comunicação da hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. (MARQUES DE MELO, 1979).

Apesar do surgimento remontar à década de 1940, no início do século XX diferentes ideias do que deveria ser este ensino já circulavam no país, mas não foram concretizadas. Conforme Meditsch (2012, p. 51), já em 1918 o Congresso Brasileiro de Jornalistas fez uma proposta de criação de curso, predominantemente prático e inspirado no modelo que surgia, na mesma época, nos Estados Unidos. Esta inspiração norte-americana permaneceu nas primeiras escolas de jornalismo que, seguindo o padrão da escola superior brasileira, limitavam-se a “uma transmissão dogmática de conhecimentos oriundos do exterior, sem a menor preocupação de avaliar a sua adequação à realidade nacional” (MARQUES DE MELO, 1979, p. 34). Mais do que na história do ensino, esta inspiração pode ser notada, com grandes evidências, na atual prática jornalística, o que promove algumas das críticas às coberturas de redes nacionais.

No Sul do país, recorte dessa pesquisa, o primeiro curso de jornalismo surgiu no Rio Grande do Sul, na Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1952. Esse curso, pioneiro no estado e um dos primeiros do país – cinco anos após o lançamento do ensino superior de jornalismo no Brasil – foi uma iniciativa do diretor de filosofia da época, irmão José Otão, que buscou reproduzir a tendência de aprimorar os jornalistas (MEMÓRIA FAMECOS, 2005).

Depois do Rio Grande do Sul, foi a vez do Paraná. Conforme Dias e Dalla Costa (2015, p. 9), o estado ganhou seu primeiro curso de jornalismo em 1956, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), ligado ao curso de Filosofia, como no Rio Grande do Sul. Em seguida, em 1964, foi implantado o curso na Universidade Federal (UFPR) e, em 1974, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Conforme os autores, é apenas na década de 1990 que outros cursos são criados na capital e no interior do estado.

Já em Santa Catarina, o primeiro curso de jornalismo demorou a aparecer. Conforme Pereira (2012, p. 29), a situação catarinense, em relação

aos estados vizinhos, “era de inferioridade inaceitável”, pois quem desejava cursar jornalismo tinha que recorrer a Curitiba ou a Porto Alegre. Apenas em 1979 foi aberta a primeira turma do curso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), seguida pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em 1991, e pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) em 1992.

4.2.1 Os diferentes currículos

Com as primeiras escolas, a legislação que marca o ensino do jornalismo no país data 13 de maio de 1943 (Decreto-Lei nº 5.480), em que o curso de jornalismo é instituído no sistema de ensino superior do Brasil (MOURA, 2002). De lá pra cá muitas são as mudanças que reestruturam esse ensino, que se iniciam nos currículos mínimos e vão até às novas diretrizes curriculares, aprovadas em 2013 e exigidas em 2015.

O primeiro currículo mínimo de comunicação no Brasil foi implantado em 1962, época em que só existia a habilitação de jornalismo (CALDAS, 2003). Este currículo era bastante liberal: listava 12 disciplinas, sendo cinco “gerais³⁷”, quatro “especiais” e três “técnicas”. Para Silva (1979, p. 27), “é fácil constatar que o mínimo de 1962 dava uma ampla margem de liberdade às escolas e aos professores na elaboração dos seus planos e permitia aos estudantes uma visão do mundo menos limitada aos aspectos tecnicistas da profissão”. É o que Meditsch (2012) chama de fase beletrista, ou clássico-humanística.

Em 1966, em plena ditadura militar, o currículo mínimo sofreu algumas modificações, que efetivaram a tecnificação do ensino e o passaram para uma fase positivista. Segundo Silva (1979, p. 27), é então que a “camisa de força começava a ficar bem mais apertada”. Esta mudança, que seguia os parâmetros do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (Ciespal), esbarrou na falta de recursos, equipamentos e laboratórios.

³⁷ Eram consideradas disciplinas gerais: Cultura Brasileira, História e Geografia do Brasil, Civilização contemporânea, Estudos Sociais e Econômicos e História da Cultura Artística e Literária. As disciplinas especiais eram: Português e Literatura da Língua Portuguesa, uma língua estrangeira moderna, Ética e Legislação da Imprensa e História da Imprensa. Por fim, as disciplinas chamadas de técnicas: Técnica do Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal e Administração de Jornal e Publicidade (SILVA, 1979, p. 26).

Em 1969, novamente o currículo foi modificado. Ao invés de ser um curso apenas de jornalismo, passa a ser um curso de comunicação com cinco habilitações: polivalente, jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda e editoração. Neste mesmo ano, o exercício da profissão de jornalista é regulamentado por meio do Decreto-Lei nº 972/1969, quando, para alguns autores, o jornalismo perde a sua força nas universidades. Conforme Meditsch (2012, p. 57), a mudança para “Comunicação Social” segue o viés de unificação da linguagem, “defendida como forma de facilitar o intercâmbio no continente”. Pela forte influência norte-americana e o grande controle exercido pelo regime ditatorial, este currículo sofreu várias críticas, principalmente quanto à lista de disciplinas obrigatórias.

É nesta mesma época que Meditsch (2012) situa a ruptura entre teoria e prática na área acadêmica da comunicação. Segundo ele, foi a partir da atuação do Ciespal,

que acabou conseguindo transformar todas as faculdades de Jornalismo do continente em faculdades de Comunicação Social, com o objetivo de formar [...] um outro tipo de comunicador, mais útil à política de contrainsurgência adotada no continente pelos Estados Unidos, dentro do espírito da Guerra Fria (p. 110).

Com as críticas ao currículo, dez anos depois, em 1979, mais uma vez ele foi modificado. Meditsch (2012, p. 58) destaca que a implantação desse novo currículo se deu “depois de um longo processo de discussão, resultado do descontentamento generalizado com os cursos de Comunicação, cujas falhas foram atribuídas à lista de disciplinas obrigatórias em vigor”. Porém, as discussões não foram suficientes para que ele fosse bem aceito. Para o mesmo autor, a elaboração desse currículo é marcada por falta de seriedade³⁸, caracterizando-o como o mais burocrático de todos os currículos.

Decretado numa fase de abertura política e intensa mobilização universitária, o currículo de 1979 foi muito mal recebido nas escolas

³⁸ Segundo o autor, a falta de seriedade se deu porque “a proposta original, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, teve uma série de contradições apontadas por outra entidade acadêmica influente à época, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social. Na versão final do Conselho Nacional de Educação, estas contradições foram ‘resolvidas’ da maneira simples: com uma borracha. Apagou-se as frases em que elas tinham sido apontadas, e quem fez isso não percebeu que elas não estavam no texto, mas na concepção do currículo” (MEDITSCH, 2012, p. 59).

de Comunicação. O descontentamento motivou os empresários dos meios de comunicação a fazerem uma de suas habituais campanhas pelo fechamento dos cursos, o que levou o CFE (Conselho Federal de Educação) a decidir 'rever em profundidade' a questão, tornando optativa às Universidades a adoção da nova lista de disciplinas. Apesar de, com isso, ter sido aplicado em poucas escolas, o currículo mínimo de 1979 deixou marcas no ensino da Comunicação no Brasil. Intensificou a tendência à especialização, extinguindo o comunicador polivalente, criando a habilitação em Rádio e TV e enquadrando os já existentes cursos de Cinema também como habilitação (MEDITSCH, 2012, p. 59).

Pela pouca adesão ao currículo de 1979, surgiu então o quinto currículo mínimo, em 1984. Para sua concepção, somaram-se opiniões de professores, alunos e representantes de veículos de comunicação. Para Meditsch (2012, p. 60), a burocracia não foi suprida nesse currículo que, "na análise das fases anteriores do ensino da Comunicação constata realisticamente a permanência de elementos de todas elas na nova proposta", ou seja, o currículo manteve ideias já discutidas e criticadas anteriormente.

A partir das constantes mudanças de currículo, Silva (1979) afirma serem elas reflexos do momento político que o país atravessava. Apesar de a afirmação ser feita há mais de três décadas, ainda se faz atual:

De nada adiantarão mudanças formais de currículos, nem mesmo sua supressão, da mesma forma que de nada adianta a constituição de pretensas universidades, quando a realidade política ainda é de dominação por parte de pequenas elites ligadas a interesses de capitais estrangeiros que impedem a assunção do Brasil por seu povo (p. 30).

Em 1996, a Lei Federal nº 9.394 altera o sistema de ensino no Brasil com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que, entre outras disposições, extinguiu os currículos mínimos. Para Barreiros (2013, p. 88), "era assim concedida às instituições de ensino a liberdade de criarem seus próprios currículos para os cursos, desde que fossem seguidos alguns padrões relacionados principalmente ao perfil desejado para os egressos". Porém, a nova lei não teve efeitos práticos imediatos – visto que demandava a regulamentação de suas normas pela elaboração de novas diretrizes curriculares.

Um ano depois, em 1997, são elaboradas diretrizes curriculares para os cursos de graduação (Parecer nº 776/1997 do Conselho Nacional de Educação

- CNE); e, em 1998, a Portaria nº 54/1998 fixa as diretrizes curriculares para o Jornalismo. Essas diretrizes curriculares para a área da comunicação e suas habilitações são homologadas apenas em 2001 (Parecer nº 492/2001 do CNE). “[...] a partir daí, as instituições de ensino superior tiveram efetivamente a possibilidade de criação de currículos diferenciados e puderam buscar a solução para os problemas até então enfrentados” (BARREIROS, 2013, p. 88).

Em 2013, as diretrizes sobre o jornalismo deixam de fazer parte da comunicação e são fixadas diretrizes nacionais específicas. Essa última resolução sobre o tema, aprovada em 2013 e que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em jornalismo, bacharelado, e dá outras providências, está atualmente em vigor e é analisada com mais atenção a seguir.

4.2.2 As novas diretrizes curriculares

Em 2013, o Conselho Nacional de Educação aprovou as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de jornalismo, por meio da Resolução nº 1 de 27 de setembro de 2013, o que, segundo Meditsch (2015a, p. 65), “[...] restabelecem a autonomia dos cursos dentro da área da comunicação, que havia sido suprimida no Brasil após o Golpe de 1964”. As instituições de ensino superior tiveram o prazo de dois anos para implantar as medidas e adaptar as matrizes curriculares dos cursos, que entraram em vigor em outubro de 2015.

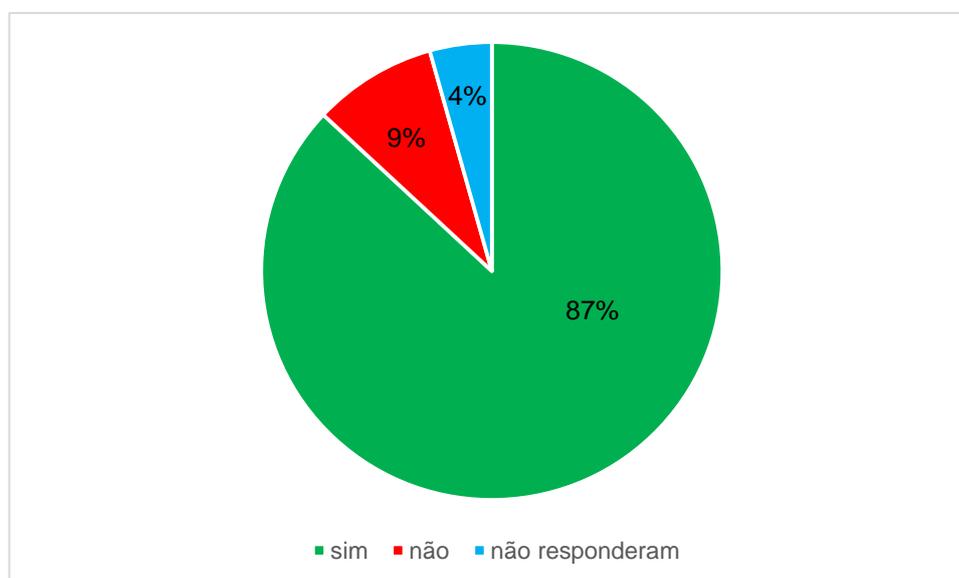
Segundo Dias e Dalla Costa (2015), a principal mudança estabelecida pelas novas diretrizes é a separação das habilitações de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda, que, até então, conviviam organicamente no curso de comunicação social. “A partir delas, é criado o bacharelado em jornalismo, ou seja, as antigas habilitações são separadas em cursos distintos” (p. 2).

As novas diretrizes curriculares apresentam seis eixos fundamentais: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. As matrizes curriculares dos cursos devem ser construídas a partir desses eixos, devem promover um maior equilíbrio entre teoria e prática e possibilitar aos alunos contato com sua realidade desde o primeiro ano do curso (DIAS, DALLA COSTA, 2015, p. 2-3).

Em relação às novas diretrizes já exigidas desde 2015, esta pesquisa identificou na entrevista com os coordenadores de cursos que, das 23 universidades que fazem parte do *corpus* investigado, 20 já estão adequadas, duas não e uma não respondeu, como apresentado no gráfico 7. As principais atualizações no currículo, para adequação, ocorreram em 2015 (gráfico 8).

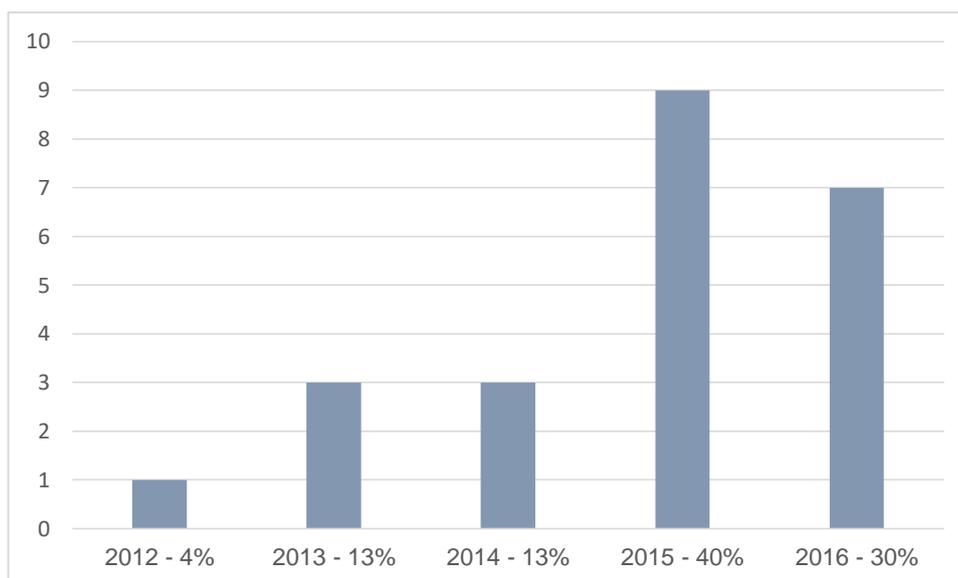
É importante salientar que o primeiro curso de jornalismo do país organizado segundo as novas diretrizes curriculares faz parte da pesquisa: A Universidade Regional de Blumenau (Furb), de Santa Catarina, deu início, no dia 6 de março de 2014, às novas indicações do Ministério da Educação.

GRÁFICO 7 – ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO ÀS NOVAS DIRETRIZES DOS CURSOS DE JORNALISMO NAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA.



FONTE: Autora (2016).

GRÁFICO 8 – ANO DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO DAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA.



FONTE: Autora (2016).

Como se observa no Gráfico 8, a maioria das instituições ainda está em processo de implantação do novo currículo, adequado às novas diretrizes: visto que os cursos têm duração de quatro anos, o novo currículo ainda não contempla todas as turmas. Esta informação se reflete no momento em que observamos as disciplinas relacionadas à temática ambiental: muitas já fazem parte do currículo, mas ainda não foram cursadas (por exemplo, o currículo foi adequado em 2015 e a disciplina só é oferecida no sétimo semestre).

Até a aprovação das novas diretrizes, vários foram os encontros e debates realizados, em função das divergências em relação à avaliação das vantagens e desvantagens da atualização, que defende um olhar mais específico sobre a atuação profissional da área. Para alguns, a proposta de diretrizes curriculares específicas para os cursos de jornalismo, antes presentes nas diretrizes comuns a outras áreas da comunicação, fragmenta e limita a formação jornalística, que necessita um olhar amplo sobre a sociedade, como se dá no campo da comunicação. Já para outros pesquisadores, o modelo específico para o jornalismo “não significa um rompimento com a área maior da comunicação, mas o seu revigoramento como ciência aplicada, com a retomada do vínculo com as profissões que lhe deram origem e justificam a sua existência” (MEDITSCH, 2015a, p. 74).

Para Meditsch (2015b, p. 24), as críticas às diretrizes disseminadas desde então

expressam o descontentamento de uma parcela importante dos pesquisadores da área com suas possíveis (e às vezes imaginárias) consequências, mas em nenhum momento se ocupam de suas causas. As diretrizes já definidas – de cinema e audiovisual, jornalismo e relações públicas – e a proposta de autonomização que têm em comum são o resultado do amadurecimento de uma crítica reiterada à forma atual de funcionamento do campo, que a subárea de teoria da comunicação não tem levado em consideração.

Segundo o mesmo autor, o conflito vem à tona toda vez que a área se obriga a refletir coletivamente sobre si própria, como já aconteceu em outros episódios. E, apesar das resistências e críticas recebidas, ele afirma que as novas diretrizes

[...] inauguram uma nova fase no ensino de graduação da área. Efetivamente, o que trazem de novo é um novo balanceamento entre os diversos conteúdos que já estavam explícitos ou implícitos nos currículos, abrindo mais espaço para a perspectiva das ciências aplicadas, sem excluir a perspectiva das ciências humanas, que continuará presente” (MEDITSCH, 2015b, p. 26)

Muitos são os pontos em debate aprovados nas novas diretrizes, que vão da carga horária do curso, de um possível equilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas, até o estágio supervisionado ou o trabalho de conclusão de curso (TCC). Nesta dissertação, não se pretende chegar a um consenso positivo ou negativo para a questão ou detalhar todos os pontos curriculares modificados, mas apresentar o cenário em que o tema se encontra atualmente.

Como o objeto da pesquisa é o jornalismo ambiental, destaca-se, nas novas diretrizes, a inclusão do debate sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Conforme o eixo I do artigo 5º, o currículo deve contemplar, entre as competências gerais, a compreensão e valorização do desenvolvimento sustentável:

a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social

e o desenvolvimento sustentável. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 3).

Além disso, o termo está presente nos conteúdos de fundamentação humanística, “cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania [...]” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 4).

Essa inclusão salienta o que já estava recomendado na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002, que tratam de Políticas de Educação Ambiental. A Lei que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Institui, por exemplo, a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores e a incorporação do desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino formal. No artigo 9º, deixa claro que a educação ambiental deve abranger a educação básica, a educação superior, a educação especial, a educação profissional e a educação de jovens e adultos.

Nas novas diretrizes, o tema entra de forma livre, não especificando a forma como deve ser trabalhado. Segundo Meditsch (2015a, p. 84),

os eixos apontam os currículos imprescindíveis; mas a forma como serão ministrados, as disciplinas ou outras atividades em que serão contemplados, onde isso vai aparecer na grade, se serão ministrados isoladamente ou reunidos em outros conteúdos interdisciplinarmente, tudo isso fica a critério dos Núcleos Docentes Estruturantes na elaboração dos projetos pedagógicos.

Assim, a partir dessa breve apresentação do cenário onde as universidades estão inseridas, é que a pesquisa busca identificar como, na prática, a questão ambiental está presente no curso de jornalismo.

Ao aliar os conceitos teóricos já apresentados e discutidos - sobre o meio ambiente, o jornalismo e o ensino do jornalismo – o próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica sobre o tema e, em seguida, são cruzados e tensionados os resultados que a dissertação se propôs a buscar.

5 AS DESCOBERTAS DA PESQUISA EMPÍRICA

Neste capítulo são resgatados os diferentes dados já apresentados ao longo da dissertação para se identificar as diversas abordagens e olhares sobre o ensino do jornalismo ambiental: dos currículos e ementas das disciplinas, dos professores e dos alunos. O objetivo é verificar de que forma a questão ambiental está presente na formação dos futuros profissionais de jornalismo do Sul do Brasil, destacando os equilíbrios e ruídos encontrados nesse panorama, para então contribuir com sugestões e possibilidades para a prática do ensino em questão.

Primeiramente, o capítulo apresenta as análises e resultados de cada técnica de forma isolada e, em seguida, os cruzamentos de todos os resultados. Dessa forma, apresenta-se mais longo que os capítulos anteriores, visto os diferentes métodos e técnicas que foram utilizados.

5.1 OS CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS

A partir dos dados quantitativos apresentados nos capítulos anteriores, sobre a pesquisa exploratória realizada com os coordenadores de curso, são incluídas agora as informações relacionadas diretamente ao ensino do jornalismo ambiental, a fim de responder o primeiro objetivo específico da dissertação: identificar de que forma o tema está presente nas disciplinas dos currículos universitários de jornalismo do Sul do país, e suas ementas, observando-se as abordagens ou visões sobre meio ambiente presentes, levando-se em conta as novas diretrizes curriculares para a área, vigentes desde 2013.

Esta verificação é realizada por meio da aplicação simplificada da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), a qual se organiza em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Ressalta-se que a análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

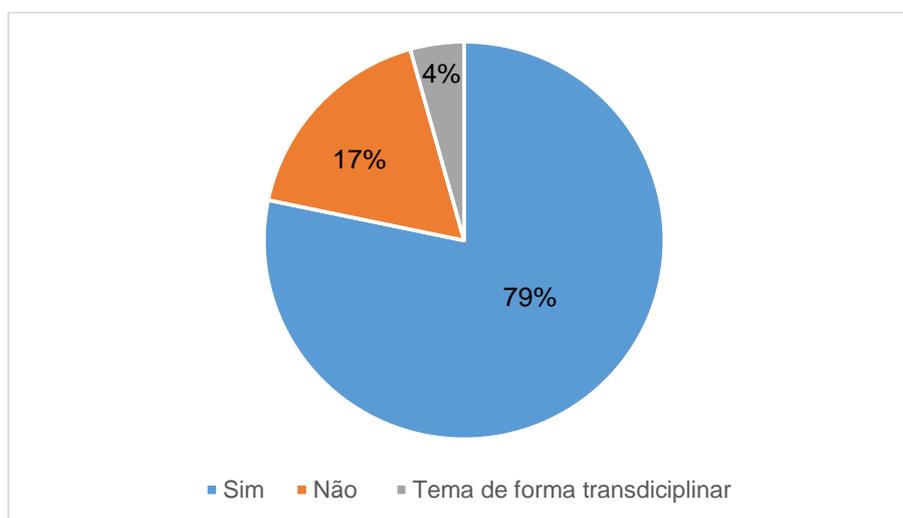
inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Nesta pesquisa, busca-se, principalmente, a perspectiva qualitativa da análise de conteúdo, ou seja, a inferência (interpretação controlada) que é “fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual” (Idem, p. 146).

A análise baseia-se nas informações obtidas nas entrevistas realizadas com os coordenadores de curso das universidades do Sul do país e na análise das matrizes curriculares, as quais definiram o *corpus* da pesquisa (apresentadas no capítulo 1, página 32). Assim, aponta-se que das 23 instituições que fazem parte do *corpus*, 18 contam com disciplinas relacionadas ao tema ambiental, uma trata a questão de forma transdisciplinar e quatro não contam com a proposta no currículo (gráfico 9 e anexo 4). Dessa forma, englobando apenas as instituições que responderam à questão positivamente, somam-se 19 universidades, sendo seis do Paraná, cinco de Santa Catarina e oito do Rio Grande do Sul.

É importante salientar que a informação de trabalhar ou não com a temática ambiental foi repassada pelos coordenadores de cada curso, os quais também listaram as disciplinas relacionadas ao tema.

GRÁFICO 9 – INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM DISCIPLINA RELACIONADA À TEMÁTICA AMBIENTAL DAS 23 UNIVERSIDADES QUE COMPÕE A PESQUISA EXPLORATÓRIA.



FONTE: Autora (2016).

Sobre o número de disciplinas relacionadas à temática oferecidas nas 18 instituições (aqui não foi contabilizado o modelo transversal), são 31, sendo que algumas universidades oferecem duas disciplinas (Unochapecó – SC, UFSM e UFSM-FW - RS), três disciplinas (Ulbra e Feevale - RS) e até sete disciplinas (UFRGS - RS). Das 31 disciplinas, 14 (45%) são oferecidas de forma obrigatória e 17 (55%) como optativas.

Porém, é importante salientar que nem todas as disciplinas apontadas já foram ofertadas: das 31 disciplinas, 21 já foram ofertadas e 10 não. Das já ofertadas, oito são obrigatórias e 13 optativas. Para traçar uma ideia de como e quando essas disciplinas foram ou serão incluídas nos currículos, faz-se necessário observar a tabela 6.

TABELA 6 – QUANDO AS DISCIPLINAS DE 18 CURSOS DE JORNALISMO DO SUL DO BRASIL FORAM INSERIDAS NA GRADE CURRICULAR

| Ano | Optativa | Obrigatória | Total de disciplinas |
|---------------|-----------------|--------------------|-----------------------------|
| 2004 | 5 | 2 | 7 |
| 2005 | 1 | | 1 |
| 2006 | | | 0 |
| 2007 | | | 0 |
| 2008 | | | 0 |
| 2009 | 1 | | 1 |
| 2010 | 4 | | 4 |
| 2011 | | 1 | 1 |
| 2012 | | 1 | 1 |
| 2013 | | | 0 |
| 2014 | 1 | | 1 |
| 2015 | 1 | 3 | 4 |
| 2016 | 1 | 4 | 5 |
| Não respondeu | 3 | 3 | 6 |
| Total | 17 | 14 | 31 |

FONTE: Autora (2016).

A tabela permite observar a crescente inclusão da temática ambiental nos currículos após a aprovação das novas diretrizes (aprovadas em 2013 e exigidas em 2015), as quais contemplam a temática ambiental nos eixos de competências gerais, como apresentado no capítulo anterior. As principais atualizações dos currículos das instituições analisadas ocorreram nos anos 2015 e 2016 e, somente nesses anos, nove disciplinas relacionadas ao tema foram incluídas nos currículos das instituições. Das 31 disciplinas, sete foram

incluídas no ano 2004, oito entre os anos 2005 e 2012, dez após a aprovação das novas diretrizes, de 2014 a 2016, e seis não apresentaram a informação.

Este dado aponta que a inclusão do tema se dá pela determinação das novas diretrizes; mas também, não generalizando, pode ser justificada pela necessidade de debate, a partir da grande exploração de recursos naturais e da intensificação do sistema produtivo no século XX, que geraram novas categorias de questões ambientais, como as mudanças climáticas e novos riscos globais, com consequências e desafios sociais e econômicos, que cada vez mais dependem da mobilização social para serem revertidos ou, pelo menos, minimizados.

5.1.1 As diferentes abordagens presentes nas ementas

A partir dessas informações de cunho quantitativo, busca-se uma perspectiva mais qualitativa por meio da análise de cada disciplina, a partir de suas ementas, documento que sinaliza o conteúdo ensinado. O objetivo é identificar as diferentes abordagens de jornalismo ambiental que são ensinadas nas salas de aula e o que cada instituição considera como meio ambiente. Como será apresentado a seguir, algumas instituições apontaram trabalhar com o tema em disciplinas onde a questão ambiental nem é citada, o que provoca algumas reflexões.

Das 31 disciplinas contabilizadas, entre já ofertadas e não ofertadas, conseguiu-se acesso a 22 ementas, o que representa 70% do total das disciplinas sobre o tema. Essas disciplinas são de 12 instituições diferentes (52% do *corpus* total e 67% das instituições que sinalizaram ter disciplinas sobre a temática): quatro são do Paraná, quatro de Santa Catarina e quatro do Rio Grande do Sul. Das 22 disciplinas, metade (11) são ofertadas como obrigatórias e metade (11) como optativas; 15 já foram ofertadas, cinco ainda não foram ofertadas e duas não mostraram esta informação. As disciplinas e suas ementas são apresentadas na tabela 7.

Para análise, observou-se as particularidades de cada disciplina: se ela trata especificamente do jornalismo ou não, se é ofertada para outras habilitações e de que forma apresenta a questão ambiental. Para isso, são criados dois grupos de categorias diferentes. Segundo Bardin (2016, p. 147),

cada categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”.

O primeiro grupo de categorização diz respeito à forma como o jornalismo está inserido, se as disciplinas tratam especificamente da teoria e/ou prática jornalística, ou englobam um cenário mais amplo. As categorias são: 1. *Específicas de jornalismo*: para as disciplinas que tratam o tema a partir do jornalismo; 2. *Área da comunicação*: para as disciplinas que englobam o cenário do campo comunicacional, não especificando subcampos, como jornalismo, publicidade e propaganda ou relações públicas; e 3. *Outras áreas*: para as que não restringem o tema à abordagem comunicacional.

Em um segundo momento, observa-se como cada disciplina apresenta a questão ambiental e suas interfaces comunicacionais. Para isso, são criadas três categorias diferentes: 1. *Holística*: apresenta um olhar sistêmico sobre o tema, relacionando questões sociais, culturais e outras áreas complexas ao meio ambiente. 2. *Restrita*: Foca apenas uma visão sobre o tema, como, por exemplo, o econômico ou político; 3. *Genérica*: apresenta o tema de forma superficial ou não envolve a temática ambiental diretamente, considerando-a dentro de temas como cidadania, comunicação comunitária ou sociedade.

TABELA 7 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA

| Estado | Univer- sidade | Disciplina | Ementa | Como é ofertada | Como o jornalismo está inse- rido | Como apre- senta a questão ambiental |
|--------|-------------------|----------------------------------|---|--------------------|--|---|
| PR | UFPR | Jornalismo Especiali- zado | Estudos tópicos especiais de jornalismo. | Optativa | Específica do jorna- lismo | Genérica |

| | | | | | | |
|----|------------|---|---|-------------|--------------------------|-----------|
| PR | Unicentro | Jornalismo Especializado | Visão teórico-prática do jornalismo especializado contemporâneo na era da convergência midiática. Reflexões acerca dos aspectos da segmentação jornalística em editoriais tais como política, economia, cultura, esporte, meio ambiente e sustentabilidade, científica. Discussões a respeito do jornalismo especializado como espaço propiciador de consciência e educação ambiental, política, cultural e para a cidadania. | Obrigatória | Específica do jornalismo | Genérica |
| PR | UEPG | Jornalismo Especializado | O jornalismo especializado e a segmentação do público. Impactos da especialização jornalística no mercado profissional. A especificidade da linguagem dirigida a públicos segmentados. Jornalismo político, cultural, científico, ambiental, esportivo e outras variações. | Obrigatória | Específica do jornalismo | Genérica |
| PR | UTP | Jornalismo Agribusiness e Meio Ambiente | Comunicação e meio ambiente; Economia Agropecuária; Legislação Ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental das empresas; O Meio Ambiente como pauta (análise e produção de texto). | Optativa | Específica do jornalismo | Restrita |
| SC | Unochapecó | Sociedade e Desenvolvimento Humano | A sociedade, o sujeito social. Cultura, ética e política. Transformações históricas e científicas: das formas de humanização/desumanização. Globalização. Direitos Humanos. Sociedades indígenas e afrodescendentes. Diversidade e Políticas Públicas Inclusivas. Educação ambiental e a relação sociedade-natureza. | Obrigatória | Área da comunicação | Holística |
| | | Jornalismo rural | Conceito de comunicação rural. Formas e tipos de comunicação com o produtor rural. Métodos de trabalho e meios utilizados na comunicação com o agricultor. Novas tecnologias da informação. | Optativa | Área da comunicação | Genérica |

| | | | | | | |
|----|----------|---|---|-------------|--------------------------|-----------|
| SC | Uniplac | Jornalismo Ambiental e Desenvolvimento Sustentável | Modelos de civilização, padrões de consumo e paradigmas do desenvolvimento. Diagnósticos do desastre ambiental e os caminhos apontados pelo estudo da ecologia, do meio ambiente e da sustentabilidade. A visão do jornalismo. Ética, cidadania e jornalismo ambiental. Estudo sobre educação ambiental e a participação da mídia: Desenvolvimento, clima, água, energia, políticas, biodiversidade, consumismo, lixo, etc. | Obrigatória | Específica do jornalismo | Holística |
| SC | UFSC | Jornalismo, cidade e meio ambiente | Cobertura de cidades e meio ambiente. Geografia e ocupação urbana, A questão urbana segundo a sociologia, a antropologia e o urbanismo. A economia da cidade. Problemas urbanos contemporâneos. Ecologia e meio ambiente. Natureza, ocupação humana e sustentabilidade. | Obrigatória | Específica do jornalismo | Holística |
| SC | Univali | Jornalismo Ambiental | Alfabetização ecológica. Natureza e funções do Jornalismo Ambiental. Prática do Jornalismo Ambiental. | Obrigatória | Específica do jornalismo | Holística |
| RS | Unisinos | Laboratório de Jornalismo - Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade | Dominar metodologias jornalísticas de apuração, aferição, produção, edição e difusão de notícias das áreas da Saúde, do Meio Ambiente e da Sustentabilidade em diferentes linguagens para portal noticioso. Experimentar diferentes formatos, linguagens e narrativas nos diversos suportes digitais. Planejar pautas e coberturas jornalísticas nas áreas da Saúde, do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Entrevistar diferentes fontes para produção de notícias e reportagens. Hierarquizar e selecionar informações e imagens para redigir e editar notícias. Compreender as especificidades das áreas de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Analisar criticamente as práticas jornalísticas e o material | Obrigatória | Específica do jornalismo | Holística |

| | | | | | | |
|----|-------|---|--|-------------|--------------------------|-----------|
| | | | produzido. Identificar e analisar questões éticas e deontológicas do jornalismo. Experimentar instrumental tecnológico utilizado na produção e na distribuição de material jornalístico. Trabalhar em equipe de forma ética, integrada e solidária. | | | |
| RS | UFRGS | Jornalismo Ambiental | História, conceito, funções e técnicas. Educação Ambiental, ética, cidadania. A prática do Jornalismo Ambiental. | Optativa | Específica de jornalismo | Holística |
| | | Laboratório de Comunicação Socioambiental | Análise, elaboração, execução e avaliação de projetos de comunicação voltados ao desenvolvimento sustentável socioambiental. | Optativa | Área da comunicação | Holística |
| | | Seminário de meio ambiente e comunicação | Abordagem interdisciplinar de questões teóricas vinculadas à Comunicação e às áreas de interesse ao Meio Ambiente, em qualquer das suas dimensões e/ou especificidades. Os conteúdos específicos são definidos no período de ocorrência desta disciplina, conforme normas do Projeto de Curso. | Optativa | Área da comunicação | Holística |
| | | Introdução à Ecologia | Conceitos fundamentais da ecologia. Populações, comunidades, ecossistemas. Ciclos biogeoquímicos. Caracterização dos ecossistemas terrestres e aquáticos. O ambiente antrópico. Sistema urbano e agro ecossistemas. Poluição. | Optativa | Outras áreas | Restrito |
| | | Cultura, cidadania e meio ambiente | Cultura e cidadania. Participação social e práticas de cidadania. Cultura, consumo e sustentabilidade. Cultura e responsabilidade socioambiental. Consciência ecológica, ambiente e a ética do cuidado. Práticas culturais, educação ambiental e eco cidadania. | Optativa | Área da comunicação | Holística |
| | | Comunicação e cidadania | A construção do cidadão e os espaços de cidadania. O papel da comunicação no | Obrigatória | Área da comunicação | Genérica |

| | | | | | | |
|----|---------|----------------------------------|--|-------------|---------------------|-----------|
| | | | contexto social atual e na construção da cidadania. As tecnologias de comunicação e a inclusão social. Cidadania no Brasil. | | | |
| | | Comunicação e educação | Visões de mundo e sustentabilidade no planeta. Paradigmas científicos e ecológicos, cultura e natureza. Comunicação e educação ambiental e práticas dialógicas. Alfabetização ecológica. | Optativa | Área da comunicação | |
| RS | ULBRA | Sociedade e Contemporaneidade | Os principais fundamentos da sociedade informacional. Os fenômenos emergentes que a caracterizam: suas diferenças (políticas, sociais, culturais e individuais), matrizes religiosas, meio ambiente e sustentabilidade. O papel do cidadão / indivíduo na produção do social na contemporaneidade: impactos, desafios e possibilidades. Novas formas de: - individualidades; - redes sociais; - organização de comunidades; - difusão de informações; - desenvolvimento de culturas; - novos polos de poder. | Obrigatória | Outras áreas | Genérica |
| | | Comunicação, mídia e cultura | Comunicação pessoal e interpessoal nas organizações e sua implicação com as diferentes atitudes comportamentais dos profissionais. Mídia e sua implicação na padronização de conceitos nas esferas pública e privada do cidadão. A formação da mentalidade brasileira. A presença da etnia afrodescendente e indígena na construção da cultura brasileira. A relação entre ética, cultura e meio ambiente. A ética na esfera profissional e no espaço público. | Obrigatória | Área da comunicação | Holística |
| RS | Feevale | Realidade brasileira e cidadania | Conhecimento crítico da formação sociopolítica, econômica e cultural brasileira, numa dimensão histórica, que permita identificar a complexidade da mesma e suas contradições internas, | Obrigatória | Outras áreas | Genérica |

| | | | | | | |
|--|--|------------------------------|---|----------|---------------------|----------|
| | | | considerando a inserção do Brasil no processo global. | | | |
| | | Comunicação comunitária | Conceitua a comunicação comunitária, apresentando suas relações e funções, bem como a evolução dos modelos de produção, na América Latina; estuda a comunicação em relação às mudanças sociais, discutindo o papel do jornalista como um agente social transformador. | Optativa | Área da comunicação | Genérica |
| | | Sistemas de Gestão Ambiental | Aborda o histórico das escolas de gestão clássicas até as modernas e as ferramentas aplicáveis para a implantação de sistemas de gestão ambiental que possibilitem a excelência no relacionamento do empreendimento com as variáveis ambientais e os fatores dos meios físicos, biológicos e antrópicos envolvidos. | Optativa | Outras áreas | Restrita |

FONTE: Autora (2016)

A partir dos dados apresentados na tabela, os dois grupos de categorias são analisados simultaneamente, a fim de garantir maior rigor na análise: do lado da forma e da abordagem.

As três primeiras instituições da tabela (UFPR, Unicentro e UEPG), todas do Paraná, apresentam disciplinas com o mesmo nome “Jornalismo Especializado³⁹”. As três disciplinas podem ser classificadas como *específicas do jornalismo*, pois abordam questões próprias da produção de pauta, editorias específicas e a segmentação do jornalismo. Em relação à abordagem, as três são enquadradas como *genéricas*: quando abordado, o meio ambiente é tratado de forma rápida, dividindo espaço com outros temas, como política, esporte e cultura, por exemplo. Na UFPR, como disciplina optativa, a oferta do tema depende do interesse de um professor e, além disso, do interesse dos alunos em se matricular; assim, apesar de ser específica em jornalismo, alunos de outras habilitações também podem cursá-la. Já na Unicentro e na UEPG,

³⁹ Na UFPR, a disciplina “jornalismo especializado” pode ganhar nomes complementares, de acordo com o tema ensinado. No caso da disciplina ministrada pela pesquisadora e analisada neste trabalho como uma adaptação da pesquisa-ação, ganhou o nome de Jornalismo e Meio Ambiente.

onde a disciplina é obrigatória, a oferta é apenas para estudantes de jornalismo. A Unicentro, por exemplo, demonstra a inclusão do tema somente com a atualização do currículo às novas diretrizes: antes de 2015 a questão ambiental não fazia parte da ementa. Porém, apenas a inclusão não é suficiente; na ementa da UEPG, onde a bibliografia obrigatória aparece, são indicadas dez referências, sendo duas de jornalismo científico, mas nenhuma da área ambiental.

Ainda no estado paranaense, outra disciplina optativa é “Jornalismo Agribusiness e Meio Ambiente”, também *específica do jornalismo* e oferecida apenas para alunos do curso de jornalismo. Segundo a coordenação da UTP, a disciplina é ofertada para o curso de publicidade e propaganda como “Responsabilidade Social das Empresas”. No curso de jornalismo, a disciplina relaciona as questões ambientais à economia agropecuária e responsabilidade das empresas. Mesmo analisando apenas a ementa, e não todo o planejamento de ensino, observa-se uma abordagem economicista ao meio ambiente, sem levar em conta as questões sociais e culturais implicadas ao termo, assim é categorizada como *restrita*.

Em Santa Catarina, a Unochapecó apresenta duas disciplinas relacionadas à temática, uma obrigatória e outra optativa. A obrigatória, “Sociedade e desenvolvimento humano”, já ofertada, tem uma visão mais *holística* e social sobre a questão ambiental: não tem especificidade na abordagem jornalística, mas trata a *área da comunicação* junto com a educação ambiental e as relações entre a sociedade e a natureza. Já a optativa, intitulada “Jornalismo rural”, não apresenta nenhuma relação direta com a temática ambiental, com foco específico ao rural. É de conhecimento as relações entre a área ambiental e rural e as diferentes reflexões que podem surgir, porém, como a ementa não apresenta indícios dessas reflexões, a disciplina é caracterizada como genérica. Esta disciplina, apesar de ser intitulada com a palavra jornalismo e ser ofertada apenas para os alunos desse curso, apresenta, na ementa, um olhar para *toda a comunicação*.

As outras três disciplinas do estado catarinense, todas obrigatórias, de três instituições, são *específicas do jornalismo*, ofertadas apenas aos alunos desse curso, e categorizadas como *holísticas*. A disciplina “Jornalismo Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, da Uniplac, apesar de relacionar o

meio ambiente ao termo “desenvolvimento sustentável”, o que vem sendo bastante criticado na área ambiental, apresenta o tema de forma mais abrangente, relacionando questões de consumo, modos de civilização, educação ambiental e temas específicos tratados pela mídia. A mesma abordagem ampla aparece na disciplina da UFSC, que apresenta visões da geografia, antropologia e urbanismo, relacionando a questão ambiental com o meio em que se vive e suas questões sociais. Em “Jornalismo ambiental”, da Univali, observa-se o olhar específico às funções e prática da atividade jornalística que, teoricamente, exige um viés amplo e sistêmico. Esta disciplina da Univali demonstra uma das formas como o tema ganhou mais relevância com o novo currículo: desde 2002 o tema jornalismo ambiental era uma unidade da ementa de Jornalismo Científico e, em 2013, com a atualização da matriz curricular, passou a ser disciplina obrigatória, ofertada no oitavo período.

No Rio Grande do Sul, as disciplinas destacam a tradição do estado nas lutas ecológicas, na prática do jornalismo ambiental e no próprio ensino sobre a temática. O estado é o único que conta com um Núcleo de Ecojornalistas e foi pioneiro no ensino do jornalismo ambiental, com as disciplinas “Laboratório de Pesquisa” e “Jornalismo Ambiental”, ambas criadas e ofertadas pela professora Ilza Girardi, na UFRGS (GIRARDI, 2004). Além dessas duas disciplinas, outras cinco fazem parte do currículo da instituição; das sete, seis são optativas e uma obrigatória, e apenas uma ainda não foi ofertada. A abordagem varia, mas evidencia-se um olhar abrangente, envolvendo questões sociais e culturais. A disciplina obrigatória “Comunicação e Cidadania” aborda todo o *campo comunicacional*, porém não especifica a questão ambiental na ementa, tratando o tema de forma mais *genérica* a partir da cidadania. Das optativas, cinco apresentam um viés mais amplo, relacionando a comunicação, ou jornalismo, com questões éticas e desenvolvimento socioambiental. Dessas cinco, uma se restringe às *especificidades do jornalismo* e é ofertada apenas para este curso, “Jornalismo Ambiental”, e quatro envolvem todo o *campo comunicacional*. Apenas a disciplina “Introdução à ecologia” apresenta *outras áreas*, não especificando o campo comunicacional e, da mesma forma, apresentando um viés mais *restrito*, focando o olhar aos ambientes naturais, mas sem descartar as relações humanas.

As outras três instituições do estado gaúcho também seguem a linha de interesse ao tema, apresentando várias disciplinas diferentes. A Unisinos conta com uma disciplina obrigatória, ainda não ofertada, com uso de laboratórios, envolvendo o ensino das diferentes linguagens para produção de notícias relacionadas à temática. Nesta instituição, o tema está relacionado com a saúde e a sustentabilidade, possibilitando um olhar *holístico* sobre as questões ambientais. Esta disciplina tem *foco no jornalismo* e é ofertada apenas para este curso.

Na Ulbra, duas disciplinas obrigatórias, já ofertadas, foram apontadas por trabalhar o tema. A disciplina Sociedade e Contemporaneidade apresenta um cenário de *outras áreas*, não apenas da comunicação, mas não especifica a questão ambiental na ementa, apontando uma abordagem mais *genérica*. Como em outros casos já apontados, a disciplina mostra que, muitas vezes, a questão ambiental é considerada pelos coordenadores em disciplinas que não citam o tema diretamente. Esta disciplina é obrigatória para todos os cursos da instituição. Já a “Comunicação, mídia e cultura”, aponta um olhar para todo o *campo da comunicação* e apresenta visão *holística*, envolvendo questões sociais e culturais relacionadas ao meio ambiente, principalmente pela presença de estudos da etnia indígena na construção da cultura brasileira; a disciplina é obrigatória para todas as habilitações do campo comunicacional: jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas. Além dessas duas disciplinas, a instituição também conta com a optativa “Educação ambiental”, de caráter transversal e oferecida a todos os alunos da universidade, porém não se teve acesso à ementa para uma análise mais aprofundada.

A Feevale apresenta três disciplinas, uma obrigatória e duas optativas, todas já ofertadas. A disciplina “Realidade brasileira e cidadania” enquadra-se em *outras áreas*, pois não especifica o campo comunicacional, mas trabalha o tema de forma mais *genérica*, não relacionado diretamente à questão ambiental; esta disciplina é oferecida a todos os cursos da instituição. A disciplina “Comunicação comunitária” segue a mesma abordagem *genérica*, com foco na comunicação comunitária, mas o cenário é apenas do *campo comunicacional*. Já a disciplina “Sistemas de Gestão Ambiental” apresenta a questão ambiental pelo viés empreendedor, sendo enquadrada como *restrita*, e

não relaciona à comunicação ou jornalismo de forma direta, o que a caracteriza em *outras áreas*.

Além dessas disciplinas, as universidades do Sul do país também apresentam outras atividades relacionadas ao jornalismo ambiental, apontadas nas entrevistas. Na UEPG, no Paraná, por exemplo, a coordenação indicou que os alunos de jornalismo fazem a cobertura de meio ambiente há alguns anos no âmbito de um trabalho interdisciplinar, um jornal-laboratório online e projeto de extensão: o Portal Comunitário. “Neste trabalho, iniciado em 2008 e com produção ininterrupta até agora, equipes de estudantes do 3º ano cobrem os grupos/entidades ambientalistas de Ponta Grossa e todos os acontecimentos ligados ao meio ambiente de forma geral”, afirmou, no e-mail, a professora Maria Lucia Becker. Já em Santa Catarina, a Unochapecó promove, há oito anos, o Prêmio Unochapecó – Caixa Jornalismo Ambiental⁴⁰, que estimula alunos e profissionais à prática jornalística sobre a temática. Conforme o regulamento⁴¹, o objetivo é premiar a produção de reportagens jornalísticas, nos meios acadêmicos e profissional da região Sul do Brasil.

Mais atividades também devem ser realizadas em outras instituições, porém, restringiu-se aqui aos exemplos e informações adicionais citadas nos e-mails enviados pelos coordenadores ou professores de cada curso.

Apesar dessa abordagem curricular ser restrita às ementas, algumas pistas sobre os diferentes olhares das disciplinas podem ser identificadas. Conforme as categorias explicitadas ao longo das particularidades de cada instituição e disciplinas, observa-se um equilíbrio quanto à forma como o jornalismo e a comunicação se apresentam nas ementas: das 22 disciplinas analisadas, nove são específicas da prática jornalística e nove abordam todo o campo comunicacional. Já em relação às outras áreas, são observadas quatro disciplinas, as quais são ofertadas também para outros cursos das instituições.

Em relação à abordagem do meio ambiente nas disciplinas, destaca-se a abordagem holística e abrangente em 11 ementas, o que representa metade do material analisado. Esta informação vai ao encontro da abordagem

⁴⁰ Informações sobre o prêmio podem ser conferidas em: <<https://www.unochapeco.edu.br/premiojornalismoambiental>>.

⁴¹ <<https://www.unochapeco.edu.br/static/files/hot/premiojornalismoambiental/regulamento2016.pdf?v=20160713>>.

sociológica e interdisciplinar do meio ambiente, apresentado por pesquisadores (LEFF, 2002, 2006, 2012) e defendido nesta dissertação. A abordagem restrita está presente em três disciplinas e a abordagem genérica em oito.

Ao cruzar os dois grupos de categorias, como apresentado na tabela 8, é possível observar que a abordagem holística está presente apenas nas disciplinas específicas do jornalismo ou do campo comunicacional, não aparecem em disciplinas de um cenário mais amplo, que abordam outras áreas. Esta informação caracteriza certo descompasso, pois quanto mais abrangente é a área de conhecimento, mais amplo e holístico poderia ser o olhar para o meio ambiente.

TABELA 8 – CRUZAMENTO DOS GRUPOS DE CATEGORIAS DAS EMENTAS

| | Como o jornalismo está inserido | | | | Total |
|-------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|----------------------|--------------|-------|
| | | Específica do jornalismo | Campo comunicacional | Outras áreas | |
| Como apresentam a questão ambiental | Holística | 5 | 6 | 0 | 11 |
| | Restrita | 1 | 0 | 2 | 3 |
| | Genérica | 3 | 3 | 2 | 8 |
| | Total | 9 | 9 | 4 | 22 |

FONTE: Autora (2016).

Outra reflexão sobre a análise dá-se pela oferta ou não a outros cursos da área da comunicação ou até de cursos de outras áreas da instituição. Das 22 disciplinas analisadas, dez também são oferecidas para cursos além do jornalismo, dessas, sete são optativas e três obrigatórias. A tabela 9 apresenta os dados completos, mas esta informação é retomada durante a análise da adaptação da pesquisa-ação, a qual identificou benefícios e maior interesse dos alunos quando há participação, na mesma sala de aula, de alunos de cursos diferentes. É preciso considerar uma série de fatores institucionais - entre o currículo mínimo exigido aos estudantes, a formação dos professores e até o tamanho das salas - porém, as disciplinas optativas poderiam ser mais abertas a outros cursos, mesmo quando o foco é o jornalismo.

TABELA 9 – DISCIPLINAS OFERTADAS EM OUTROS CURSOS

| | Sim, ofertada para outros cursos | Não ofertada para outros cursos | Não informado | Total |
|-------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------|-------|
| Obrigatória | 3 | 6 | 2 | 11 |
| Optativa | 7 | 3 | 1 | 11 |
| Total | 10 | 9 | 3 | 22 |

FONTE: Autora (2016).

Outro ponto de reflexão é o incentivo de inserção do tema por interesse dos docentes ou grupos de pesquisa. A maioria das universidades conta apenas com uma disciplina sobre o tema (optativa ou obrigatória), porém, outras concentram mais de uma na grade curricular. A análise não chegou a comparar o número total de disciplinas oferecidas nas instituições e o número das relacionadas à temática, porém, observa-se o maior interesse de algumas universidades, como o caso da UFRGS. O destaque pode ser justificado pela tradição e pioneirismo, interesse de docentes sobre o tema e por existir um forte grupo de pesquisa sobre a temática na universidade. Todos esses fatores, se comparados com outras universidades, como a UFPR, por exemplo, indicam que as disciplinas estão fortemente atreladas ao interesse de professores pela linha, os quais ministram as disciplinas e instigam a participação dos alunos.

Em relação à única universidade que trabalha o tema de forma transversal, a Furb, de Santa Catarina, observou-se que das 50 disciplinas que fazem parte da matriz curricular atualizada em 2014, ministradas ao longo dos oito semestres, 13 trazem a questão ambiental na ementa. Todas essas disciplinas são obrigatórias e de cunho teórico, são elas: Mídia regional, História do jornalismo (ofertadas no primeiro semestre), Teorias do jornalismo, Teorias sociológicas e jornalismo (ofertadas no segundo semestre), Jornalismo internacional, Filosofia do jornalismo (terceiro semestre), Comunicação e desenvolvimento, Desafios sociais contemporâneos (quarto semestre), Ética no jornalismo, Jornalismo especializado (quinto semestre), Empreendedorismo e gestão em comunicação, Jornalismo Comunitário, e Antropologia e Jornalismo (sexto semestre). Das 13 disciplinas, 12 contam com a seguinte frase ao longo da ementa: “*Mecanismos de observância às relações étnico-raciais, direitos*

humanos e educação ambiental". Já a disciplina Desafios sociais contemporâneos apresenta: *"Caracterização da sociedade contemporânea. Implicações na vida cotidiana e nas atividades profissionais. Aspectos desafiadores de algumas problemáticas sociais contemporâneas: sustentabilidade ambiental, relações inter-étnicas, relações de gênero, implicações sócio ocupacionais das políticas sociais e econômicas, relação globalização-localização, violência urbana"*.

Nas disciplinas apresentadas, destaca-se o caráter genérico na abordagem do meio ambiente, tratando-o pelo viés da educação ambiental ou, em um único caso, da sustentabilidade ambiental. A pesquisa não conseguiu identificar se as disciplinas são ministradas para outros cursos, porém, observou-se que dez são mais específicas do jornalismo, duas tratam de todo o campo da comunicação e apenas uma traz uma visão mais geral de outras áreas. Como nenhuma das disciplinas é específica sobre o tema, o formato e a real abordagem ou não sobre a questão ambiental são identificados durante o grupo focal com os alunos; o objetivo é identificar como se dá o entendimento desses alunos, contrapondo com os que recebem o conteúdo em disciplinas obrigatórias ou optativas.

A partir dessa análise, respondendo ao primeiro objetivo específico da dissertação, identifica-se que a questão ambiental está presente em boa parte dos cursos de jornalismo do Sul do país, 19 das 23 universidades analisadas, e de forma equilibrada: em relação às disciplinas específicas, 45% são obrigatórias e 55% optativas. Exceto em alguns casos, como a UFRGS, por exemplo, a maioria das instituições aderiu ao tema, ou lhe deu mais destaque a partir da exigência estabelecida nas novas diretrizes curriculares. Esta adoção, em boa parte, trata o tema de forma holística, o que, na teoria, garante um olhar amplo, sistêmico e contextualizado sobre a questão ambiental. Como estudos anteriores já indicaram, e a pesquisa também busca entender, a relevância do ensino do tema para a prática de um jornalismo mais consciente e sensibilizador, a expectativa é que o cenário seja mais positivo nos próximos anos, com a oferta das dez disciplinas ainda não ministradas.

Em diálogo com os conceitos teóricos defendidos por sociólogos e epistemólogos ambientais, o resultado apresenta-se suficiente – o meio ambiente está presente e de forma abrangente nos cursos de jornalismo da

região Sul do país -, porém, esta é apenas uma versão do processo. A partir das análises seguintes, das entrevistas com os professores e dos diferentes métodos adotados para os estudantes de jornalismo, é que se chegará a uma ideia do cenário de todo o processo de ensino-aprendizagem.

5.2 A VISÃO DO CORPO DOCENTE

A partir dos resultados obtidos nas entrevistas com professores (as) que já ministraram disciplinas relacionadas à temática ambiental, são analisadas as diferentes visões do corpo docente sobre a questão de pesquisa, buscando responder o segundo objetivo específico dessa dissertação: identificar qual é a abordagem de meio ambiente compreendida pelos professores de jornalismo e como observam a formação dos alunos sobre a temática.

Como já apresentado no primeiro capítulo, a escolha dos (as) professores (as) foi realizada a partir de alguns critérios e, dos 12 escolhidos, cinco participaram da pesquisa. Apesar de não ser um número expressivo, os participantes abrangem os três estados pesquisados e de diferentes instituições - entre privadas, públicas federais e públicas estaduais - o que aponta algumas pistas sobre todo o cenário aqui analisado.

Nos capítulos anteriores foi possível identificar que, para os (as) professores (as), o meio ambiente é observado como algo abrangente, como um todo, e que o jornalismo ambiental divide opiniões sobre sua definição, entre ser uma editoria especializada, ter características específicas ou ser holístico. As respostas sugerem diferentes formas de ensinar a temática, afinal, o entendimento desses professores (as) pode estar atrelado a diferentes autores e bibliografias, os quais podem ser repassados em sala de aula.

Dessa forma, esse tópico busca identificar como os professores observam as disciplinas relacionadas à temática, como trabalham o meio ambiente em sala de aula com futuros jornalistas e quais são as suas relações com o tema.

5.2.1 As disciplinas segundo os (as) professores (as)

Em relação às disciplinas relacionadas ao meio ambiente, três dos cinco professores (as) já ministraram específicas como jornalismo ambiental; comunicação, cidadania e meio ambiente; comunicação e educação ambiental; e laboratório de comunicação socioambiental. Um dos professores (as) aborda o tema na disciplina de Jornalismo Especializado, e outro (a), abordava o tema dentro da disciplina de jornalismo científico. Conforme a professora de jornalismo científico, esta da Univali, *“até a matriz vigente, não havia uma disciplina específica; então ela fazia parte da ementa; agora não mais. Sempre foi obrigatória, não temos optativas aqui”*. A partir do novo currículo, a universidade implantou a disciplina obrigatória jornalismo ambiental, ministrada pela primeira vez em 2016 para o 8º semestre.

A forma como os (as) professores (as) começaram a ministrar as disciplinas varia, porém, a maioria, foi por interesse pessoal. A professora que ministra a disciplina de jornalismo especializado, afirma que: *“além de atender uma prerrogativa do Conselho Nacional de Educação, que determina abordar a questão ambiental em alguma disciplina da matriz curricular, sempre procurei trabalhar o jornalismo ambiental, quando a disciplina de jornalismo especializado está sob minha responsabilidade”*. Essa professora não tem formação específica sobre o tema e não trabalha com nenhuma pesquisa ou extensão relacionada a ele no momento, mas tem leituras sobre a temática. Para um dos professores, ministrar a disciplina foi a oportunidade de ingressar na docência de ensino superior, através do processo seletivo aberto pela universidade; também não possui formação específica sobre o tema, mas foi escoteiro por dez anos, onde trabalhou a temática ambiental e a sustentabilidade.

Já para as outras três professoras, o interesse é quase que inteiramente pessoal. Uma delas, professora de jornalismo científico que abordava a temática na disciplina, afirma: *“a disciplina vagou e pedi para ocupar pelo interesse na área, tanto como estudiosa do tema, quanto pela atuação profissional como jornalista na área de meio ambiente”*; ela não possui formação específica, mas já trabalhou com o tema na prática e participou de eventos relacionados a ele. Outra professora também aproveitou a experiência

profissional para ministrar a disciplina, o que aguçou ainda mais o interesse pelo tema: *“Então, comecei a buscar referências para a preparação de aulas, o que me trouxe a possibilidade de começar a aprofundar os estudos nesta área. Desta forma, comecei também a encaminhar meu interesse de pesquisa que culminou com o ingresso no doutorado em 2011”*. A terceira professora também tem os mesmos interesses e experiências profissionais na área, a diferença é que foi ela quem criou as disciplinas, pioneiras no país, e hoje orienta na pós-graduação dissertações e teses sobre o jornalismo ambiental, ou seja, além dos jornalistas, colabora para a formação de docentes também.

Sobre a disciplina em si, a entrevista buscou identificar os principais temas e autores abordados, o objetivo, a expectativa dos professores e as principais dificuldades dos alunos, itens analisados abaixo.

5.2.1.1 Dentro da sala de aula

A metodologia nas cinco salas de aula, conforme os entrevistados, segue uma abordagem teórico-prática, com a discussão de teorias e a produção de matérias ou produtos comunicacionais. O objetivo de cada disciplina segue a sua ementa, porém, destacam-se alguns pontos comuns nas disciplinas específicas sobre a temática: formar jornalistas para as práticas de jornalismo ambiental nos âmbitos técnico, ético e social; entender a questão ambiental e ecológica; e capacitar os estudantes a produzirem reportagens que incorporem os preceitos do jornalismo ambiental. É importante lembrar que, dos três professores que ministram disciplinas específicas, um compreende o jornalismo ambiental como uma editoria, um como um jornalismo diferenciado e outro como um jornalismo sistêmico. Dessa forma, mesmo não vivenciado as aulas de cada professor, imagina-se que as abordagens temáticas aqui apresentadas como comuns, possam ganhar olhares diferentes. Para os professores que não limitam o jornalismo ambiental como uma editoria, por exemplo, um dos objetivos é *“ter uma visão abrangente do jornalismo ambiental”* ou *“[...] que lhes prepare para praticar um jornalismo responsável, ético e cidadão, incorporando a visão sistêmica”*.

Na disciplina de jornalismo científico, o objetivo é *“dar uma visão sistêmica e introdutória de exercício do jornalismo em temas da ciência,*

inclusive da área ambiental". Nessa disciplina, a questão ambiental era⁴² tratada como uma das especificidades do jornalismo científico, dividindo espaço com o jornalismo e saúde, jornalismo rural (agribusiness) e tecnológico. Já na disciplina de jornalismo especializado, os objetivos são discutir as características do jornalismo especializado contemporâneo e elaborar projetos em jornalismo especializado. Conforme a professora, em relação ao jornalismo ambiental a disciplina conta com dois momentos: primeiro fazem uma rodada de seminários para discutir o jornalismo ambiental, e depois os alunos desenvolvem uma proposta de jornalismo ambiental, que é apresentada e avaliada pela professora e outro profissional de comunicação. A professora considera o método positivo: além da diversidade de projetos de jornalismo ambiental, a produção também já rendeu prêmios⁴³ aos alunos.

Os objetivos das disciplinas estão atrelados às expectativas dos próprios professores. Para os que ministram disciplinas específicas, as expectativas com as aulas são: *"Que eles fiquem capacitados a fazer uma cobertura ambiental conforme os preceitos do Jornalismo Ambiental"*; *"Espero que eles compreendam a complexidade dos temas ambientais, e atuem com esta visão de mundo mais generosa em relação ao ambiente, que se compreendam como parte da mudança social necessária rumo à sustentabilidade"*; e *"Que os profissionais possam ter capacidade de enxergar os assuntos marginais da sociedade, como as temáticas ambientais. Além de profissionais, cidadãos questionadores e preocupados com nosso estilo de vida e de consumo, aptos ao desenvolvimento de práticas sustentáveis"*. É possível observar que além do profissional, as expectativas são alcançar também o lado pessoal e consciente dos alunos. Nas outras duas disciplinas, os professores esperam que os alunos tenham o entendimento geral sobre o tema e que despertem o interesse para nele se aprofundar.

Em relação aos autores trabalhados em sala de aula, a variedade é grande. Destaca-se que, mesmo nas disciplinas não específicas, aparecem diferentes bibliografias relacionadas à temática. Na disciplina de jornalismo

⁴² Lembrando que hoje a universidade conta com uma disciplina específica de jornalismo ambiental, ofertada como obrigatória.

⁴³ Em 2016, um dos projetos da disciplina, *Raio X do Lixo*, ganhou a categoria produção laboratorial em audiojornalismo e radiojornalismo do Expocom, evento promovido pela Intercom.

especializado, por exemplo, a professora explica que não há tempo hábil para aprofundar especificamente a temática ambiental, porém, indica leituras de aprofundamento. Em sua lista, com 26 obras, há leituras sobre o meio ambiente como um todo e específicas sobre o jornalismo ambiental, mas aponta a preferência por textos de André Trigueiro e a última edição do *The World Wide Institute, o Estado do Mundo*. Na disciplina de jornalismo científico, aparece como destaque do jornalismo ambiental. o autor Wilson da Costa Bueno.

Entre os autores das disciplinas específicas, destacam-se do jornalismo ambiental: André Trigueiro, Wilson da Costa Bueno, Ilza Girardi, Miriam Santini de Abreu e Sérgio Vilas Boas. Em relação à epistemologia ambiental, o mais citado é Fritjof Capra, seguido por Edgar Morin. Enrique Leff, que trabalha com o conceito sociológico e é base dessa pesquisa de mestrado, aparece em apenas uma das disciplinas como bibliografia complementar.

Outro ponto abordado na entrevista são as principais dificuldades dos alunos, e as respostas não variam muito. Para três dos professores, a principal dificuldade está na falta de informação, e um deles aponta como problema a própria formação básica, pois o aluno chega sem estofo teórico e com pouca curiosidade; um deles ainda aponta que essa falta de conhecimento torna o tema desinteressante para os alunos. Outros dois professores apontam como dificuldade a própria complexidade e profundidade do tema: *“De um caráter mais comportamental, é também fazer esta mudança na característica do estudo, de que é um tema que nunca ninguém poderá dizer que domina 100% porque são tantas as visões, complexidades, correlações, que o melhor é se colocar sempre como um aprendiz”*.

Porém, diante dessas afirmações dos próprios professores de disciplinas relacionadas à temática, a grande pergunta é: como tornar o tema mais atrativo e melhorar a formação dos jornalistas em relação à temática? Não há consenso ou regra, mas os próprios professores sugerem alguns caminhos. Para três professores, é essencial a inclusão de uma disciplina relacionada ao tema, onde possam ter oportunidade de fazer visitas técnicas e conhecer diferentes realidades. Porém, só isso não é suficiente: é necessário que o tema seja contemplado em diversos aspectos nas outras disciplinas, *“dessa forma é possível alargar a concepção do jornalismo ambiental para além dos seus*

muros e dos preconceitos das redações”; além de realizar eventos científicos e projetos de extensão de pesquisa sobre o tema. Para outra professora, o caminho é dar ao tema uma perspectiva multidisciplinar, em que o meio ambiente seja trabalhado em disciplinas teóricas e práticas e, para os jornalistas que pretendem trabalhar especificamente com isso, sugere uma especialização específica como fundamental e imprescindível. Já para outra professora, a solução deve ir além da graduação: *“Melhorando a educação básica como um todo – é lá que os temas ambientais devem começar a aparecer como temas transversais. Mas, para isso, precisa melhorar também a formação de professores. É um problema grave e complexo”*.

5.2.2 Pistas sobre esses olhares

A partir da análise das entrevistas, realizadas aqui sem um procedimento específico como a análise do discurso ou análise do conteúdo, mas como uma interpretação das falas, algumas pistas indicam o olhar dos professores sobre a temática estudada. Usa-se o termo “pistas”, pelo número reduzido de professores que a pesquisa conseguiu abranger, pois, apesar de se caracterizar como uma pesquisa qualitativa, não se pode generalizar as respostas a todo o corpo docente do Sul do país relacionado à temática ambiental.

Ao responder assim ao segundo objetivo específico dessa dissertação, entende-se que a abordagem de meio ambiente compreendida pelos professores é abrangente e envolve o todo, ou seja, não se limita a paisagens verdes, à fauna e flora ou a programas de educação ambiental. De acordo com a bibliografia apontada pelos próprios professores, observa-se como principais referências para esse entendimento o conceito sistêmico de Capra e a abordagem complexa de Morin. Apesar de serem conceitos distintos, como já destacado no segundo capítulo, os dois autores, junto com Leff (que apresenta o conceito sociológico e é trabalhado teoricamente nesta pesquisa), apresentam algumas aproximações que reforçam essa necessidade de um olhar mais abrangente à questão ambiental.

Sobre o segundo objetivo específico, pode-se observar que os professores observam como insuficiente a formação dos alunos sobre a

temática. A partir das críticas apontadas pelos próprios professores sobre a produção da própria mídia, das principais dificuldades observadas em sala de aula e das soluções apontadas, entende-se que disciplinas isoladas sobre a temática ambiental são importantes, mas não alcançam uma formação completa e consistente: é necessário trabalhar o meio ambiente de forma multidisciplinar com outros temas, é preciso fazer eventos e pesquisas, é necessário aguçar a curiosidade dos alunos, a formação dos professores e também melhorar o ensino básico sobre a temática. Como apontado por uma professora, o problema é grave e complexo, e assim, talvez dependa de tempo e de espaço além da carga horária de 30 ou 60 horas/aula, que vá além de discussões em sala de aula.

Outra pista apontada nas entrevistas, e que confirma uma das premissas dessa pesquisa, é que a maioria das disciplinas surge ou é ministrada pelo interesse dos próprios professores. Apesar de nem todos os entrevistados terem uma formação específica sobre o meio ambiente, todos apontaram o gosto, leituras ou vivências pessoais ou profissionais com a temática.

A partir desse olhar dos docentes, mesmo que não completa, a pesquisa segue agora para os alunos, afinal, são eles que futuramente poderão fazer a diferença na produção de matérias ambientais.

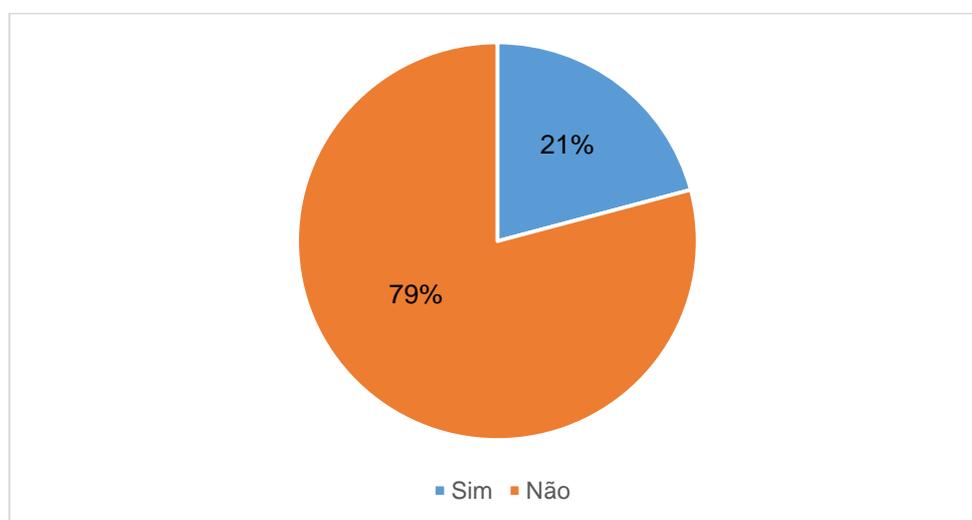
5.3 O QUE DIZEM OS ALUNOS

Observa-se agora os diferentes olhares dos estudantes de jornalismo do Sul do país sobre a temática em questão. Como já sinalizado no capítulo 1, dos percursos metodológicos, os diferentes entendimentos dos alunos foram observados por meio das informações obtidas nos questionários aplicados online, da pesquisa-ação adaptada às condições deste estudo realizada na disciplina de Jornalismo e Meio Ambiente, dos grupos focais com dois grupos de alunos e das entrevistas realizadas com alunas e ex-alunas. Os novos dados aqui apresentados dialogam com informações já apresentadas ao longo dos capítulos anteriores.

Primeiramente, com uma abordagem mais ampla, o questionário aplicado a 96 estudantes de jornalismo, além de observar o entendimento sobre o meio ambiente e o jornalismo ambiental (resultados já apresentados),

também buscou identificar como se dá a formação desses alunos sobre a temática e como eles enxergam a inserção desse tema nos cursos de jornalismo. Segundo o questionário, a maioria dos alunos (79%) ainda não cursou alguma disciplina relacionada à temática ambiental na graduação, como apresentado no gráfico 10. Dos 20 alunos (21%) que já cursaram, as disciplinas variam: oito cursaram “Jornalismo ambiental”, dois cursaram “História das atividades agropecuárias e meio ambiente no Brasil”, “Gestão da sustentabilidade” ou “Direito ambiental” e apenas um aluno indicou cursar as disciplinas “Cultura e meio ambiente”, “Comunicação e educação ambiental”, “Direito dos animais”, “Design e sustentabilidade” e “Comunicação, cidadania e meio ambiente”.

GRÁFICO 10 – ALUNOS QUE CURSARAM E NÃO CURSARAM DISCIPLINAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE JORNALISMO



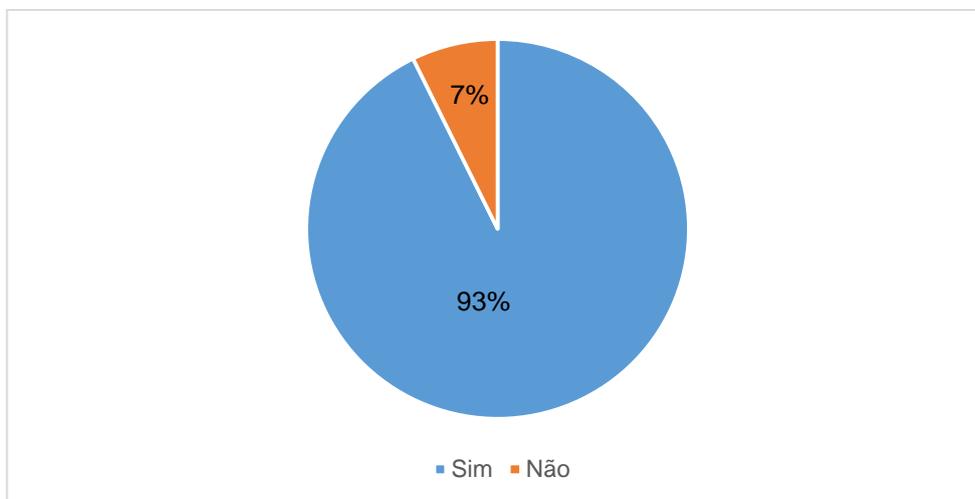
FONTE: Autora (2016).

Esta falta de uma formação específica sobre o tema pode justificar o próprio entendimento da maioria dos alunos (66%) sobre o que é jornalismo ambiental: uma editoria específica e fragmentada, como apresentado no capítulo 3. Este entendimento compartimentalizado do senso comum é tido pela forma como os próprios veículos de comunicação apresentam o tema.

Quando se perguntou aos estudantes, por meio do questionário, sobre a necessidade de temas ambientais serem abordados nos cursos de jornalismo,

93% (89 alunos) responderam que é necessário e 7% (sete alunos) responderam que não é necessário, como apresentado no gráfico 11.

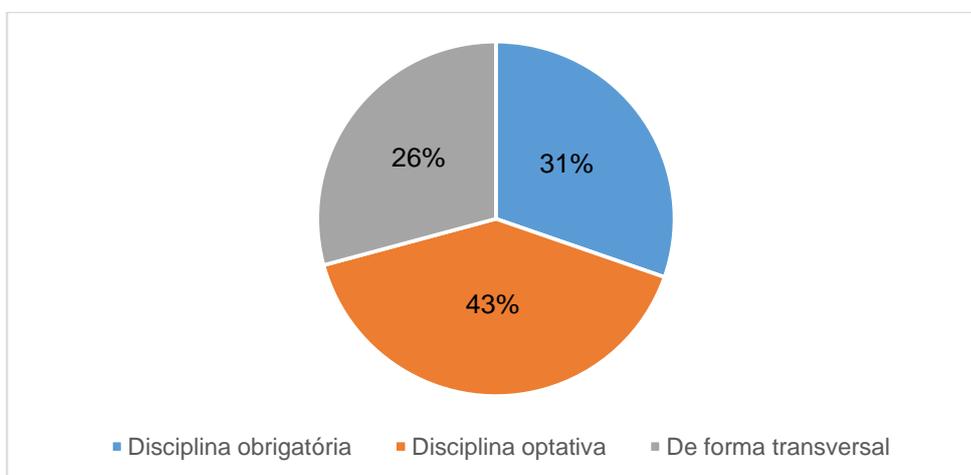
GRÁFICO 11 – OS ALUNOS ACHAM NECESSÁRIO TRATAR A QUESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE JORNALISMO?



FONTE: Autora (2016).

Dos que acham necessário, gráfico 12, 43% (36 alunos) acreditam que o tema deve ser empregado como disciplina optativa, 31% (27 alunos) apontam como disciplina obrigatória e 26% (26 alunos) de forma transversal.

GRÁFICO 12 – COMO OS ALUNOS ACREDITAM QUE A QUESTÃO AMBIENTAL DEVE SER EMPREGADA NOS CURRÍCULOS DE JORNALISMO



FONTE: Autora (2016).

Esta informação sobre a necessidade de se abordar o tema, aliada ao número de alunos que não cursaram disciplinas, apresenta um descompasso entre o interesse e a oferta. Com a adequação de todos os currículos, parte desse anseio pode ser resolvido, ou pelo menos, pode-se tentar resolver. Como observado na análise dos currículos e das entrevistas com os coordenadores, das 31 disciplinas identificadas, dez ainda não foram ofertadas: serão mais seis obrigatórias e quatro optativas nos próximos semestres.

O questionário, apesar de não englobar um número estatístico dos estudantes de jornalismo do Sul do país, apontou alguns resultados representativos, de cunho qualitativo, no que concerne à pesquisa. Quando algumas informações são cruzadas – sobre como os alunos entendem o meio ambiente (a maioria tem um olhar abrangente e interdisciplinar sobre o tema), como observam o jornalismo ambiental (66% o vê de forma fragmentada, como uma editoria específica) e como acreditam que deve ser a cobertura jornalística sobre temas ambientais (a maioria observa a necessidade de outro tipo de cobertura, mais engajada, pedagógica, com mais espaço ou sistêmica) – é perceptível que, mesmo o jornalismo ambiental sendo caracterizado por uma cobertura segmentada, esta deve ser abrangente e mais contextualizada pelo simples fato do meio ambiente ser relacionado, pelos mesmos alunos, com outras questões, como sociais e culturais, e ter um caráter amplo.

5.3.1 A pesquisa-ação e suas descobertas

A partir dos resultados dos questionários, a pesquisa seguiu em uma linha exploratório-prática com a adaptação da pesquisa-ação realizada na disciplina *Jornalismo e Meio Ambiente*, ministrada pela pesquisadora na Universidade Federal do Paraná. Como já apontado no primeiro capítulo, este método foi aplicado durante o primeiro semestre de 2016 e contou com a participação de 24 estudantes, desses 18 do curso de jornalismo, três de relações públicas e três de publicidade e propaganda.

Conforme Peruzzo (2015), este método admite um nível elevado de envolvimento e interação do pesquisador com o grupo investigado e pressupõe a participação ativa de representantes do grupo no processo de pesquisa, ou seja, “a intenção é fazer com que a própria pesquisa possa contribuir para o

equacionamento de problemáticas relacionadas à ampliação da cidadania e à transformação social” (p. 1). Dessa forma, segundo a mesma autora, em algumas de suas vertentes teórico-metodológicas, a pesquisa-ação se insere “no debate e nas propostas de descolonização da ciência, da emergência de uma epistemologia do Sul” (idem, p. 6). A ideia é defendida por Santos (2007) quando diz que não precisamos simplesmente de um conhecimento novo, mas sim de um novo modo de produção de conhecimento.

Apesar de o método ter suas origens na década de 1940, ainda são poucos e bastante diversos os guias para o melhor planejamento e elaboração de uma pesquisa-ação. Thiollent (2011), por exemplo, apresenta um roteiro com 12 passos, mas o sugere apenas como ponto de partida e afirma: “O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível. Contrariamente a outros tipos de pesquisa, não se segue uma série de fases rigidamente ordenadas” (Idem, p. 55). Os passos sugeridos são: fase exploratória; tema da pesquisa; colocação dos problemas; lugar da teoria; hipóteses; seminário; campo de observação, amostragem e representatividade coletiva; coleta de dados; aprendizagem; saber formal e saber informal; plano de ação; e divulgação externa. Para Peruzzo (2015), também sempre haverá diferenças nas fases de uma pesquisa-ação pela diversidade dos próprios grupos pesquisados, mas sugere seis fases principais: estudo exploratório para reconhecimento da situação a ser investigada; processo de investigação; redefinição e aperfeiçoamento do desenho metodológico; realização plena do trabalho de campo; apresentação de resultados parciais; e conclusão com o relatório final. Mesmo sendo uma adaptação – em virtude do pouco tempo e não mergulho completo na realidade dos alunos – esta pesquisa optou pelos 12 passos sugeridos por Thiollent (2011), a fim de atingir maior detalhamento na descrição de cada processo.

Independente do roteiro pré-estabelecido, algumas técnicas são características no desenvolvimento da pesquisa-ação e fizeram parte dessa adaptação e processo em sala de aula: a observação direta e os registros em um diário de campo. Este diário de campo “é um instrumento básico para registro de tudo que ocorre na situação investigada, registro feito com precisão quanto a datas, atores, locais e conteúdos dos acontecimentos” (PERUZZO, 2015, p. 18).

A partir dos relatos descritos no diário de campo e da própria vivência com o grupo pesquisado, neste ponto da dissertação, onde são descritos todos os passos e encontros, peço licença para utilizar a linguagem em primeira pessoa. Mesmo que incomum em trabalhos científicos, acredito que dessa forma o entendimento será mais claro e preciso.

5.3.1.1 A fase exploratória

O primeiro passo da pesquisa é a fase exploratória, que representa a descoberta do campo empírico. Segundo Thiollent (2011, p. 56), “essa fase consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou diagnóstico) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações”. Nesta pesquisa, a fase exploratória pode ser definida pela primeira aula com a turma, que ocorreu no dia 18 de março de 2016⁴⁴.

Este primeiro encontro foi de aproximação e apresentação da disciplina. A aula iniciou-se com a minha apresentação, onde relatei sobre minha formação e também sobre a pesquisa, informando-os e pedindo autorização para fazerem parte desse processo. Em seguida, pedi que se apresentassem, falando o nome, curso, semestre que estavam cursando e porque escolheram a disciplina. Essa primeira aula contou com 17 alunos e destacou o pouco interesse ou pouco conhecimento sobre a temática ambiental: dos 17, apenas três alunos afirmaram que escolheram a disciplina porque se interessam por questões ambientais, alguns não souberam responder, porém, a maioria confessou que a escolha se deu pela necessidade de horas no currículo. Nessa apresentação também foi possível identificar a heterogeneidade da turma, com alunos de todos os semestres (do 3º ao 8º) e de diferentes cursos. Apesar de a disciplina ser focada em jornalismo ambiental, nesse primeiro encontro vi a necessidade de incluir textos e exercícios também da área de publicidade e propaganda e de relações públicas.

Após conhecer um pouco da turma, apresentei a ementa, objetivos e parte do cronograma da disciplina, que depois foi atualizado pela participação

⁴⁴ Oficialmente as aulas tiveram início do dia 11 de março, porém, por problemas de saúde da própria pesquisadora, esta disciplina iniciou no dia 18 e houve reposição dessa primeira aula.

de alunos de outros cursos. Em seguida, para instigar a discussão e ver o conhecimento deles sobre o tema, perguntei o que entendiam por meio ambiente e jornalismo ambiental. Tímidos, apenas dois me responderam que “meio ambiente era natureza” e “o jornalismo que falava sobre ela”. Como o diálogo não avançou, entreguei cópias impressas do questionário aplicado pela internet e já apresentado anteriormente nesta pesquisa. Expliquei que fazia parte de uma esfera maior da dissertação e que iria contribuir para o planejamento e próximos passos da disciplina. A orientação foi que respondessem de forma sincera, sem se preocuparem com o certo ou o errado, e que não se identificassem⁴⁵.

O resultado dos 17 questionários foi próximo ao resultado dos questionários aplicados online com os alunos de jornalismo da região Sul do país. A maioria (11 alunos) indicou ler e se informar sobre o meio ambiente às vezes, dois responderam que se informam com frequência e quatro não se informam sobre o tema. Sobre os principais temas vistos na mídia, apontaram: catástrofes (59%), sustentabilidade (26%) e mudanças climáticas (15%).

Em relação ao conceito de meio ambiente, aplicando as categorias de Sauv , apresentadas no segundo capítulo, 29% das respostas foram enquadradas em projeto comunitário, 23% em biosfera, 18% em lugar para viver, 18% em natureza e 12% em recurso; o que indica que 82% entendem o meio ambiente como algo além da natureza e paisagens verdes, atribuindo-lhe um olhar mais abrangente. Sobre o conceito de jornalismo ambiental, 49% o indicaram como uma editoria específica, 29% como um jornalismo sistêmico e 24% como um jornalismo diferenciado. Sobre o jornalismo contribuir para a sensibiliza o das pessoas sobre a temática, 88% acreditam que ele pode sim contribuir; da mesma forma, a maioria (82%) indicou que a cobertura sobre o tema deve ser diferenciada, sendo mais engajada, pedagógica ou aprofundada.

Os resultados continuam próximos ao questionário online quando tratam do ensino sobre o jornalismo ambiental. Nenhum dos 17 alunos já havia cursado alguma disciplina sobre a temática e todos destacaram a necessidade do ensino: cinco defenderam o ensino em disciplinas obrigatórias, seis em disciplinas optativas e seis de forma transversal em todo o currículo.

⁴⁵ A ideia de não se identificarem visou mais liberdade nas respostas e, da mesma forma, seguir o mesmo caminho do questionário aplicado no universo maior pela internet.

A partir desse primeiro panorama sobre os alunos, foi possível identificar a proximidade com o universo mais amplo (dos 96 alunos que também responderam o questionário online), o que demonstra, de certa forma, que a pesquisa-ação adaptada trabalha com uma amostra representativa.

Além da apresentação da disciplina e do questionário, o primeiro encontro, ainda exploratório, contou com a troca de contatos e criação de um grupo no *Facebook* para discussão da disciplina. Ao final, fui surpreendida com dois alunos que destacaram o interesse pela disciplina. Um deles trabalha com comunicação popular e disse ser interessado pela visão sistêmica de Capra, e outro comentou que é de outra universidade que não trabalha com o tema, por isso se matriculou nesta como aluno especial.

5.3.1.2 Os bastidores

Ao seguir as fases sugeridas por Thiollent (2011), houve, na sequência, um trabalho de bastidores com a definição do tema da pesquisa, a colocação dos problemas, o lugar da teoria e as hipóteses. Como apresentado pelo próprio autor, muitas vezes essas fases não seguem uma ordem cronológica e acontecem de forma simultânea, o que ocorreu nesta pesquisa. Essas quatro fases surgiram antes da fase exploratória, ganharam consistência a partir da primeira aula e foram se adequando durante cada encontro.

Apesar de serem definidas aqui como fases de bastidores, seguem a proposta defendida pelo autor que devem ser realizadas a partir de um processo de discussão com os participantes. “Um tema que não interessar à população não poderá ser tratado de modo participativo. Um tema que não interessar aos pesquisadores não será levado a sério e eles não desempenharão um papel eficiente” (THIOLLENT, 2011, p. 60). Mesmo que boa parte dos alunos tenha indicado escolher a disciplina por causa das horas necessárias, o interesse foi demonstrado por terem escolhido esta disciplina e não uma das outras tantas oferecidas como optativas naquele semestre.

Com o tema já definido, o ensino do jornalismo ambiental, a adaptação da pesquisa-ação surgiu com a finalidade de contribuir com as respostas para o terceiro objetivo específico dessa dissertação: observar e perceber como os alunos compreendem uma possível visão sistêmica sobre meio ambiente nas

disciplinas e na prática do jornalismo, e se sensibilizam sobre a temática. Esta adaptação do método visa então contribuir para a questão central da pesquisa e se ancora na hipótese de que disciplinas sobre a temática contribuem para a formação de alunos mais conscientes e sensibilizados sobre a área.

De forma concreta, podemos identificar essas fases na própria introdução dessa dissertação e no planejamento da disciplina, o qual ancora as ideias e discussões à teoria (anexo 3).

5.3.1.3 A vivência em sala de aula

As fases seguintes sugeridas pelo autor – seminário; campo de observação, amostragem e representatividade; coleta de dados – foram desempenhadas durante as aulas do semestre e a relação professora/alunos, pesquisadora/grupo investigado. O seminário, por exemplo, “consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação” (THIOLLENT, 2011, p. 67), e pode ser comparado com cada encontro com os alunos.

Depois da fase exploratória, o segundo encontro ocorreu no dia 1º de abril⁴⁶. Nesse encontro, todos os textos da disciplina já estavam disponíveis para a turma. Com o tema “meio ambiente”, nessa aula foi perceptível o pouco conhecimento dos alunos sobre questões gerais da temática, como a Agenda 21, por exemplo, sobre a qual apenas uma aluna já tinha ouvido falar, mas não soube explicar o que era. Além da teoria, a aula contou com um primeiro exercício reflexivo sobre a cobertura ambiental. Os alunos viram uma reportagem televisiva que venceu o primeiro prêmio de jornalismo ambiental da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e deveriam indicar o porquê a reportagem venceu o prêmio. A partir da análise da reportagem, os alunos identificaram pontos essenciais em qualquer cobertura que até então, para alguns deles, não eram percebidos. Refletimos sobre a pluralização das fontes, a contextualização necessária, a função pedagógica, relações sociais e econômicas implicadas ao meio ambiente e o engajamento do jornalismo ambiental. Destaco, neste momento, a fala de um dos alunos: “Agora vemos

⁴⁶ No dia 25 de março não houve aula em virtude de feriado Paixão de Cristo.

como alguns pontos fazem tanta diferença em uma reportagem e que deveriam estar presentes em qualquer cobertura, não apenas sobre o meio ambiente”.

As aulas seguintes seguiram com a proposta de seminários: duplas de alunos ficaram responsáveis por apresentar um texto teórico e trazer questões práticas para o debate. Esta proposta segue a perspectiva de Paulo Freire, apontada por Peruzzo (2003, p. 120), que “propõe, em última instância, que a relação entre educador e educando seja dialógica, de modo a propiciar uma dinâmica educativa na qual o aluno passa a ser sujeito ativo do próprio processo de aprendizado”. As discussões iniciaram com o conceito de comunicação ambiental, partiram para o histórico e peculiaridades do jornalismo ambiental, depois marketing verde e comunicação organizacional, abrangendo os diferentes cursos. Junto aos debates teóricos, foram desenvolvidas algumas atividades práticas em sala de aula. Nesse processo, destaco o aumento da participação dos alunos no debate e a relação teórica com reportagens já veiculadas pela mídia. A cada aula, o senso crítico dos alunos cresceu.

Uma das aulas merece atenção. No dia 13 de maio contamos com a participação de Valéria Duarte, jornalista e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPR. A proposta foi realizar uma dinâmica que simulava uma crise ambiental e os alunos exerciam o papel de diferentes setores da esfera comunicacional: alguns eram da assessoria de imprensa da empresa que causou o problema ambiental e tinham que gerenciar as informações, alguns eram repórteres de diferentes jornais e tinham que buscar as informações de forma rápida e publicar de forma contextualizada, e outros eram leitores, os quais avaliaram os textos publicados, indicando falhas e pontos positivos. A dinâmica possibilitou aos alunos um olhar mais prático sobre a cobertura de temas ambientais, a atuação frente a uma crise ambiental e, principalmente, a dificuldade, muitas vezes, de ter um olhar sistêmico frente à rotina jornalística e ao imediatismo da atualidade. Com essa atividade, discutimos o papel do jornalista e algumas possibilidades de se fazer boas coberturas sobre a temática ambiental no jornalismo diário.

Seguindo as aulas, a partir das discussões teóricas e das análises e críticas feitas em materiais jornalísticos, a proposta foi trabalhar de forma mais prática a partir da produção de uma reportagem ambiental, uma ação

organizacional ou uma peça publicitária. Os alunos puderam escolher o grupo e tema de interesse. A atividade contou com diferentes fases e formas de avaliação: a produção da pauta ou plano de comunicação simplificado, a realização da reportagem, ação ou peça, e a apresentação.

Este trabalho proporcionou diferentes dados para reflexão. O primeiro deles foi a diversidade de temas relacionados ao meio ambiente, que foram muito além das primeiras discussões ou conceituações sobre a temática. Em relação às reportagens jornalísticas, os temas foram: cooperativas de reciclagem em Curitiba; qual é o fim do lixo produzido na UFPR; iniciativas civis sustentáveis, como uma feira vegetariana e vegana do centro de Curitiba que valoriza produtores locais; como a sociedade civil em Curitiba se organiza para defender áreas verdes; e projetos de carona solidária. A escolha dos alunos de relações públicas foi desenvolver uma ação em parceria com o Greenpeace, valorizando a educação ambiental com crianças; já os alunos de publicidade e propaganda desenvolveram uma peça para diminuir o consumo de sacolas em lojas de cosméticos. A partir das discussões de pauta e elaboração do trabalho, foi possível identificar como os alunos ampliaram os olhares sobre o tema e, mais do que isso, como identificaram a necessidade de uma visão ampla, contextualizada e sistêmica sobre o meio ambiente, relacionando a questão ambiental com a área social, cultural, econômica e política. Outra reflexão é em relação a forma que encontraram para contextualizar o tema: alguns optaram por reportagens impressas e televisivas, mas a maioria preferiu aproveitar as potencialidades da internet, utilizando galerias de fotos, vídeos, gráficos e hiperlinks. Durante as apresentações, as dificuldades apontadas no processo de produção foram muito mais sobre a dificuldade de encontrar algumas fontes do que de manter o olhar sistêmico. Dessa forma, os trabalhos e resultados dessa atividade dialogaram muito bem com a teoria discutida em aulas e também abordada nesta dissertação, como apontado no capítulo 3.

Além dos questionários aplicados na primeira aula, das discussões em sala de aula, das atividades e trabalhos desenvolvidos, a coleta de dados também incidiu, de forma mais precisa, na prova teórica da disciplina. Com questões discursivas e de múltipla escolha, foi possível identificar a diferença na compreensão do tema ao longo do semestre.

Em relação ao entendimento de meio ambiente, a partir do viés sociológico e interdisciplinar defendido nesta pesquisa, a avaliação demonstrou uma evolução durante o semestre. Apesar de 82% dos alunos já terem atribuído um olhar mais abrangente à questão ambiental nos questionários aplicados na primeira aula, na avaliação ficou realmente clara a percepção sociológica e interdisciplinar pela maioria dos alunos. Dos 23 que realizaram a avaliação, 15 defenderam o olhar sociológico, sete falaram que vai além da natureza, mas não falaram das relações sociais e apenas um aluno não respondeu à questão. Destaco a resposta: *“Para o autor Enrique Leff, o conceito de meio ambiente se mostra como mais profundo e complexo do que a ideia de natureza e ecologia. Ele enxerga, por sua vez, o caráter sociológico no que se refere ao meio ambiente. Muito mais do que as relações da natureza (na noção de fauna, flora, água, etc), o meio ambiente possui o recorte de ser uma preocupação e interesse humano, por englobar as mais diversas esferas sociais. Não deve ser visto isoladamente, mas a partir de uma perspectiva abrangente que concerne, também, todas as relações humanas e interfere em todo o aspecto da vida em sociedade e seu funcionamento”* (resposta de uma aluna na avaliação da disciplina).

Já sobre a visão sistêmica e holística do jornalismo ambiental, também já defendida nesta dissertação, 83% dos alunos (19 de 23) demonstraram o entendimento e a necessidade de uma cobertura ampla e contextualizada. Destaco a resposta de um dos alunos: *“Quando se conceitua um jornalismo ambiental, de fato, um dos conceitos essenciais é a visão interdisciplinar: é necessário olhar o todo e não apenas ‘as partes’. Por exemplo, superando a divisão típica dos jornais em editorias, uma vez que o debate acerca do meio ambiente tem raízes e/ou consequências em todas as áreas da vida e da sociedade”*. No questionário, primeira atividade em sala de aula, apenas 29% haviam demonstrado o entendimento de que o jornalismo ambiental deve ser sistêmico.

Essas duas questões, primordiais para o entendimento e a prática do jornalismo ambiental, demonstram que, apesar do conhecimento sobre o assunto não ser exclusivo da disciplina – este também é oriundo de vivências pessoais e profissionais -, é na sala de aula, em debate com autores e colegas

e exercendo atividades práticas, que o entendimento sobre o meio ambiente e o jornalismo ambiental se concretizaram e ganharam sustento teórico.

5.3.1.4 As descobertas

Durante os 14 encontros com a turma, foi possível perceber que a compreensão de uma visão sistêmica sobre o meio ambiente, e conseqüentemente, sobre o jornalismo ambiental, surge a partir das críticas, do olhar para matérias já veiculadas e com a sustentação apontada pelos autores trabalhados. Até então, muitos ainda desconheciam o termo “visão sistêmica” ou, mais ainda, desconheciam a necessidade de uma cobertura ampla sobre temas ambientais.

Para visualizar melhor algumas das descobertas na adaptação da pesquisa-ação, no último dia de aula os alunos responderam uma avaliação sobre a disciplina: a ideia foi identificar os pontos positivos e negativos do curso, além de entender a importância que este teve para a sua formação. Dos 24 alunos da disciplina, esta aula contou com 11 alunos, a avaliação foi realizada sem identificação e as respostas de duas questões presentes são apresentadas nas tabelas seguintes.

TABELA 10 – IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA PARA OS ALUNOS

| Questão 1 | Qual foi a importância da disciplina para sua formação na área da comunicação? |
|-----------|---|
| Aluno 1 | “Bom, antes da disciplina eu não fazia ideia que o campo de jornalismo ambiental existia e que era tão abrangente. Depois da disciplina, com certeza não verei o jornalismo da mesma forma. Tentarei sempre alocar a questão ambiental em minhas pautas e matérias” |
| Aluno 2 | “Extremamente importante. Não só por buscar pautas ambientais, mas para também entender esse assunto do meio ambiente com relação às outras editorias. Ou seja, buscar sempre relacionar com essa questão”. |
| Aluno 3 | “Esta matéria foi a primeira que participei que envolvia diretamente o jornalismo. Sou de PP, e para mim foi importante expandir os horizontes para novas áreas”. |
| Aluno 4 | “Adquiri um conhecimento mais abrangente sobre o jornalismo e a comunicação ambiental. O que antes era mais delimitado, agora ficou mais claro. Consegui compreender a importância desse tema na comunicação atualmente”. |
| Aluno 5 | “A disciplina proporcionou um conhecimento amplo e especificado sobre jornalismo e meio ambiente, mostrando a importância de falar e pensar sobre o ambiente no qual, todos estamos inseridos”. |
| Aluno 6 | “Ano passado eu deveria ter aprendido a usar/fazer um infográfico, mas acabou não dando certo. Graças a disciplina eu precisei fazer uma matéria que fosse mais interativa, então aprendi a montar infográficos! |

| | |
|----------|---|
| | Isso mais a visão sistêmica das matérias de meio ambiente me ajudaram em outras matérias, em outras disciplinas. Sinto que melhorei bastante minha visão de fontes/personagens graças a disciplina”. |
| Aluno 7 | “A disciplina foi importante para conhecer a fundo um segmento do jornalismo que no futuro posso desempenhar”. |
| Aluno 8 | “A disciplina me ajudou/ensinou a desenvolver um olhar crítico em relação à mídia quando esta aborda o tema. Também aprendi conceitos interessantes que jamais seriam citados em outras disciplinas de comunicação”. |
| Aluno 9 | “Me ajudou a pensar na reportagem como um todo, não só o superficial” |
| Aluno 10 | “Não costumava prestar atenção na parte sustentável da comunicação, então a matéria foi importante de diversas formas, inclusive numa conscientização que posteriormente pretendo aplicar na minha futura profissão”. |
| Aluno 11 | “A importância foi enorme, pois acredito que a visão sistêmica do jornalismo ambiental e do meio ambiente podem embasar a atividade jornalística corriqueira”. |

FONTE: Autora (2016).

TABELA 11 – PRINCIPAIS DESCOBERTAS DO SEMESTRE

| | |
|-----------|---|
| Questão 2 | Quais as principais descobertas em relação ao jornalismo ambiental neste semestre? E quais os pontos abordados que você achou mais relevante? |
| Aluno 1 | “Acredito que, mesmo que eu soubesse algo com relação à área, não era nesse nível, aumentei meu conhecimento e pude ir além das tragédias ambientais como pautas de meio ambiente. Ter conteúdo envolvido com as três habilitações para mim foi o mais importante” |
| Aluno 2 | “Que o jornalismo de meio ambiente perpassa todas as editorias. Achei isso essencial” |
| Aluno 3 | “Para mim foi a relação entre o jornalismo e essa questão ambiental. Pude perceber por meio de matérias e aulas abordadas como esse tema é abordado e os bastidores de algumas reportagens, o que chamou minha atenção. Achei muito relevante os temas abordados nos seminários, como um todo foi um ponto alto da matéria” |
| Aluno 4 | “Acredito que seja a questão de que o tema ambiental não deve ser segmentado e, sim, deve estar presente em todas as editorias. Isso no quesito jornalístico”. |
| Aluno 5 | “A principal descoberta foi entender o que é meio ambiente numa visão mais aprofundada. Todos os temas trabalhados foram importantes para o desenvolvimento da disciplina. Entender marketing verde foi relevante para mim, pois como RP é importante colocar as marcas em destaque com ações pontuais” |
| Aluno 6 | “Jornalista ambiental tem que ser parcial! Isso definitivamente me chocou e eu gostei de ter aprendido isso. Na faculdade a gente ouve muito que não podemos ser parciais, e particularmente isso sempre me irritou. Ser livre no meio ambiente é bem reconfortante” |
| Aluno 7 | “Que falar de meio ambiente não é só falar de natureza, envolve fatores políticos, econômicos e sociais. O ponto que achei mais relevante é que, durante a disciplina, foi mostrado como se fazer uma reportagem que contemple todos os princípios do jornalismo ambiental (abordagem sistêmica, reportagem com função pedagógica)” |
| Aluno 8 | “Como escrevi na questão anterior, todas as descobertas foram fundamentais pro desenvolvimento de um olhar crítico em relação à grande mídia, principalmente no fato de que o tema só vira pauta no dia do meio ambiente. Aprender sobre marketing verde foi uma surpresa muito boa. Coloco em prática no meu dia a dia. Quanto ao jornalismo ambiental, aprendi que ele não é só sobre problemas ambientais, |

| | |
|----------|--|
| | diretamente relacionados a florestas, matas, rios, etc. O trabalho final deixou isso mais claro. Há diversidade de pauta” |
| Aluno 9 | “Jornalismo ambiental além das catástrofes naturais, que todo o jornalista tem que ter um pouco de conhecimento em jornalismo ambiental e adaptar isso para as pessoas” |
| Aluno 10 | “A forma como a qual ele pode ser abordado e sua importância” |
| Aluno 11 | “Que exercer o jornalismo ambiental seja a melhor forma de exercer um jornalismo como um todo. Para além do jornalismo, destacaria a comunicação empresarial, o uso do marketing verde correto, inteligente e sobretudo verde, que guardam um grande potencial de impacto” |

FONTE: Autora (2016).

Em relação à importância da disciplina, é necessário destacar que a pesquisa não visa comparar o conteúdo aprendido nessas aulas com outras matérias da grade curricular, até porque, como já apontado, esta foi uma disciplina optativa específica sobre o tema. Porém, podemos observar que muitos dos alunos, alguns já cursando os últimos semestres do curso, ainda desconheciam muitos dos termos e conceitos utilizados que, mais do que em coberturas ambientais, podem e devem ser utilizados em qualquer tipo de cobertura jornalística. Dessa forma, esse método ressalta a importância de disciplinas para a formação de estudantes e futuros profissionais mais conscientes sobre a temática ambiental. Sobre isso, a questão referente às descobertas e pontos que acharam mais relevantes confirma a importância da disciplina, segundo as respostas da tabela 11.

A segunda tabela também traz à tona outras reflexões percebidas em sala de aula: o interesse dos alunos, tanto de jornalismo como de outras habilitações, por uma visão mais abrangente sobre o tema, a comunicação ambiental. Ao final do semestre, muitos alunos indicaram a preferência por uma abordagem mais ampla, onde puderam compreender as diferentes interfaces comunicacionais, suas relações e conflitos, como, por exemplo, quando e onde o marketing verde é ou não bem-vindo. Segundo um dos alunos de jornalismo: *“Foi muito bom ter alunos de outros cursos na turma, se não ficaríamos presos apenas nas matérias jornalísticas”*. Esta descoberta, até então não percebida na pesquisa – imaginava-se que disciplinas específicas para o curso de jornalismo seriam mais atrativas para os estudantes dessa habilitação – só foi possível pelo interesse dos próprios alunos de outros cursos que se matricularam na disciplina.

No início da trilha metodológica, quando se pensou na oferta da disciplina como parte do processo de pesquisa, foi sugerido que a disciplina tivesse uma abordagem maior e incluísse todos os cursos de comunicação, até para ser mais fácil de fechar a turma. Como a pesquisa é focada no jornalismo, optou-se por restringir a esta habilitação, mas a opção precisou ser modificada logo na primeira aula. Esta é uma daquelas lições de que a pesquisa não é feita sozinha e, no caso da adaptação da pesquisa-ação, teve tal resultado graças à participação ativa do grupo pesquisado.

Neste sentido, seguindo as fases sugeridas por Thiollent (2011), temos a aprendizagem que, na pesquisa-ação, “é associada ao processo de investigação” (p. 75). Para o autor,

As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes. Estes já possuem essa capacidade adquirida na atividade normal. Nas condições peculiares da pesquisa-ação, essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação (Idem, p. 76).

Na pesquisa realizada, esta aprendizagem é percebida de forma clara: mais do que um entendimento sobre o ensino do jornalismo ambiental para a dissertação, a adaptação do método colaborou na formação de jornalistas, relações públicas e publicitários mais conscientes sobre o meio ambiente. Além do conhecimento atribuído ao grupo pesquisado, a investigação também colaborou no conhecimento da própria pesquisadora e uniu teorias, práticas e vivências, indo ao encontro de outra fase sugerida por Thiollent: o saber formal e saber informal.

Para encerrar, o autor ainda sugere duas fases: plano de ação e divulgação externa. O plano de ação, que corresponde a uma ação planejada com o objeto de análise, deliberação e avaliação, pode ser comparado com o planejamento de ensino e todas as aulas em que o mesmo foi executado, com algumas mudanças em virtude do tempo ou mesmo do interesse dos alunos: este foi reconstruído a cada encontro. Já a divulgação externa, diz respeito à esta própria pesquisa, que visa contribuir tanto para o grupo pesquisado, como para outros setores interessados.

5.3.2 Grupos focais: diferentes realidades

Outro procedimento na pesquisa com os alunos, para informações de caráter qualitativo, foi a realização da técnica de grupo focal, realizado com dois grupos de estudantes de jornalismo. Como já apresentado no primeiro capítulo, em virtude de alguns problemas técnicos, o grupo focal, antes previsto para quatro grupos de alunos foi realizado com dois grupos: alunos da Furb e da Univali, ambas universidades catarinenses. A primeira foi a única instituição na pesquisa exploratória que apontou trabalhar o tema de forma transdisciplinar e, a segunda, aborda o tema por meio de uma disciplina obrigatória, ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2016 para alunos do último período.

O grupo focal foi escolhido como procedimento técnico por ter o objetivo de “captar, a partir de trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários” (GATTI, 2005, p. 9). Ainda conforme a autora, uma característica distintiva do grupo focal é “a interação que se propicia entre os participantes da pesquisa” (GATTI, 2005, p. 39). Essa interação merece ser explorada no processo investigativo, “porque o interesse não é somente no que as pessoas pensam, mas em como pensam e porque pensam assim” (Idem). Assim, junto com as outras técnicas, este tópico busca entender se os alunos compreendem uma possível visão sistêmica sobre o meio ambiente, nas disciplinas e na prática do jornalismo, e de que forma se relacionam e se sensibilizam sobre a temática.

O primeiro grupo focal foi realizado na Universidade Regional de Blumenau - Furb, localizada em Blumenau – SC, no dia 14 de outubro de 2016, às 17h. Com o apoio da coordenadora de curso, Roseméri Laurindo, que organizou a participação dos alunos, o grupo foi composto por seis alunas, uma do 3º semestre, três do 4º semestre e duas do 6º semestre. Além da pesquisadora e das participantes, o grupo também contou com a presença da relatora⁴⁷, uma jornalista interessada na pesquisa e a coordenadora do curso⁴⁸.

⁴⁷ Formada em publicidade e propaganda na Furb, a relatora participa de projetos de pesquisa e extensão.

Na Universidade do Vale do Itajaí – Univali, o grupo foi realizado no dia 31 de outubro, às 19h, e contou com a colaboração da professora Valquíria Michela John, professora da Univali e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Participaram do grupo oito alunos do oitavo semestre de jornalismo, que estavam cursando a disciplina obrigatória de jornalismo ambiental, a pesquisadora e a relatora⁴⁹.

Além de discussões já apresentadas ao longo da pesquisa, como o que é o meio ambiente, o jornalismo ambiental, como avaliam a atuação da mídia e como ela poderia ou deveria cobrir o meio ambiente, neste tópico foca-se na abordagem da questão ambiental dentro das salas de aula. O formato como aprendem, as principais descobertas e a avaliação que fazem sobre isso, conduzem os próximos parágrafos.

5.3.2.1 O modelo transversal

Na Furb, como já apresentado, a questão ambiental é abordada de forma transversal, ou seja, está presente em diferentes disciplinas. Conforme apontado na análise dos currículos, 13 são as ementas que empregam o termo. Dessa forma, a discussão do grupo focal buscou entender essa realidade a partir da visão das próprias alunas.

Esse grupo entende o meio ambiente e o jornalismo ambiental para além das barreiras impostas, muitas vezes, pelo senso comum. Como meio ambiente, por exemplo, uma delas diz: *“O meio habitável. É ambiente de ambientação, onde a gente habita, onde a gente convive. O meio é esse meio de convívio, o meio onde nós estamos, circulamos. Então não é propriamente só a natureza em si, por isso que também uma das abrangências também é o lixo reciclado, energias alternativas e outras coisas”*. Sobre o jornalismo ambiental, como já citado anteriormente, as respostas podem ser classificadas como um jornalismo diferenciado e sistêmico, até porque, segundo todas elas,

⁴⁸ Apesar do grupo focal ser voltado aos alunos, a participação da coordenadora foi permitida segundo um pedido da mesma, que se mostrou curiosa para entender se o método transversal aplicado está sendo positivo ou não. Segundo impressões da própria pesquisadora e da relatora, a presença da coordenadora não interferiu nas respostas das alunas.

⁴⁹ Formada em jornalismo, a relatora já cursou disciplinas como aluna especial do mestrado em antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e atuou com a pesquisadora dessa dissertação em projetos de jornalismo ambiental.

“tem relação com a abrangência do meio ambiente”. Assim, uma das alunas defende que a cobertura jornalística sobre os temas ambientais deveria ser “mais abrangente, mais aprofundada e sair dessa coisa de que o meio ambiente é só a natureza, mas falar de todos os assuntos que a gente citou aqui [...], tem muita coisa pra falar que não é explorada”; outras complementam: “é preciso abrir o olho pra enxergar as coisas que não são tão comuns e noticiar de forma aprofundada, não só superficial”; “[...] o fato não é só o agora; se é um problema, o que levou a isso?”.

Sobre o ensino, conforme as participantes, a prática confirma a teoria apontada no currículo e nas ementas. Ao perguntar se trabalham a questão ambiental no curso: “Bom, eu tô no 4º semestre e pelo que eu vi até agora, a gente falou de jornalismo ambiental em todas, ou na maioria das disciplinas”. A aluna citou um trabalho prático produzido na disciplina de jornalismo digital sobre o meio ambiente, um sobre agrotóxicos na disciplina de pesquisa e “agora a gente está em outra pesquisa sobre segurança, que também implica no ambiental”. Outras complementam: “A disciplina específica a gente não tem, mas a gente trata em outras disciplinas”; “Cada disciplina passa pelo ambiental, até porque o ambiental está envolvido em tudo [...] e tendo isso a gente consegue fazer esse negócio do antes, durante e depois, porque está integrado”.

Durante a discussão, as alunas citaram disciplinas como comunicação e desenvolvimento, filosofia do jornalismo, jornalismo especializado, desafios sociais contemporâneos, plataformas multimídias, pesquisa em jornalismo, entre outras, além de professores e atividades desenvolvidas em sala de aula. Segundo elas, quase todos os professores já trabalharam com o tema, assim, não se limita ao interesse pessoal de um ou outro. A disciplina desafios sociais contemporâneos, por exemplo, as alunas explicam que é ministrada junto com o curso de publicidade e propaganda e que a turma é dividida em grupos, os quais escolhem diferentes temas, assim, “mesmo em disciplinas interdisciplinares a gente consegue trabalhar o jornalismo ambiental e meio ambiente”.

Em relação ao conhecimento e às definições que citaram ao longo da discussão, foi perguntado se foram descobertas da universidade ou anteriores a ela, e a resposta foi unânime: “Descobrimos aqui”, “Aprendemos fazendo”, “A

gente descobriu fazendo". Uma das alunas comentou que só descobriu mesmo que existia o jornalismo ambiental quando leu o livro *Quando a palavra sustenta a farsa*, de Miriam Santini de Abreu (inclusive já citado nesta pesquisa), indicado pela coordenadora durante um trabalho acadêmico. Ao falar do livro, outras duas participantes afirmaram que também já o leram, até porque a autora fez parte do corpo docente da universidade. *"Essa professora sempre apresentava matérias ambientais pra gente, mas nem sempre intitulava o jornalismo ambiental"*, outras acrescentam: *"Eu fui descobrir o nome jornalismo ambiental no terceiro semestre, quando a gente viu todos os tipos possíveis, mas desde o começo do curso a gente falava e via matérias sobre isso [...]"; "A gente já via, mas não estava rotulado, não tinha a etiqueta ambiental lá"*.

Ao dar a possibilidade de elas montarem uma grade curricular e inserir uma disciplina específica sobre o tema, obrigatória ou optativa, ou manter no modelo transversal, as respostas variaram. No início, sugeriram disciplinas específicas: *"Eu particularmente gostaria que tivesse uma disciplina obrigatória: jornalismo ambiental"*; *"Eu acho que se fosse uma disciplina só para jornalismo ambiental ela teria que ser optativa, porque eu acho que nem todo mundo se interessa por isso"*. Porém, no decorrer da conversa, entraram no acordo de que novas disciplinas poderiam surgir, porém, sem deixar de trabalhar o tema de forma transversal. São frases das próprias alunas: *"Mas se a gente quiser ter aquilo do antes, durante e depois, pelas disciplinas eu acho que fica mais fácil, porque a gente vai aprender pro impresso, pra web, pra tv e pro rádio; então isso dentro das disciplinas que a gente já tem fica mais fácil"*; *"Eu acho até interessante como é porque a gente consegue trabalhar o ambiental em cada uma das disciplinas [...] e se tivesse uma disciplina só a gente não teria essa abrangência toda, seria em um semestre só, e não como é hoje, em vários"*; *"Acho que como optativa, mas da maneira que está sendo em todas as matérias está bom, deu pra eu pegar"*; *"Eu acho que como a gente não tem a disciplina jornalismo ambiental, e como pra gente, desde o começo, foi passado assim, e a gente realmente conseguiu absorver, eu acho que não tem tanta questão assim, mas se as pessoas não tivessem absorvido ou não entendido o que é o jornalismo ambiental, até talvez sim, mas no nosso caso eu acho que realmente não"*.

Além do próprio entendimento das participantes, elas afirmam que os colegas também pensam de forma semelhante, mesmo que com gostos diferentes, *“todo mundo sabe o que é, porque já viu e teve que fazer”*.

Para finalizar, foi perguntado se as estudantes se sentem preparadas para fazer coberturas ambientais e, apesar de algumas responderem que talvez sim, mostraram insegurança e medo: *“Dependendo do ambiental sim, eu não sei se já tenho amadurecimento para cobrir um problema, por exemplo”*; *“Acho que não”*; *“A gente ainda está no 4º semestre, tem muita coisa para aprender”*.

Esse grupo teve duração de 45 minutos. Apesar de parecer pouco, o tempo foi rico em discussões, como apresentado acima, e respeitou o horário para o início das aulas das participantes. Ao final, ficam os seguintes pontos: 1. As estudantes têm um olhar abrangente para o meio ambiente e para o jornalismo ambiental; 2. Aprenderam todos os conceitos e até descobriram a existência do jornalismo ambiental na universidade; 3. Trabalham a temática em diferentes disciplinas, tanto teóricas como práticas; 4. Compreendem que, da maneira como o tema é abordado, conseguem contextualizá-lo melhor e enquadrá-lo em diferentes formatos; 5. Acreditam que o ensino do tema deva manter esta forma ou, caso seja alterado, apenas complemente mais disciplinas, sem perder o caráter transdisciplinar; 6. Ainda não se sentem preparadas para fazer coberturas ambientais, mas acreditam que podem aprender muito ainda na universidade.

5.3.2.2 A disciplina obrigatória

Na Univali a questão ambiental é abordada como disciplina obrigatória a partir da atualização no novo currículo, assim, o grupo participante dessa pesquisa integra a primeira turma da disciplina jornalismo ambiental da instituição. O grupo participante foi bastante ativo e participativo, assim, as respostas, em alguns momentos, são afirmações que vão se complementando, tornando-se coletivas.

É importante lembrar, como já apresentado em capítulos anteriores, que esse grupo entende o meio ambiente como algo abrangente e que o jornalismo ambiental, para eles, tem caráter essencialmente conscientizador,

que deve ir além do que informar sobre o meio ambiente, mas conscientizar para a preservação.

De forma bastante crítica (e até um pouco desanimadora sobre a profissão que os aguarda), acreditam que o problema de quase não existirem coberturas ambientais, ou essas serem muito pontuais, está interligado aos interesses comerciais, à falta de patrocinadores para esse tipo de cobertura e, principalmente, à falta de interesse do público, afinal, *“um homicídio vende mais do que uma pauta ambiental”*, afirma um dos alunos. Ainda, segundo eles: *“A maioria das pessoas não da bola pra isso. Por isso que o ambiental não vende. Querendo ou não o jornalismo depende que ele venda, se não vender, não é interessante”, “Eu não sei vocês, mas pra mim jornalismo na teoria é bonito, mas na prática é outra história”*.

Os entendimentos sobre a temática ambiental, segundo eles, já existiam antes da disciplina, porém, estavam esquecidos e foram reforçados. Conforme um dos alunos: *“Eu acho que falando aqui do jornalismo ambiental na sala de aula, a disciplina serve para impulsionar na gente não a vontade, mas a conscientização para se pautar assuntos voltados para a conscientização da população”*. Outro complementa: *“Eu acho que assim, que por a gente já estar no oitavo período, a gente já devia ter a questão do jornalismo ambiental, assim, antes né. Não foi tão novidade assim”*.

Apesar de já terem conhecimento sobre o assunto, a disciplina contribuiu em muitos pontos: *“Pra mim foi, eu fui buscar mais, fui atrás de documentários sobre isso, é assim, justamente, ver que o problema é muito grande, sabe, é muito pensar no Brasil”, “É, também mostrou que o ambiental tá ligado a muitos outros assuntos que a gente não pensava. Principalmente o econômico, tá muito ligado ao econômico”, “Antes de começar a matéria de jornalismo ambiental a gente achava que jornalismo ambiental é uma pauta de geral, qualquer um pode fazer. Quando na verdade vê que não, entendeu? Que é tão especializada quanto jornalismo de política ou quanto jornalismo econômico”, “Foi mais para lembrar o que a gente já via anteriormente, mas não tinha prestado atenção. Tipo, eu não lembro o que eu aprendi no colégio sobre o meio ambiente [...] lembrei agora revisando pra mostrar o trabalho pra ele [...] Por isso eu penso que a gente realmente aprendeu nesse ponto foi o que o jornalismo ambiental tem que ser, como ele mesmo citou, realmente engajado”*,

“E também pra gente relembrar casos antigos, tipo a gente fez uma matéria pra falar sobre o lixo, sobre emissão de gases... coisas antigas que eu nem lembrava mais o que era”, “É uma coisa simples, mas a gente não lembrava”, “Eu ainda falei: voltei à aula da primeira série”, “Se eu tivesse duas linhas para escrever era muita coisa. Fui pesquisar e pô, é verdade, é isso aqui, eu não lembrava mais”, “Até preceitos básicos”, outro complementa. Ainda, conforme eles, a disciplina contribuiu para perceberem que há algo que não estavam vendo dentro do meio ambiente.

Sobre a disciplina entrar no novo currículo, a oferta é vista, pela maioria dos participantes, como positiva, mas não no formato como é apresentada e, muito menos, no período em que é ofertada. Segundo uma das alunas: *“Eu achei super válido. A gente comentou que deveria ter sido semestres antes”*. Outros complementam: *“Se a gente tivesse a matéria, sei lá, no terceiro período, quando a gente tem uma cabeça mais ou menos, não tá pensando só besteira, eu acho que teriam sido melhor aproveitadas as pautas ambientais”; “E a matéria poderia ser diferente também”; “É poderia ser diferente”*.

O diálogo entre os alunos, nesse momento, foi de encontrar a melhor forma de inserir a disciplina no currículo: houve gente que preferiu inseri-la nos primeiros semestres, alguns sugeriram tratar o tema junto com a disciplina de jornalismo especializado e a maioria acredita que o tema deveria ganhar ainda mais fôlego, mais do que um semestre. Para um deles, se for tratada junto com outros temas, *“fica um pouco superficial, assim, porque, digamos, fica um mês de cada matéria”*; e outros complementam: *“então jornalismo ambiental sendo separado acaba sendo bom por isso”, “sim, porque aprofunda mais, claro”*. Algumas sugestões que se sobressaíram, impulsionando o debate, foram: *“Eu acho que teria que ser jornalismo econômico, jornalismo político, jornalismo ambiental, tudo separado. O jornalismo cultural ele sabe que ele é mais simples de ser trabalhado, são pautas mais fáceis. Mas tipo, ambiental, política e economia era muito importante ter uma teoria e uma de prática”, “Eu acho que tem que ser importante ele ser dois”, “Não ser dois, mas se fosse uma matéria bem feita”*.

De acordo com os alunos, de forma quase unânime, a disciplina é muito mais voltada para a teoria e deveria ter um equilíbrio. Apenas um dos alunos disse: *“[...] acho que o importante deles é ter teorias, tem que aprender o que é*

o ambiental, porque como a gente tem matéria de agência depois, a gente escreve lá”.

Independente das críticas, eles compreendem alguns fatores que podem ter atrapalhado ou dificultado o andamento da disciplina, como o número de feriados, a falta de experiência na área ambiental do professor e a falta de planejamento da instituição. São algumas falas: *“O professor não tinha experiência no ambiental ainda, ele tá aprendendo e repassando pra gente. Porque ele se formou igual a gente, ele não fez mestrado em ambiental; ele fez mestrado normal e tá aprendendo agora mais sobre o ambiental”, “Porque até na faculdade ele não viu, provavelmente”, “Ele recebeu a matéria para trabalhar um mês antes”, “Ele não tinha nem plano de ensino, fez tudo sozinho, então até pra ele não deve ser fácil”.*

De todo modo, todos os alunos defendem a inserção de uma disciplina obrigatória sobre a temática ambiental, até porque, segundo eles, não deveriam existir optativas. *“São muito caras e acabamos não fazendo, deveriam ter mais obrigatórias”.*

Porém, mesmo cursando a disciplina obrigatória, os alunos não se sentem preparados para coberturas jornalísticas ambientais: *“A gente sabe de tudo e não sabe de nada ao mesmo tempo, sai daqui exatamente foquinhas para aprender alguma coisa específica, digamos assim”, “É que na real a gente vai abordar todas essas matérias da mesma forma, só mudando o foco dela”, “Da mesma forma que eu vou abordar um homicídio eu vou abordar um tema ambiental”, “De qualquer forma vai ter que ter entrevista de um especialista”, “E se aprofundar, não vai aprofundar tanto, vai ser uma pincelada”, “A gente não sai pronto pra fazer”, “Não, a gente sabe como fazer, mas a gente nunca fez”.* Segundo um dos alunos, a forma como irão abordar o meio ambiente foi aprendida também em outras disciplinas: *“A gente não vai exercer jornalismo opinativo na área de jornalismo ambiental, mas a gente vai, com certeza, conseguir assimilar e entender o que a fonte tá dizendo e passar, que é exatamente o que aprendemos em jornalismo científico, que é passar o que o cientista, na verdade o especialista, fala na linguagem dele pra linguagem popular. Pra que a nossa população consiga entender e ler aquilo de uma forma mais genérica. Então, isso a gente com certeza sai capacitado da*

faculdade, porque a gente já escreveu muita matéria, conversou com muita gente e a gente sabe que sai com certeza preparado”.

Esse grupo focal teve duração de cerca de 1h30 e trouxe alguns apontamentos: 1. Os alunos estão desanimados com a profissão e não acreditam em espaços para trabalharem com jornalismo ambiental; 2. A disciplina relembrou conceitos já conhecidos e mostrou as interfaces do jornalismo ambiental com o econômico e o político; 3. A partir da disciplina começaram a observar de forma mais crítica as matérias ambientais e buscar outras formas de conhecimento sobre o tema, como documentários, por exemplo; 4. Os alunos acham a disciplina muito importante, mas reorganizariam o período em que é ofertada e seu formato, incluindo mais semestres ou equilibrando a teoria e a prática; 5. Os estudantes, de forma indireta, esperam um entendimento mais profundo ou especializado do professor; 6. Não se sentem preparados em fazer coberturas ambientais, mesmo com um semestre de estudo específico sobre o tema; 7. Entendem a importância das aulas, mas observam que outras disciplinas também oferecem conhecimentos válidos para o tema.

5.3.2.3 Os “achados” dos grupos focais

Os dois grupos focais - ao analisar duas formas diferentes de abordar a questão ambiental, uma transversal, perpassando por todas ou boa parte das disciplinas, e outra com uma disciplina obrigatória e específica sobre o tema - apontam algumas respostas para a pesquisa.

O primeiro ponto, já apresentado nos capítulos anteriores, é a abordagem abrangente que os dois grupos de alunos dão ao meio ambiente e ao jornalismo ambiental, o que vai ao encontro das teorias apresentadas e defendidas nesta pesquisa. A partir disso, esses mesmos alunos criticam parte da cobertura jornalística realizada atualmente e defendem a necessidade de mais contextualização, abrangência e engajamento – no caso de se buscar a sensibilização e conscientização das pessoas sobre a questão.

Em relação ao ensino do jornalismo ambiental, é notável que os dois grupos trabalharam o tema na universidade e tiveram descobertas, mas em graus diferentes. Para os alunos da Univali, por exemplo, a disciplina relembrou

conceitos já aprendidos, aguçou o senso crítico sobre o tema e motivou a busca por outros materiais relacionados a ele. Já para as alunas da Furb, o conhecimento recebido na universidade é a base para o entendimento do jornalismo ambiental e do meio ambiente, antes não conhecido ou sem a abordagem ampla e social. Isso pode estar relacionado com a própria vivência dos alunos ou pela forma como o tema é trabalhado: na disciplina específica de forma mais teórica e, no modelo transversal, perpassando por diferentes discussões e atividades práticas.

Os dois grupos salientam a importância da temática no curso de jornalismo; as críticas são mais à disciplina específica, que deveria ter mais fôlego, mais prática e ser ministrada em semestres anteriores.

Entretanto, os dois grupos não se sentem preparados para fazer coberturas ambientais como aprendem na teoria, é como se fosse algo distante da realidade do jornalista. Segundo o debate entre os alunos, seria necessário uma especialização ou um bom tempo de prática para se dar conta dos preceitos defendidos no jornalismo ambiental.

Assim, pode-se responder ao terceiro objetivo dessa pesquisa, de acordo com esses dois grupos focais, que os alunos compreendem sim uma visão sistêmica sobre o meio ambiente nas disciplinas, mas que esse entendimento pode ser anterior à universidade. De todo modo, é notável a validade dos dois formatos, os quais reforçam ou iniciam o entendimento sobre o tema e aguçam o senso crítico sobre a maneira como o meio ambiente é tratado atualmente pela mídia. A forma como se relacionam com o tema varia de acordo com cada universidade, porém, mesmo ressaltando a importância da temática, nenhum dos alunos dos dois grupos apresentou interesse além das salas de aula, como a futura prática com o tema, pesquisa científica ou atividades exteriores à área da comunicação. Além disso, todos se mostram sensibilizados, mas não totalmente preparados para trabalhar o meio ambiente nas páginas dos jornais.

5.3.3 Entrevistas: as disciplinas optativas

Para abranger universidades dos outros estados e que oferecem disciplinas optativas, optou-se pela realização de entrevistas com alunos ou ex-

alunos da Universidade Federal do Paraná – UFPR e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Como já apresentado no primeiro capítulo, a escolha dos entrevistados ocorreu por indicação e disposição dos estudantes, o que resultou em duas alunas da UFPR (uma cursando o último período no primeiro semestre de 2017 e outra recém-formada, tendo concluído o curso no final de 2016) e duas ex-alunas da UFRGS (ambas formadas em jornalismo, com mestrado na área ambiental e cursando o doutorado)⁵⁰.

As entrevistas aconteceram por Skype na primeira quinzena de dezembro de 2016.

Para melhor entendimento, as respostas são organizadas e agrupadas de acordo com as perguntas realizadas, assim é possível identificar as diferenças e similaridades com mais clareza. As entrevistadas são apresentadas da seguinte forma: E1 – Estudante de jornalismo da UFPR, que encerra o curso no primeiro semestre de 2016. Cursou a disciplina optativa Comunicação Ambiental no segundo semestre da faculdade, em 2013. E2 – Recém-formada em jornalismo na UFPR, também cursou a disciplina de Comunicação Ambiental em 2013; E3 – Formada em jornalismo na UFRGS em 2012, mestre em comunicação e informação na mesma universidade e está no primeiro ano do doutorado na mesma área e universidade, em todos os níveis estudou/estuda o jornalismo ambiental; cursou a disciplina optativa Laboratório de Comunicação Socioambiental em 2011; E4 – Formada em jornalismo, mestre em comunicação e informação e doutoranda em sociologia, onde estuda as questões ambientais; cursou a disciplina Jornalismo Ambiental durante a graduação, mas não lembra o ano.

Como já apontando anteriormente, todas as entrevistadas atribuem a necessidade de uma abordagem abrangente sobre o meio ambiente e o jornalismo ambiental, mas o contato com esse entendimento não se limita à universidade. Conforme E1, um pouco do entendimento sobre o meio ambiente vêm das aulas de biologia do ensino fundamental e médio, mas que até então é repassado de forma compartimentalizada: “[...] aprendemos que existe a

⁵⁰ Como já destacado, apesar do foco ser o ensino do jornalismo ambiental na graduação, a escolha das ex-alunas se justifica pelas únicas que se mostraram dispostas no período de análise da pesquisadora. Porém, justifica-se também para entender se a tradição de pesquisa de jornalismo ambiental da universidade está relacionada ou não à oferta de disciplinas.

caixinha das plantinhas, a caixinha dos bichinhos e a caixinha da gente, está tudo integrado, mas a gente estuda de forma separada. Então alguma noção sobre essa interação eu já tinha, mas despertou mais durante a disciplina né, principalmente por a gente tem que pensar o nosso papel de jornalistas nessa cobertura [...]”. Para E2, o entendimento também se ampliou com a disciplina: “Eu acho que sempre que a gente estuda uma temática, a gente passa a ver por um outro lado [...], principalmente saber identificar os temas nos jornais, nas reportagens [...]”. As entrevistadas E3 e E4 reforçam esse entendimento anterior e, mais do que isso, o interesse pelo tema. “Eu sou filha de biólogos [...], então cresci com essa consciência de separar lixo, essas coisas que a gente faz no dia a dia [...]. Mas eu acho que foi mesmo depois de ter contato com a disciplina que eu parei pra pensar na complexidade desse tema, porque eu não percebia todas as conexões que existiam a partir daí, bom eu tô falando de meio ambiente, mais isso também envolve política, envolve economia, envolve diversos setores né da sociedade e da nossa vida”, afirma E3. Já E4, diz “[...] eu venho de uma família de agricultores [...] e eu sempre me senti muito tocada por questões ambientais. Então claro que a faculdade, ter tido contato com discussões mais qualificadas aumentou o meu interesse, mas de toda maneira eu sempre me senti particularmente muito tocada por esse tipo de questão [...]”.

Foi esse interesse pessoal que motivou as entrevistadas E3 e E4, ex-alunas da UFRGS a cursarem a disciplina optativa: “É uma disciplina que eu sempre quis fazer [...] e imagino também que as outras três pessoas que cursaram comigo”, afirma E4. Para elas, foi esse contato com a disciplina que motivou o ingresso ao mestrado e também a sequência no doutorado com o mesmo tema. E3, por exemplo, cursou a disciplina antes de iniciar o TCC, o qual já foi sobre o meio ambiente: “Foi o meu início, daí comecei a escrever artigos, percebi que estava bem envolvida e decidi tentar o mestrado”. Segundo E4, ela não se vê estudando apenas o ambiente (e também questões de agricultura e transgenia que aborda em suas pesquisas), mas a partir de sua trajetória e conhecimento, não consegue excluir a dimensão abrangente: “não me vejo pesquisando alguma coisa que não inclua uma dimensão ambiental, mesmo que não seja necessariamente uma questão ambiental”. Essas falas apontam que, mesmo que o interesse inicial à disciplina tenha sido

pessoal, foi a partir do contato com os conceitos teóricos e com a complexidade do tema que as alunas se motivaram a ingressar na pós-graduação, ou seja, disciplinas também contribuem para a formação de novos pesquisadores da área ambiental.

Para as entrevistadas da UFPR, a curiosidade foi o maior motivo do ingresso à disciplina: “[...] foi uma conjunção de fatores, principalmente pelo interesse e por ser uma coisa, uma área que eu não conhecia muito, e que eu poderia vir a me interessar sabe”, afirma E1. Já para E2: “Então, eu acho que foi a primeira disciplina de jornalismo mais especializado que eu fiz [...] bom achei curioso, não que eu tivesse tanta afinidade, vou ser sincera, com a temática, mas que no fim acabou sendo bem enriquecedor”.

Com a disciplina, novos conhecimentos foram descobertos. Assim, mesmo que sendo difícil desvincular todas as vivências posteriores a ela, pediu-se que as entrevistadas listassem algumas descobertas ou falassem da importância da disciplina. Para E1, a principal contribuição foi conseguir parar para pensar nesse tema: “[...] parar para pensar como a gente faz jornalismo, como a gente reflete sobre o meio ambiente dentro do jornalismo [...] e também tentar levar isso para outras disciplinas, como o jornal laboratório, onde tive o interesse de propor esses temas e repassar a outros repórteres”. Conforme E2, o mais importante foi “perceber a importância do estudo do jornalista, e fazer justamente hoje esse paralelo com o mercado de trabalho”. Já para E3, o mais importante foi que um projeto que nasceu da disciplina se transformou em um núcleo de comunicação comunitária, atuante até hoje: “acho que isso é o mais legal né, a gente cria essas conexões e também esses contatos que a gente sabe que pode sempre contar”.

Ainda em relação à importância das disciplinas, todas defenderam a necessidade de mantê-la na grade curricular. Para E3, a disciplina deveria ser obrigatória pela complexidade do tema, pela visão sistêmica e o diálogo de saberes, pois “só de ter uma disciplina que discuta esses conceitos e que faça a gente enxergar o mundo de outra forma, acho que já seria assim de muita contribuição para os estudantes”. Para E2, o tema poderia estar dentro de uma disciplina obrigatória chamada jornalismo especializado “pra abrir os olhos de todo mundo, pra gente saber globalmente sobre o que se fala dentro de um jornal” e, para os que se interessarem, disciplinas optativas específicas. E1

defende a permanência de disciplinas optativas, visto que nem todos os alunos se interessam pela temática, mas em horários e semestres que mais gente possa cursar. Já E4 afirma: *“Sabe, pra mim isso é um dilema. Porque se eu for pensar de forma bastante utópica, talvez, eu acho que o jornalismo ambiental deveria ser trabalhado de forma transversal, porque se a gente cobra que a temática ambiental deveria estar em todas as editorias, qual o sentido de ter uma disciplina específica sobre isso, seria um pouco desigual o tratamento. Mas por outro lado, de forma bastante pragmática, eu acho muito importante que se tenham disciplinas sobre jornalismo ambiental, isso primeiro por uma postura política de se mostrar que olha nós estamos aqui, esse tema existe, esse tema tem especificidade e mesmo que a gente queira que ele seja trabalhado de forma transversal no jornalismo, ele tem especificidades, precisa ter leituras distintas, olhares distintos sobre a temática para abordá-la. E de forma.. de forma pragmática mesmo, a disciplina precisa estar ali para marcar um espaço, porque é bastante utópico a gente pensar que ela vai ser tratada de forma transversal por professores que sequer se prepararam pra isso, na maioria das vezes”*. A entrevistada compara o tema com a ética, que muitas vezes não é uma disciplina e acaba não sendo trabalhada ao longo do curso.

O que foi destacado pela aluna é um dos grandes pontos de debate dessa pesquisa: como inserir um tema tão abrangente, tão complexo interdisciplinar em apenas uma disciplina? Como fazer com que ele dialogue com outras áreas? Porém, da mesma forma, como trabalhar conceitos, teorias e especificidades sem a organização prática de uma disciplina? Reflexões como essas são abordadas no próximo capítulo, a partir do cruzamento de todas as análises e resultados.

Em relação às entrevistas, pode-se concluir que as alunas e ex-alunas compartilham do mesmo entendimento sobre o meio ambiente e o jornalismo ambiental dos outros grupos pesquisados e, da mesma forma, atribuem importância às disciplinas. Com a participação das ex-alunas da UFRGS, observou-se que as disciplinas ofertadas estão bastante atreladas ao interesse dos estudantes e ao grupo de pesquisa sobre o tema, pois estudantes acabam ingressando no mestrado e doutorado na mesma universidade e com o mesmo tema. Sobre a UFRGS, não se pode esquecer que é pioneira nas disciplinas de

jornalismo ambiental, possui o maior e mais forte grupo de pesquisa sobre o tema e, além disso, situa-se em um estado com forte tradição ambientalista.

Para finalizar o tópico, perguntou-se às alunas da UFPR, que não possuem ligação profissional ou acadêmica com o tema, se elas se sentem preparadas para fazer coberturas ambientais e, ainda de acordo com os outros grupos pesquisados, responderam que talvez, mas sem tanta segurança. Para E1, falta entender todas as dimensões sobre a questão: *“Eu mesma não teria conhecimento necessário para, sozinha, tipo entender o tema, mas eu acho que eu conseguiria procurar as pessoas melhores para me explicar sobre e para contribuírem comigo sobre aquele material”*. Da mesma forma, E2 disse que para aprender, teria que começar a fazer, “colocar a mão na massa”. Esse retorno das entrevistas, aliado aos já apresentados, destaca que as disciplinas, na maioria das vezes, consegue repassar todo o conhecimento teórico sobre o tema, mas não prepara, de forma prática, para a atuação no mercado.

Na sequência final deste capítulo, são apresentadas algumas reflexões, retomadas as respostas aos objetivos específicos e, principalmente, a partir do cruzamento de todos os dados, verifica-se de que forma a questão ambiental está presente nas universidades do Sul do país, contemplando todo o processo de ensino-aprendizagem já explicitado.

5.4 CRUZAMENTO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de todos os dados apresentados neste capítulo, e com base nos diálogos teóricos sobre o meio ambiente, a comunicação, o jornalismo ambiental e o ensino do jornalismo, este tópico busca cruzar os diferentes olhares para se chegar ao panorama do ensino do jornalismo ambiental no Sul do país e trazer embasamento para, ao final, apontar novas possibilidades para a formação de jornalistas mais conscientes e sensibilizados com a temática.

Por trabalhar, em alguns procedimentos, com universidades, professores e alunos exemplificativos, e não com todos que fazem parte do *corpus* do Sul do país, os resultados não buscam ser imperativos e conclusivos. Da mesma forma, como não são estudos de caso de determinadas instituições ou sujeitos, os resultados apresentam variações, mas não comparações, ou seja, não se busca aqui comparar a resposta dos currículos, com os professores e alunos,

mas chegar a uma reflexão sobre o panorama do ensino sobre a temática e as possibilidades existentes.

Esses resultados podem ser percebidos a partir dos objetivos específicos apresentados na Introdução e retomados na análise de cada procedimento, além do cruzamento entre eles.

O primeiro objetivo – identificar de que forma o tema está presente nas disciplinas dos currículos universitários de jornalismo do Sul do país, e suas ementas, observando-se as abordagens ou visões sobre o meio ambiente presentes, levando-se em conta as novas diretrizes curriculares para a área, vigentes desde 2013 – pode ser identificado a partir da entrevista com os coordenadores de curso e da análise dos currículos e ementas.

A partir dos dados, identificou-se que a questão ambiental está presente em boa parte dos cursos de jornalismo do Sul do país (82%) em 31 disciplinas específicas, entre obrigatórias (45%) e optativas (55%). Também se identificou que apenas uma instituição trabalha o tema de forma transversal, incluindo-o em 26% das disciplinas ofertadas no seu curso de jornalismo. Em relação à abordagem de meio ambiente nas disciplinas, destaca-se a forma holística e abrangente, relacionando a questão ambiental com a área social, econômica, cultural, política, entre outras.

Esse resultado mostra-se como suficiente e de acordo com os preceitos teóricos defendidos nesta pesquisa. Porém, está relacionado à cobrança estabelecida nas novas diretrizes curriculares, aprovadas em 2013 e exigidas em 2015: as principais atualizações dos currículos aconteceram nos anos 2015 e 2016 e, somente nesses anos, nove disciplinas relacionadas ao tema foram incluídas nos currículos das instituições.

Como já apresentado, as novas diretrizes afirmam que o currículo deve contemplar entre as competências gerais e nos conteúdos de fundação humanística, a compreensão e valorização do desenvolvimento sustentável. Apesar da adoção da questão ambiental ser feita pelo termo desenvolvimento sustentável, que suscita críticas na área por sua maleabilidade e uso econômico-ideológico, é possível identificar que a obrigatoriedade é uma saída para a inserção do tema: é aquela velha história, “as coisas só acontecem se obrigadas”. Porém, a presença no currículo e nas ementas não garante que o

tema realmente seja trabalhado em sala de aula e, mais do que isso, que colabore na formação de jornalistas mais conscientes e sensibilizados.

Dessa forma, para entender como ocorre a formação, de forma ampla e abrangendo todo o processo de ensino-aprendizagem, a pesquisa conta com outros objetivos específicos.

O segundo objetivo – identificar qual é a abordagem de meio ambiente compreendida pelos professores de jornalismo e como observam a formação dos alunos sobre a temática – é contemplado a partir das entrevistas realizadas com os professores. A análise mostrou que a abordagem de meio ambiente compreendida pelos professores é abrangente e envolve o todo, tendo como base, principalmente, autores como Capra (pensamento sistêmico) e Morin (complexidade). Apesar de trabalharem o tema em sala de aula, a maioria até antes da obrigatoriedade das novas diretrizes, os professores não enxergam como suficientes as disciplinas específicas para a formação dos alunos: são necessárias também atividades multidisciplinares, eventos e pesquisas sobre o tema. Além disso, para que seu estudo na universidade seja eficaz, apontam ser necessário conhecimentos anteriores obtidos no ensino básico, afinal, sugerem que o interesse e a curiosidade precisam partir dos próprios estudantes.

Já em relação aos alunos, o terceiro objetivo – entender se os alunos compreendem uma possível visão sistêmica sobre o meio ambiente, nas disciplinas e na prática do jornalismo, e de que forma se relacionam e se sensibilizam sobre a temática – pode ser identificado a partir dos questionários, da pesquisa-ação adaptada, grupos focais e entrevistas.

Apesar de trabalhar com níveis diferentes – alguns com cunho mais quantitativo e outros mais qualitativos – os procedimentos demonstram que os alunos entendem o meio ambiente como algo abrangente e contextualizado, compreendendo sim uma possível visão sistêmica para o meio ambiente. No caso dos questionários e das entrevistas, esse entendimento é percebido como algo anterior às disciplinas específicas; já na pesquisa-ação adaptada e nas discussões dos grupos focais, identificou-se que o conhecimento é recebido nas salas de aula ou, pelo menos, reforçado a partir da teoria aprendida.

Como destacado por Girardi, no artigo onde conta como foi implantar a primeira disciplina específica sobre o tema (2004, p. 210), é muito satisfatório observar

os estudantes falando em visão holística, quebra de paradigmas, transgênicos, *pinus*, separação de lixo na faculdade e substituindo os copinhos de plástico por canecas de louça ou copos de vidro no diretório acadêmico. Isso mostra que foram tocados pelo Lutzenberger (1976), Capra (2002), Morin (2002) entre os diversos autores que leram e também pelos diversos palestrantes, que se destacaram pelo seu conhecimento e entusiasmo.

O relato destaca que, mesmo que o conhecimento seja anterior à disciplina, é a partir das discussões em sala de aula que o tema é retomado e, muitas vezes, colocado em prática.

Ainda em relação às disciplinas, todos destacam a importância de tratar sobre o tema durante a graduação. A forma como esse tema deve ser tratado é que varia: alguns defendem as disciplinas optativas, outros as disciplinas obrigatórias e outros o modelo transversal. Durante a pesquisa em campo, foram identificadas as diferentes potencialidades do modelo transversal, o qual é visto como utópico por alguns entrevistados, mas que proporciona, na realidade, uma visão ampla sobre o meio ambiente: incluindo-o em diferentes temas, em diferentes disciplinas e diferentes formatos.

Porém, mais do que a forma como se apresenta no currículo, verificou-se a necessidade de uma abordagem mais prática sobre o meio ambiente. Durante a adaptação da pesquisa-ação, por exemplo, os alunos sinalizaram a necessidade de mais atividades práticas e produção de reportagens, e o mesmo foi afirmado pelos alunos que cursaram a disciplina obrigatória e participaram do grupo focal. Ainda sobre isso, foi durante a produção de pautas e reportagens na disciplina ministrada pela pesquisadora que ficou claro o entendimento da visão sistêmica, a pluralidade de vozes e a aplicação da teoria. Aos participantes das entrevistas e grupos focais que também realizaram atividades práticas em sala de aula, o mesmo pôde ser verificado em suas falas.

Assim, entende-se que os alunos se relacionam e se sensibilizam com a temática quando conseguem concretizá-la, ou seja, “colocando a mão na massa”. É aí que identificam como as teorias – que precisam ser repassadas

anteriormente – podem ser aplicadas e quais são realmente as peculiaridades do jornalismo ambiental. Destaca-se aqui a importância e a necessidade das teorias, mas não se pode deixar de ressaltar o gosto e interesse mais pragmático dos alunos, até em virtude do atual modelo profissional do jornalismo.

Outro ponto importante que se pode destacar nesse objetivo específico é que, mesmo cursando as disciplinas específicas ou no modelo transversal, a maioria dos alunos não se sente preparada para realizar coberturas ambientais e exercer a visão sistêmica. Esse resultado aponta falhas no ensino em questão, afinal, para o que os alunos estão aprendendo o assunto? Isso vai ao encontro do que os próprios professores dizem: que disciplinas específicas não são suficientes, e que cursos, pesquisas e até especializações devem ser realizadas para se atingir o conhecimento pleno.

Esses dados dialogam com depoimentos de profissionais da imprensa dados a uma pesquisa sobre o ensino do jornalismo (CAMPOS, ROCHA, 2011). Conforme o depoimento de Ana Estela de Sousa Pinto, na época editora de treinamento do jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, “só a faculdade de jornalismo não dá conta da formação profissional [...] não tem currículo que dê jeito, o universitário precisa estudar outras coisas por conta própria [...]” (CAMPOS, ROCHA, 2011, p. 26). Outro exemplo é o depoimento de Sandra Muraki, na época diretora executiva da *Máquina da Notícia* e que na década de 1980 foi responsável pelo treinamento de jovens jornalistas do jornal *Folha de São Paulo*: “Uma boa alternativa para melhorar os currículos [...] é a possibilidade de o aluno escolher matérias optativas do seu interesse em qualquer departamento da escola. Mas eu continuo achando que o jornalismo deveria ser um curso de especialização que desse uma sólida base cultural e intelectual” (Idem).

Esses depoimentos, aliados aos dados da pesquisa de campo, demonstram que o problema é muito maior e não se restringe às disciplinas de jornalismo ambiental, mas afeta todo o ensino do jornalismo.

Ainda sobre o terceiro objetivo específico, identificou-se que, mesmo com a abrangência do termo meio ambiente, nem todos os alunos enxergam a amplitude do jornalismo ambiental, mas a maioria o caracteriza como um jornalismo diferenciado, com necessidades diferentes de outras áreas. Além

disso, de forma geral, os alunos não estão satisfeitos com as coberturas jornalísticas realizadas que, segundo eles, priorizam catástrofes, fontes oficiais e, muitas vezes, pecam na abrangência e contextualização do assunto. Dessa forma, não enxergam uma possível visão sistêmica na prática jornalística, mas, em boa parte, também não sabem como realiza-la, como se demonstrou nos parágrafos anteriores.

A partir dos resultados apresentados e da triangulação dos procedimentos metodológicos, é possível chegar ao quarto objetivo específico dessa pesquisa – analisar como a questão ambiental ensinada aos alunos de graduação pode contribuir para a prática de um jornalismo ambiental mais sistêmico e contextualizado – e também ao objetivo geral – verificar de que forma a questão ambiental está presente no âmbito da comunicação, e sob quais abordagens, na formação dos futuros profissionais de jornalismo, contemplando, para isso, todo o processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados apresentados acima são, em boa parte, suficientes. De forma geral, os cursos trabalham o tema ambiental, os professores têm uma visão abrangente sobre o tema e interesses/relações que extrapolam a disciplina, e os alunos enxergam o meio ambiente de forma ampla e sinalizam a importância do ensino do tema para a própria formação. Entretanto, algumas falhas são perceptíveis e não podem ser esquecidas: 1. Nem todas as instituições trabalham a questão ambiental, 2. Em alguns cursos o tema está diluído em disciplinas genéricas e não se tem a comprovação se realmente é trabalhado; 3. Os próprios professores não enxergam as disciplinas específicas como suficientes para a formação no assunto; 4. As disciplinas recebem críticas pela falta de atividades práticas; 5. Os alunos não se sentem preparados para realizar coberturas ambientais.

Esses cinco pontos destacam que a questão ambiental ensinada aos alunos de graduação pode contribuir para a prática de um jornalismo ambiental mais contextualizado se houver alguns ajustes. Para isso, reflexões e sugestões são apresentadas como conclusões e considerações desta pesquisa de mestrado.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE FICA DA PESQUISA

“Quando leio o mundo, como retirar a minha história de leituras do mundo, a minha própria presença no mundo, de modo a permitir, paradoxalmente, uma leitura asséptica que faço do mundo?” (HISSA, 2013, p. 175).

Um misto de curiosidade, aprendizagem e dedicação marcaram esta pesquisa. O desejo por conhecer mais sobre jornalismo ambiental, suas peculiaridades e importância motivaram a curiosidade acadêmica e o ingresso na Pós-Graduação. Foi essa curiosidade que também motivou o interesse pelo ensino de jornalismo e revelou novas frentes de pesquisa. Sobre aprendizagem, são inúmeras: vão do aprender a pesquisar, às descobertas desse trabalho, que são comentadas adiante. O mestrado, como início da produção científica, apresenta o mundo fascinante das teorias e as inúmeras possibilidades de verificações com diferentes técnicas. E é então que aparece a dedicação para se encontrar os melhores caminhos teóricos, fazer descobertas com multimétodos e, no final, em não deixar o cansaço ocupar o lugar do brilho nos olhos.

Ao final da leitura de diversos autores e teorias, da pesquisa em campo, da análise dos resultados e, principalmente, do cruzamento entre esses pontos, surgem algumas reflexões sobre o percurso trilhado ao longo desses dois anos, ou seja, reflexões sobre esse trabalho e seus resultados.

Em relação ao processo de construção da pesquisa, destaca-se o entrecruzamento teórico entre três temas: o meio ambiente, o jornalismo e o ensino do jornalismo. Ao partir do conhecimento sociológico e interdisciplinar do meio ambiente (LEFF, 2002; 2006; 2012), foi possível perceber novas características presentes (ou que deveriam estar presentes) no jornalismo ambiental e, conseqüentemente, no seu ensino. Ao trabalhar de forma conjunta com esses três temas, foi possível identificar com mais clareza o caráter interdisciplinar de cada campo, os quais devem ser conversados, alinhados, contrapostos e discutidos juntos, afinal, é dessa forma que estão postos na

realidade. Assim, mais do que o conhecimento de autores como Leff, Alsina, Traquina, Bueno, Girardi, Meditsch, entre outros, o que fica da pesquisa é o desejo de seguir estudando o caráter interdisciplinar da comunicação ambiental ou do jornalismo ambiental, afinal, é difícil separar a própria realidade em caixinhas.

Sobre os procedimentos metodológicos, a necessidade de diferentes métodos e da estratégia de triangulação possibilitou entender que sim, a pesquisa é dinâmica, pode ser ampla, e mostrar diferentes olhares. Além disso, fica claro o que Hissa (2013) apresenta: uma pesquisa não é feita de dois pontos ligados por uma linha reta, mas de caminhos desenhados e redesenhados, às vezes mais longos, outras vezes como atalhos. A pesquisa-adaptada, principalmente, mostrou como a pesquisa não é desenhada sozinha, vai ganhando forma conforme cada descoberta e pela participação de cada sujeito ou grupo pesquisado envolvido. Mais do que isso: mostrou que cada pesquisa é única e que os métodos não são estáticos, podem ser adaptados e/ou reconstruídos, desde que com rigor científico, conforme a necessidade de cada trabalho. Afinal, se não for assim, do que adianta todos pesquisarem da mesma forma? Os resultados só terão variedade pelos seus objetos, mas os processos serão semelhantes.

Ainda sobre a trajetória percorrida, é preciso salientar algumas dificuldades em rotas escolhidas. Como já comentado, uma pesquisa não se faz sozinha e, como na prática jornalística, dependemos de informações, de fontes e da vontade de terceiros. Infelizmente, em alguns procedimentos, não foi possível realizar o número de entrevistas ou perguntas desejadas para se chegar a um resultado mais amplo, porém, adaptações e a escolha de novos caminhos tentaram manter o rigor da pesquisa: abranger todo o processo de ensino-aprendizagem.

E a busca por esse rigor pode ser considerado um dos destaques do trabalho. Na pesquisa empírica buscou-se manter a complexidade e o olhar sistêmico do meio ambiente e do jornalismo ambiental: analisar todos os lados, os diferentes aspectos e sujeitos envolvidos. Como uma pesquisa qualitativa – não caracterizada como estudo de caso ou análises comparativas – entende-se que o resultado foi alcançado: trazer um panorama geral do ensino do jornalismo ambiental no Sul do país.

Em relação aos resultados, partindo das inquietações e objetivos que motivaram esta pesquisa, entende-se que buscaram ir além. As perguntas, apresentadas na Introdução – Como a questão ambiental está presente, como disciplina, nos cursos de graduação de jornalismo do Sul do Brasil? Há uma compreensão do aluno, percebida mesmo que de forma ampla, sobre o conceito sociológico, sistêmico e interdisciplinar de meio ambiente? – foram discutidas ao longo do trabalho e, ao final, observa-se que a questão ambiental está presente em boa parte dos cursos de jornalismo como disciplinas específicas, com certo equilíbrio entre obrigatórias e optativas. Na maioria das disciplinas a questão ambiental é abordada de forma holística e abrangente, porém, em algumas instituições, o tema se perde dentro de outros assuntos, como as disciplinas consideradas na análise como genéricas: apesar de serem citadas pelos coordenadores, não apresentam diretamente a questão ambiental.

Ainda em relação às disciplinas, foi possível identificar que a maioria das instituições incluiu o tema a partir das exigências estabelecidas nas novas diretrizes curriculares. Isso infere que muitas universidades, as que incluíram o tema recentemente, não estavam de acordo com a lei sobre a educação ambiental de 1999, apresentada no capítulo 4. Além disso, algumas instituições, as que ainda não incluíram o tema no currículo, permanecem em desacordo com a legislação.

Outro ponto destacado ao longo do trabalho é que essas disciplinas estão, na maioria das vezes, atreladas aos interesses dos próprios professores. Todos os docentes entrevistados apontaram curiosidade, pesquisas acadêmicas ou experiências profissionais com o tema. Esse dado é positivo, pois demonstra o interesse de quem ensina, porém, pode mostrar também certa fragilidade em instituições que não contam com professores dedicados à temática ou, mais ainda, um desequilíbrio sobre o ensino em instituições que contam com professores e grupos de pesquisa sobre o tema, com as que não têm.

Em relação à segunda pergunta, os diferentes métodos trabalhados com os alunos mostraram que a maioria deles tem sim uma compreensão abrangente do meio ambiente. Nas técnicas mais qualitativas, como os grupos focais e a pesquisa-ação adaptada, foi possível perceber que, muitas vezes,

esse entendimento se dá ou é reforçado na graduação, na sala de aula, a partir da retomada de conceitos e discussões sobre a temática. Em virtude do tempo, a pesquisa não conseguiu identificar se esses conceitos teóricos aprendidos em sala de aula são incluídos na prática pessoal e, principalmente, profissional dos futuros jornalistas, porém, imagina-se que alguma transformação, nem que seja um momento para pensar no assunto, consiga realizar.

Assim, unindo o resultado das duas perguntas, é possível chegar ao objetivo da pesquisa: verificar de que forma a questão ambiental está presente no âmbito da comunicação, e sob quais abordagens aparece na formação dos futuros profissionais de jornalismo, contemplando, para isso, todo o processo de ensino-aprendizagem.

Ao retomar que a abordagem desta pesquisa defende o meio ambiente como uma categoria sociológica, que entrecruza diferentes áreas e interesses (LEFF, 2002; 2006; 2012), e que a comunicação ambiental tem caráter interdisciplinar (DEL VECCHIO DE LIMA et al, 2015), entende-se que a questão ambiental deveria estar presente de forma sistêmica na comunicação e, no caso do jornalismo, deveria existir uma cobertura ampla, plural e contextualizada (BUENO, 2007). Porém, não é assim que, muitas vezes, ela se apresenta na prática. A pesquisa permitiu identificar várias críticas referentes à prática do jornalismo contemporâneo e, do mesmo modo, foram indicadas algumas possibilidades para reverter esse quadro, uma delas, utilizando recursos disponíveis na internet, já incorporados nas narrativas jornalísticas digitais.

No caso da formação dos futuros profissionais de jornalismo, como já apontado, percebe-se uma abordagem abrangente, teoricamente próxima ao que é defendido nesta pesquisa. Aponta-se que é teoricamente próxima porque o ensino apresenta algumas falhas, principalmente quando se analisa sua parte prática. Alunos de disciplinas específicas apontaram a pouca ou até inexistente abordagem prática do tema nas salas de aula. Durante o desenvolvimento da pesquisa-ação adaptada, foi possível identificar que é em exercícios práticos que os alunos conseguem enxergar e aplicar os conceitos e a abordagem sistêmica. Neste mesmo procedimento foi possível identificar a dificuldade de equilibrar os conceitos teóricos e os exercícios práticos em uma única disciplina: é pouco tempo para abordar tudo o que o tema oferece. Assim,

como resolver essa contradição e dicotomia entre a teoria e a prática? Essa é uma das questões que a pesquisa ainda não conseguiu resolver, mas que pode ser início de novas investigações.

Outro ponto importante descoberto na pesquisa é que, tanto os professores, como os alunos, não enxergam as disciplinas como suficientes para o entendimento sobre o jornalismo ambiental; a maioria dos alunos não se sente preparada para realizar coberturas ambientais fora da universidade. Essa última informação, detectada em mais de um procedimento, revela grandes desafios para o ensino: afinal, para o que os alunos são preparados? Qual é a real necessidade então de disciplinas específicas sobre o tema?

Esses dados, junto com as respostas às perguntas de pesquisa, revelam que a questão ambiental ensinada aos alunos de graduação de jornalismo pode contribuir para coberturas mais contextualizadas e sistêmicas, porém, se houver alguns ajustes.

Uma das possibilidades encontradas no campo é o modelo transversal. Adotado apenas pela Universidade da Região de Blumenau – Furb, em Santa Catarina, e considerado, inclusive por alguns pesquisados, como um modelo utópico, este formato é o que mais se adequa às teorias. Ao defendermos o olhar sistêmico, interdisciplinar e complexo ao meio ambiente e ao jornalismo ambiental, e retomando que as novas diretrizes curriculares não definem como o tema deve ser contemplado, que pode ser de forma isolada ou como conteúdo interdisciplinar (MEDITISCH, 2015a), o modelo transversal é o que consegue aliar a questão ambiental com diferentes temas e formatos. Essa ideia é afirmada pelas próprias estudantes que participaram de um dos grupos focais, as quais enxergam a questão ambiental em temas econômicos, em temas políticos e sociais, trabalham com ele em jornal impresso, online e outros formatos.

Porém, porque esse modelo é adotado por apenas uma instituição? A técnica do grupo focal mostrou que esse formato pode ir além da utopia e mostrar resultados concretos. Será falta de interesse ou entendimento das coordenações e professores? Será medo de não conseguir incluir o tema em boa parte das disciplinas? Será a necessidade de demarcação da área, ou seja, com a disciplina específica fica demarcado que o tema é trabalho e existe? Muitas são as possibilidades de respostas, mas é importante salientar

que a universidade que trabalha o tema de forma transversal foi a primeira no país a adotar as novas diretrizes e é considerada, em algumas notícias⁵¹, como um laboratório pedagógico, o que pode estar atrelado ao próprio planejamento e interesse da instituição em cumprir as novas diretrizes.

As possibilidades do modelo transversal são várias e podem suprir, principalmente, a necessidade da abordagem prática que a questão ambiental exige. Porém, a teoria também é muito importante. Não se pode negar a dificuldade em se pensar nos diferentes conceitos teóricos trabalhados de forma diluída em várias disciplinas: como entender a complexidade do meio ambiente, o conceito sociológico e interdisciplinar em diferentes semestres? Em função da necessidade de resgatar ou mesmo apresentar pela primeira vez conceitos básicos do meio ambiente – muitas vezes não abordados ou esquecidos desde o ensino fundamental – a pesquisa também não descarta as possibilidades de uma disciplina específica. Pela experiência da pesquisadora em sala de aula, foi possível observar a necessidade de uma linearidade temporal e histórica sobre o tema, da apresentação de conceitos básicos e da comparação das teorias com abordagens práticas para a compreensão desse tema que, como já destacado pelos próprios autores, é complexo.

Uma boa saída seria a união dos dois formatos: uma disciplina específica para abordar o tema teoricamente e relacionar todos os entrecruzamentos e complexidades, e o modelo transversal, onde todo esse conhecimento teórico fosse aplicado em atividades práticas de redação impressa, TV, rádio, web e assessoria de imprensa.

É claro que são muitas as implicações para a adoção dos dois formatos, as quais variam de instituição para instituição, porém, seguindo a proposta desta pesquisa de mostrar caminhos e possibilidades, este pode ser o modelo ideal para chegarmos a real formação de jornalistas mais conscientes e sensibilizados com a temática. Na realidade, não seriam necessárias grandes reformas curriculares ou exigências acadêmicas se o conceito de meio ambiente defendido nesta pesquisa fosse entendido e seguido por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: naturalmente os

⁵¹ Termo utilizado na matéria: “Furb inaugura primeiro curso de jornalismo conforme novas diretrizes”, publicado em diferentes sites: <<http://www.gersonmartins.jor.br/noticia/furb-inaugura-primeiro-curso-de-jornalismo-conforme-novas-diretrizes-859>>; <<http://www.socicom.org.br/cursosofurb.pdf>>.

coordenadores iriam relacionar diferentes temas e disciplinas à questão ambiental, os professores iriam exigir um olhar complexo e abrangente em todos os exercícios práticos e os alunos sairiam prontos para realizar qualquer cobertura jornalística, inclusive a ambiental. É uma questão de olhar, que não basta saber, é preciso praticar.

É importante destacar, mais uma vez, que essas são reflexões, críticas e sugestões realizadas diante dos dados coletados e aqui apresentados, pois para uma afirmação mais ampla e categórica seria necessário colocar esse ensino em prática e acompanhar a produção jornalística profissional desses alunos por alguns anos. Talvez uma sugestão que fique para outras pesquisas.

Além dessa sugestão, a dissertação também deixa outros caminhos abertos: Será que esse panorama do Sul do país reflete o que acontece em outras regiões do Brasil? Será que as instituições menores, como centros universitários e faculdades, seguem a mesma linha das universidades? Essas são lacunas não preenchidas, mas que poderão ser analisadas, futuramente, com base nesse trabalho.

Assim, o que fica da pesquisa é o desejo de contribuição: contribuir em pesquisas sobre o jornalismo ambiental, contribuir para as universidades reverem a forma como o tema é trabalhado, contribuir no interesse de outros professores e contribuir, principalmente, na formação de jornalistas mais sensíveis e conscientes com o meio ambiente.

Aquela velha ideologia de mudar o mundo, que faz parte de todo o calouro universitário, ainda segue por aqui: o que fica da pesquisa é uma muda de ideias, que pode ser plantada, distribuída e semeada novamente em outros lugares.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. O insustentável minimalismo de encontros globais. In: **Scientific American Brasil** – Edição Especial Ambiente nº 48 – 2012 – pp. 7-13.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1998.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALVES, Jane Magali Rocha. O papel da mídia na informação ambiental. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 25, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, set, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_COMUNICACOES_ALVES.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2016.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; et al. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade, 4, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, nov, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf> Acessado em 12 de janeiro de 2017.

BACHELARD, Gastón. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BARREIROS, Tomás Eon. O ensino superior de jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 3, n. 12, p. 79-95, janeiro/junho, 2013.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. 5 ed. São Paulo: Summus, 2003.

BERNA, Vilmar Sidnei Berna. **Desafios para a Comunicação Ambiental**. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). *Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, p.89-104, 2008.

BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Série *Jornalismo a Rigor*. V.2. Florianópolis: Insular, 2009.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERTONI, Claudia Regina Garcia. **Jornalismo regional e a agenda-setting: a construção da imagem da Sabesp por meio da hipótese do agendamento**. Dissertação (Mestrado em comunicação) - Universidade de Marília, Marília, 2006.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Metodologias da Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, p. 19-42, 2011.

BORSATO, Regiane. **Governança ambiental e as certificações: participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão ambiental**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. São Leopoldo, **Verso e Reverso**, XXV, n. 58, p. 62-77, janeiro-abril 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em 20 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm> Acesso em 14 de maio de 2015.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em 14 de maio de 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 17 de julho de 2016.

_____. Ministério da Educação. Parecer nº 776, de 03 de dezembro de 1997. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf> Acesso em 17 de julho de 2016.

_____. Ministério da Educação. Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em 17 de julho de 2016.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em 17 de julho de 2016.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p.105-116, 2008.

_____. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CALDAS, Graça. Ensino de Comunicação no Brasil: Panoramas e Perspectivas. In: PERUZZO, Cicilia M. K.; SILVA, Robson Bastos da. (Orgs.). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, p. 15-27, 2003.

CAMPOS, Pedro Celso; ROCHA, Eleni, Oliveira. Ensino de jornalismo: perfil profissional, regionalização das habilidades técnicas e competências. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v.10, n.19, jan/jun, 2011.

CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo ambiental e consumo sustentável: proposta de comunicação integrada para a educação permanente.** Tese (Doutorado) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2006.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

COLOMBO, Macri Elaine. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, p. 1-9, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2674-1.pdf>> Acesso em 03 de abril de 2015.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias:** teorias e métodos. Covilhã: Livros LabCom, 2011. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf> Acesso em 15 de abril de 2016.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2 ed. São Paulo: Atlas, p. 180 – 192, 2015.

COX, R. **Environmental communication and the public sphere.** California: Sage Publication, 2009.

CUNHA, Sandra B. da; GUERRA, Antonio José T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian et al. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

DEL VECCHIO DE LIMA, et al. Cadrages et projections de la couverture de la Cop 21 par les éditions française, américaine et brésilienne du Huffington Post. In: **Journées D'Étude JADN - Les Nouvelles Figures de L'interdépendance,** Lyon, 2015.

DIAS, Luis Otávio; DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso. O ensino de jornalismo no Paraná: dicotomia entre teoria e prática e o currículo que está por

vir. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul (Intercom), 16, 2015, Joinville. **Anais...** Joinville, jun. 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, p. 62 – 83, 2015.

FERREIRA, Norma. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, vol. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação / a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, p. 39-60, 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho M.; NÉLSIS, Camila M.; NUNES, Leticia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. In: **Revista Katalysis**. Florianópolis, vol. 15, jan/jun, p. 41-51, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>>. Acesso em 05 de setembro de 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GERN, Augusta. O mapa do ensino do jornalismo ambiental em diferentes caminhos de pesquisa. In: Congresso de ciências da Comunicação na Região Sul (Intercom), 17, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba, maio 2016.

_____. **Inteiro ou pela metade?** O discurso ambiental no Jornal A Notícia. Monografia (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Associação Educacional Luterana Bom Jesus/ Ielusc. Joinville, 2012.

GERN, Augusta; DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian. Jornalismo ambiental nas salas de aula: um olhar sobre os currículos das universidades do Sul do Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 14, 2016, Palhoça. **Anais...** Palhoça, nov 2016a.

_____. O Olhar de estudantes universitários de jornalismo sobre as questões ambientais. In: Encontro Paranaense de Pesquisa em Jornalismo, 9, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba, set 2016b.

_____. As racionalidades presentes na cobertura da Baía da Babitonga no jornal A Notícia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 3, 2015, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre, 2015.

GERN, Augusta; Loose, Eloisa. A midiaticização do Greenpeace: ponderações sobre a intensificação da lógica midiática. In: ALMEIDA, Simão Farias; SILVA, Angela Maria. **Mídia, informação e meio ambiente**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, p. 62-92, 2016a.

_____. Comunicação ambiental e estudos de recepção: estado da arte sobre esta relação no Brasil. In: Encontro de Pesquisa em Comunicação, 8, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba, p. 656-668, 2016b.

GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T. Prólogo: As razões de um conceito: In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p. 16 – 25, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Ecojornalismo e educação ambiental: a experiência de implantação da disciplina de jornalismo ambiental na faculdade de biblioteconomia e comunicação da UFRGS. **Em Questão**. Porto Alegre – RS, v. 10, n. 1, p. 203-213, janeiro/junho, 2004.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21 ed. Campinas: Papirus, 2012.

GONÇALO, Luciana L. B. **Formação ambiental em jornalismo: o caso da UFPB e da PUC-RJ**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2011.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HISSA, Cássio E. V. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

KOLHS, Chirlei; GERN, Augusta; QUADROS, Claudia. Gêneros jornalísticos e convergência: uma análise da cobertura do Dia do Meio Ambiente na Gazeta do Povo. **Razón y Palabra**, México, n. 92, dezembro, 2015.

KOLLING, Patrícia. Jornalismo ambiental na mídia e na universidade: reflexões sobre o Brasil e Mato Grosso. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 13, 2011, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, jun 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1992.

_____. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2016.

LÜCKMAN, Ana Paula. O Jornalismo Ambiental educa? Reflexões a partir de um estudo de recepção. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p.120, 133, 2008.

_____. **Educação, Jornalismo e Meio Ambiente: leituras sobre a crise ecológica no contexto do aquecimento global**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2007.

MALDONADO, Alberto Efendy. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das Ciências da Comunicação. In: LOPES, Maria

Immacolata Vassallo de (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, p. 205 – 225, 2003.

MARQUES DE MELO, José de. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis – SC. Vol. 1, n.2, 2004.

_____. Poder, universidade e escolas de comunicação. "In: MARQUES DE MELO, José de ; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos Eduardo Lins da Silva. (Coords.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes: Intercom, 1979.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MARTINO, Luiz Claudio. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Org.) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, p. 27-38, 2010.

MASSIERER, Carine. As condições de produção em Zero Hora e Correio do Povo e a relação com o conteúdo das matérias de meio ambiente. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p.151, 166, 2008.

McCOMBS, M. e SHAW, D. L. The agenda-setting function of the press. In: SHAW, D. L. e McCOMBS, M. (Eds.): **The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press**. St. Paul: West Publishing Co, 1977.

MEDITSCH, Eduardo. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do ensino de jornalismo com o que foi perdido em sua história. In: ALMEIDA et al. (Orgs.). **O ensino de comunicação frente às novas diretrizes curriculares**. São Paulo: Intercom, p. 64 – 103, 2015a.

_____. As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de comunicação. **Questões Transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação**. São Leopoldo – RS, vol. 3, n. 5, pp. 22-16, janeiro-junho, 2015b.

_____. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função social da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MEMÓRIA FAMECOS. Em 1952 surge o primeiro curso de Jornalismo do rio Grande do Sul. 2015. Disponível em:

<<http://projetos.eusoufamecos.net/memoria/surge-o-primeiro-curso-de-jornalismo-do-rio-grande-do-sul/>> Acessado em 10 de janeiro de 2017.

MIGUEL, Katarini. Os paradigmas da imprensa em pauta: biodiversidade, biocombustíveis e aquecimento global. In: GIRARDI; SCHWAAB (Orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p.335-353, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Global, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 30 de março de 2016.

MONTEIRO, Claudete F. S. et al. Pesquisa-ação: contribuição para prática investigativa do enfermeiro. **Revista Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre – RS, n31, p. 167 – 174, março, 2010.

MORAES, Claudia Herte de; CORRÊA, Aline Michelle Ferreira. Entre o susto e o esquecimento: Jornalismo Ambiental na lógica da indústria da informação. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, p.210-223, 2008.

MORIMOTO, Clayson; SALVI, Rosana Figueiredo. **As percepções do homem sobre a natureza**. Encontros de Geólogos da América Latina, Montividéo. Atas, p. 1-10, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/15.pdf>> Acesso em 09 de maio de 2016.

MORIN, Edgar. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais**, Unisinos – RS, n. 51, p. 133-143, maio/agosto, 2015.

PEREIRA, Moacir. **A comunicação em Santa Catarina: ensino, profissão e modernização**. Florianópolis: Insular, 2012.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, p. 125 – 145, 2015.

_____. Tópicos sobre o Ensino da Comunicação no Brasil. In: PERUZZO, Círcia M. K.; SILVA, Robson Bastos da. (Orgs.). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, p. 119 – 135, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD - 1992 (ECO-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa – PR, v. 2, n2, nº 1, p. 43 – 56, jan./jun. 2011.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social: a Agenda 21 local de Vitória (ES)**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2002.

ROSSETTI, Roseli. A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.). **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, p. 71-86, 2010.

SANTAELLA, Lucia. O projeto de pesquisa e seus passos. In: SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, p. 151-189, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAUVÈ, Lucie. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso: UFMT, vol 6, nº 10, p. 72-103, 1997. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html> Acesso em: 24 de maio de 2016.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias: Ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios.**

Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da Silva. A política educacional brasileira e os currículos de comunicação. In: MELO, José Marques de; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos Eduardo Lins da Silva. (Coords.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação.** São Paulo: Cortez & Moraes: Intercom, 1979.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2ª ed, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>> Acesso em 19 de junho de 2016.

_____. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica.** 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>> Acesso em: 22 de outubro de 2011.

SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas. Cidadania verde na sociedade da comunicação: caminho para mudar o organismo global. **UNirevista**, vol. 1, nº 3, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNlrev_BoasSouza.PDF> Acesso em: 04 de agosto de 2012.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Comunicação e o jornalismo: fundamentos para o debate conceitual. In: FERREIRA, Jairo; FREITAS, Luiz Antonio Signates; PIMENTA, Francisco José Paoliello (Org.). **Estudos da comunicação: transversalidades epistemológicas.** São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, p. 115 – 132, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo** – Por que as notícias são como são, volume I. Florianópolis: Insular, 3 ed., 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional., volume II. Florianópolis: Insular, 3 ed., 2013.

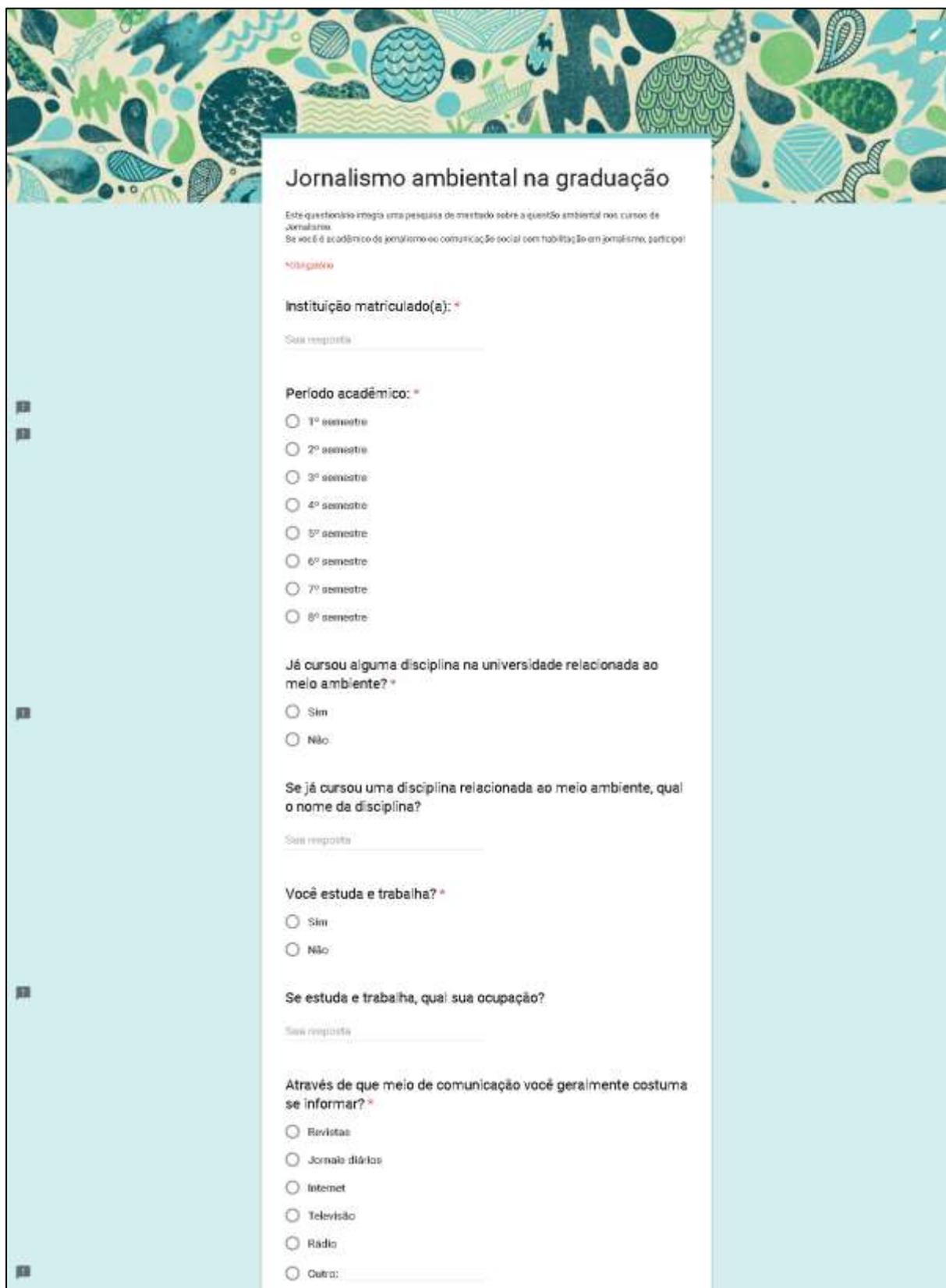
WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. **Teoria da Relevância**. Linguagem e Discurso, Tubarão-SC, v.5, n. especial, p. 221-268, 2005.

WOLF, Mauro. **Teoria das comunicações de massa**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Pensar a comunicação**. Algés: Difusão Editorial, 1999.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ONLINE APLICADO AOS ALUNOS (PARTE 1)



Jornalismo ambiental na graduação

Este questionário integra uma pesquisa de mestrado sobre a questão ambiental nos cursos de Jornalismo. Se você é acadêmico de jornalismo ou comunicação social com habilitação em jornalismo, participe!

Não pule

Instituição matriculado(a): *

Sua resposta: _____

Período acadêmico: *

1º semestre

2º semestre

3º semestre

4º semestre

5º semestre

6º semestre

7º semestre

8º semestre

Já cursou alguma disciplina na universidade relacionada ao meio ambiente? *

Sim

Não

Se já cursou uma disciplina relacionada ao meio ambiente, qual o nome da disciplina?

Sua resposta: _____

Você estuda e trabalha? *

Sim

Não

Se estuda e trabalha, qual sua ocupação?

Sua resposta: _____

Através de que meio de comunicação você geralmente costuma se informar? *

Revistas

Jornais diários

Internet

Televisão

Rádio

Outro: _____

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ONLINE APLICADO AOS ALUNOS (PARTE 2)

Você costuma ler matérias sobre o meio ambiente? *

Sim

Não

Às vezes

Quais são os principais temas que você encontra relacionados ao meio ambiente? *

Sua resposta

Pra você, o que é meio ambiente? *

Sua resposta

E o que é jornalismo ambiental? *

Sua resposta

Você acha que informações ambientais na mídia contribuem para a sensibilização da população? *

Sim

Não

Como você acha que deve ser a atuação dos jornalistas nas abordagens ambientais? *

Sua resposta

Você acha necessário que conteúdos ambientais sejam abordados no curso de Comunicação/Jornalismo? *

Sim

Não

Se acha necessário a abordagem do tema, como gostaria que fosse empregado no currículo?

Como disciplina obrigatória

Como disciplina optativa

De forma transversal em todas as disciplinas

ENVIAR

Nunca envia sem o consentimento do Google

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso | Termos do Serviço | Termos de Atualização

Google Forms

APÊNDICE 2 – UNIVERSIDADES QUE FAZEM PARTE DO CORPUS DA PESQUISA E SUAS DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL

| Estado | Universidade | Disciplina |
|--------|-----------------------|---|
| PR | Universidade Positivo | Não informada |
| PR | UFPR | Jornalismo Especializado |
| PR | Unicentro | Jornalismo especializado |
| PR | PUC | Comunicação e sustentabilidade |
| PR | UEPG | Jornalismo especializado |
| PR | Tuiuti | Jornalismo agribusiness e meio ambiente |
| SC | Unochapecó | Sociedade e Desenvolvimento Humano |
| | | Jornalismo rural |
| SC | Uniplac | Jornalismo Ambiental e Desenvolvimento Sustentável |
| SC | UFSC | Jornalismo, cidade e ambiente |
| SC | Univali | Jornalismo Ambiental |
| RS | Unisinos | Laboratório de Jornalismo – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade |
| RS | UFRGS | Jornalismo ambiental |
| | | Laboratório de comunicação socioambiental |
| | | Comunicação e educação ambiental |
| | | Seminário de meio ambiente e comunicação |
| | | Introdução Ecologia |
| | | Cultura, cidadania e meio ambiente |
| | | Comunicação e cidadania |
| RS | UFSM | Jornalismo especializado |
| | | Jornalismo ambiental |
| RS | Ulbra | Sociedade e contemporaneidade |
| | | Comunicação, mídia e cultura |
| | | Educação ambiental |
| RS | UFSM – F.W. | Comunicação, cidadania e ambiente |
| | | Jornalismo ambiental |

| | | |
|----|---------|----------------------------------|
| RS | Unicruz | Jornalismo ambiental e rural |
| RS | Unijui | Jornalismo econômico |
| RS | Feevale | Realidade brasileira e cidadania |
| | | Comunicação comunitária |
| | | Sistemas de gestão ambiental |

ANEXO 1 – EMENTA DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 1)

| | |
|--|---|
|  |  SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN |
| PLANO DE ENSINO - FICHA Nº 2 (variável) | |
| Disciplina: JORNALISMO E MEIO AMBIENTE | Código: |
| Natureza: () obrigatória (x) optativa | Semestral (x) Anual () Modular () |
| Pré-requisito: Não tem | Co-requisito: Não tem |
| Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD | |
| Carga horária Aulas teóricas: 18 horas-aula Aulas práticas: 12 horas-aula Total: 30 horas-aula Créditos: 2 | |
| EMENTA (Unidades Didáticas) | |
| Meio ambiente: conceitos básicos do ponto de vista interdisciplinar. O papel educativo e social dos meios de comunicação social e das novas tecnologias da comunicação. A visão holística do jornalismo e a alfabetização ecológica. Epistemologia do jornalismo ambiental. A cobertura dos temas ambientais pela mídia. As fontes de informação em comunicação ambiental. O papel do jornalista e profissionais da comunicação frente aos problemas ambientais. | |
| PROGRAMA (itens de cada unidade didática) | |
| Unidade 1 – Introdução: Conceitos básicos de Meio Ambiente. - Interdisciplinaridade, racionalidade ambiental, pontos históricos do ambientalismo. | |
| Unidade 2 - Comunicação e Meio Ambiente: Relações de interface entre os dois campos. - Apresentação dos aspectos epistemológicos de cada campo e seus pontos de intersecção na chamada "Comunicação Ambiental". | |
| Unidade 3 – Jornalismo Ambiental - Conceito e história; - Origens do movimento ambientalista e desenvolvimento da temática na mídia; - Funções do jornalismo ambiental; - Cobertura sistêmica; - As fontes no jornalismo ambiental e os atributos da boa pauta; - O perfil do jornalista; - Mídia e desenvolvimento sustentável; - Produção de reportagem. | |
| Unidade 4 – Comunicação ambiental e educação ambiental - A função pedagógica do jornalismo ambiental. | |
| Unidade 5 – A pesquisa acadêmica em jornalismo ambiental - O jornalismo ambiental na visão dos pesquisadores; - Por que fazer pesquisa em jornalismo ambiental. | |
| OBJETIVOS: | |
| <u>GERAL:</u> Proporcionar aos alunos embasamento teórico sobre as questões ambientais e suas relações com o jornalismo, preparando-os para a prática de um jornalismo responsável, ético e cidadão a partir de uma visão sistêmica e complexa. | |
| <u>ESPECÍFICOS:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos estudantes de jornalismo uma visão geral sobre a questão socioambiental contemporânea em um mundo globalizado; | |

ANEXO 1 – EMENTA DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 2)

| | |
|---|--|
|  | |
| <ul style="list-style-type: none"> Relacionar as interfaces entre áreas do Meio Ambiente e da Comunicação, em especial no âmbito de suas práticas e racionalidades; Oportunizar a discussão e construção de uma visão crítica sobre os discursos ambientais; Refletir sobre o atual papel da imprensa e seus comunicadores frente às questões ambientais e instigar novas possibilidades de promoção da cidadania e da sustentabilidade socioambiental; Capacitar os alunos à produção de reportagens que incorporem os preceitos do jornalismo ambiental. | |
| PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS | |
| <p>A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e dialogadas, com utilização de recursos audiovisuais; leitura e discussão de textos; análise de material jornalístico e prática jornalística.</p> | |
| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO | |
| <p>Os alunos serão avaliados pelos exercícios individuais ou em grupo relacionados à análise e debate sobre a atuação do jornalismo, somando peso 5 – poderão ser apenas em formato de apresentação ou trabalho escrito. A prova escrita também terá peso 5. Além disso, irão produzir uma reportagem sobre questões ambientais, com peso 10. Toda a avaliação contará com critérios pela participação e interesse em sala de aula.</p> <p><u>Média 1:</u> Nota dos exercícios + Nota da Prova <u>Média 2:</u> Pauta, produção, apresentação e entrega da Reportagem Ambiental <u>Média final:</u> Média 1 + Média 2 ÷ 2.</p> | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | |
| <p>BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.</p> <p>DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; et al. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 34, p. 74-85, 2015.</p> <p>GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.</p> <p>GUATARRI, Félix. As três ecologias. Campinas, SP: Papius, 1990.</p> | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | |
| <p>ABREU, Miriam Santini de. Quando a palavra sustenta a farsa – O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.</p> <p>BOAS, Sérgio Vilas (org.). Formação e Informação Científica – Jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.</p> | |

ANEXO 1 – EMENTA DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 3)



DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; et al. Jornalismo e meio ambiente: apontamentos sobre dez anos de produção acadêmica nos eventos da Intercom. *Intercom* (São Paulo. Online), v. 38, p. 231-252, 2015.

FROME, Michael. **Green Ink: Uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Professora da disciplina: Dra. Myrian Del Vecchio de Lima

Mestranda: Augusta Fehrmann Gern

Contato: augustagern@gmail.com

Assinatura: _____

Chefe de Departamento Prof. Dr. Mário Messagi

Assinatura: _____

ANEXO 2 – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 1)

Planejamento e cronograma da disciplina Jornalismo e Meio Ambiente

Planejamento aula por aula

Sexta-feira, das 8h30 às 10h10.

18/março - Aula 1

Apresentação da disciplina: ementa, programa, calendário, formas de avaliação, bibliografia. Preenchimento do questionário que fará parte da dissertação, com questões sobre o que é meio ambiente, jornalismo ambiental e onde encontram as informações relativas à temática. O questionário será comparado com a avaliação final da disciplina (para ver se houve mudanças na percepção) e contribuirá para as análises da pesquisa de mestrado em andamento.

25/março

Feriado – Paixão de Cristo

01/abril - Aula 2

Meio Ambiente: conceitos básicos. Como se define o meio ambiente? Apresentações de diversos conceitos; diferentes visões filosóficas e científicas sobre meio ambiente e ambientalismo; ênfase na visão interdisciplinar sobre meio ambiente, de modo que o aluno perceba que os estudos e reflexões sobre a área só podem ser feita através do chamado diálogo dos saberes, não apenas entre as diversas áreas do conhecimento, mas também entre o saber científico e os saberes tradicionais e populares. Observar quando o meio ambiente passou a ser discutido mundialmente e os resultados disso. Racionalidade ambiental.

TEXTO 1

LEFF, Enrique. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In: **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 15–31.

TEXTO 2

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1989.

08/abril - Aula 3

Comunicação e Meio Ambiente: Relações de interface entre os dois campos. Apresentação dos aspectos epistemológicos de cada campo e seus pontos de intersecção na chamada "Comunicação Ambiental".

TEXTO 3

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; et al. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

TEXTO 4

BERNA, Vilmar S. D. Desafios para a comunicação ambiental. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 89-104.

15/abril - Aula 4

Jornalismo ambiental: conceito e história. Origens do movimento ambientalista, desenvolvimento da temática na mídia, as funções do jornalismo ambiental, tendências

ANEXO 2 – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 2)

atuais do jornalismo ambiental. Exercício em grupo de análise de notícias e reportagens sobre o meio ambiente em diferentes suportes.

TEXTO 5

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 105–118.

22/abril

Recesso – Tiradentes (21)

29/abril - Aula 5

PALESTRA COM O DIRETOR DE REDES SOCIAIS DA PREFEITURA DE CURITIBA

06/maio - Aula 6

TEXTO PP

DIAS, Reinaldo. O conceito de marketing ambiental. In: Marketing ambiental – ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2009. p. 72-83.

TEXTO RP

KUNSC, Margarida M. K; MOYA, Iara Maria da Silva. **Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas: principais resultados da pesquisa empírica**. Alaic, 2014, Peru.

TEXTO 7

COLOMBO, Macri Elaine. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. In: **Intercom Nacional**, 33., Caxias do Sul, 2010. Anais eletrônicos, Caxias do Sul, 2010. p. 1-9. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2674-1.pdf>

13/maio - Aula 7

Comunicação ambiental e sua relação com a educação: educomunicação ambiental e função pedagógica do jornalismo ambiental.

TEXTO 11

LÜCKMAN, Ana Paula. O jornalismo ambiental educa? Reflexões a partir de um estudo de recepção. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 120–136.

PARTICIPAÇÃO DA VALÉRIA

20/maio - Aula 8

TEXTO 8

BUENO, Wilson da Costa. A produção de uma reportagem ambiental. In: **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007. pp 35 – 54.

TEXTO 9

ANEXO 2 – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – PESQUISA-AÇÃO (PARTE 3)

GERN, Augusta; DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian. As racionalidades presentes na cobertura da Baía da Babitonga no jornal A Notícia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 2015, São Paulo. **Anais do ENPJA**. Porto Alegre: UFRGS-PPGCOM, 2015. v. III. p. 153-171.

TEXTO 10

KOLHS, C.; GERN, Augusta; QUADROS, C. I. Gêneros jornalísticos e convergência: a cobertura do Dia do Meio Ambiente na Gazeta Povo. **Razón y Palabra**, v. 5, p. 1-23, 2016.

EXPLICAÇÃO DO TRABALHO EM GRUPO (3 A 5 ALUNOS)
PRODUÇÃO DA PAUTA OU PLANEJAMENTO DA CAMPANHA
TRABALHO PARA FAZER EM CASA

ENTREGA POR E-MAIL NO DIA 7 DE JUNHO E IMPRESSO NO DIA 10 DE JUNHO.

27/maio

Recesso (26 – Corpus Christi)

03/junho

Aula 9

PROVA

10/junho

Aula 10

Entrega do trabalho impresso – fechamento dos temas, discussão em grupo.

TEXTO 13

MICHELOTTI, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. In: GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p.56–66.

17/junho

Aula 11 – Produção do trabalho final.

Serão liberados para produção da reportagem ou campanha (de acordo com a pauta e planejamento já entregues)

Aula 12 – Estarei à disposição durante os dias 10 e 23 para discussão de ideias e orientação sobre a finalização da reportagem ou campanha. Combinar horário.

24/junho

Aula 13 - Apresentação da reportagem ou campanha.

01/julho (último dia de aula)

Aula 14 - Apresentação da reportagem (se não der tempo de todos apresentarem no dia 24) Finalização da disciplina. Repasse de notas (Caso todos tenham apresentado no dia 24).

APÊNDICE 2 – UNIVERSIDADES QUE FAZEM PARTE DO CORPUS DA PESQUISA E SUAS DISCIPLINAS RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL

| Estado | Universidade | Disciplina |
|--------|-----------------------|---|
| PR | Universidade Positivo | Não informada |
| PR | UFPR | Jornalismo Especializado |
| PR | Unicentro | Jornalismo especializado |
| PR | PUC | Comunicação e sustentabilidade |
| PR | UEPG | Jornalismo especializado |
| PR | Tuiuti | Jornalismo agribusiness e meio ambiente |
| SC | Unochapecó | Sociedade e Desenvolvimento Humano |
| | | Jornalismo rural |
| SC | Uniplac | Jornalismo Ambiental e Desenvolvimento Sustentável |
| SC | UFSC | Jornalismo, cidade e ambiente |
| SC | Univali | Jornalismo Ambiental |
| RS | Unisinos | Laboratório de Jornalismo – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade |
| RS | UFRGS | Jornalismo ambiental |
| | | Laboratório de comunicação socioambiental |
| | | Comunicação e educação ambiental |
| | | Seminário de meio ambiente e comunicação |
| | | Introdução Ecologia |
| | | Cultura, cidadania e meio ambiente |
| | | Comunicação e cidadania |
| RS | UFSM | Jornalismo especializado |
| | | Jornalismo ambiental |
| RS | Ulbra | Sociedade e contemporaneidade |
| | | Comunicação, mídia e cultura |
| | | Educação ambiental |
| RS | UFSM – F.W. | Comunicação, cidadania e ambiente |
| | | Jornalismo ambiental |

| | | |
|----|---------|----------------------------------|
| RS | Unicruz | Jornalismo ambiental e rural |
| RS | Unijui | Jornalismo econômico |
| RS | Feevale | Realidade brasileira e cidadania |
| | | Comunicação comunitária |
| | | Sistemas de gestão ambiental |